



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

EVELINE NOGUEIRA PINHEIRO DE OLIVEIRA

**EMPREENDEDORISMO EM CENÁRIO DE PRECARIZAÇÃO LABORAL: UM
ESTUDO COM TRABALHADORES DE COMIDA DE RUA**

FORTALEZA

2017

EVELINE NOGUEIRA PINHEIRO DE OLIVEIRA

EMPREENDEDORISMO EM CENÁRIO DE PRECARIZAÇÃO LABORAL: UM
ESTUDO COM TRABALHADORES DE COMIDA DE RUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O46e Oliveira, Eveline Nogueira Pinheiro de.
Empreendedorismo em cenário de precarização laboral : um estudo com trabalhadores de Comida de Rua / Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira. – 2017.
125 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
1. Empreendedorismo. 2. Precarização. 3. Comida de Rua. I. Título.

CDD 150

EVELINE NOGUEIRA PINHEIRO DE OLIVEIRA

EMPREENDEDORISMO EM CENÁRIO DE PRECARIZAÇÃO LABORAL: UM
ESTUDO COM TRABALHADORES DE COMIDA DE RUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Francineide e Evilásio.

AGRADECIMENTOS

Embora a experiência da escrita em si seja, de certo modo, solitária, este trabalho é o exemplo do que possa haver de mais coletivo. Ele foi escrito a duas mãos, mas foi de fato construído por muitas outras. Minha eterna gratidão:

Ao Professor Cássio Adriano Braz de Aquino, amigo e orientador para além de questões acadêmicas, pela generosidade e dedicação grandiosas, por toda sua competência e serenidade de sempre. É uma honra poder dizer que todos os dias você me ensina muito.

Aos professores da banca examinadora e de qualificação, João Bosco Feitosa dos Santos, Eduardo Girão Santigo e Raquel Nascimento Coelho, pelo tempo dedicado e as preciosas colaborações, sem as quais não teria sido possível o resultado apresentado.

Aos meus pais, Francineide e Evilásio, para os quais nenhuma palavra seria capaz de expressar toda admiração e respeito. Vocês são todo o apoio, o suporte, o incentivo e o amor que alguém poderia receber, em todas as horas. Minhas conquistas também são suas.

A Clayton dos Santos, pelo incentivo constante e apoio de todos os dias. Por ser cuidado, compreensão e amor, sempre. Este trabalho foi construído também pela sua presença.

Aos muitos amigos do Curso de Psicologia e da Pós-Graduação, e, em especial, àqueles que estiveram dividindo o percurso do mestrado. Vaneska Lima, Samara Silveira, Verlene Alves e Natália Diógenes, vocês me presentearam com a mais linda rede de suporte e cuidado, em que toda e qualquer angústia é dissolvida e toda felicidade multiplicada.

A cada um dos amigos do Núcleo de Psicologia do Trabalho - NUTRA, graduandos, pós-graduandos e profissionais, meu lar dentro da Universidade.

A todos que incentivaram, se preocuparam e torceram de alguma forma ao longo desses dois últimos anos. Amigos, amigas, avós, irmãos, irmãs, tios, tias, primos e primas, que me cedem valiosos espaços em suas vidas (e em suas casas). Embora seja inviável dispor de todos os nomes aqui, cada um de vocês me ensina o significado do que é amizade e família.

Ao corpo docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em especial aos professores Ricardo Mélllo, Lúcia Siebra e Luciana Lobo. Igualmente, minha gratidão aos secretários da Pós-Graduação, Helder Hamilton e Eveline Assunção, pela dedicação e presteza em qualquer situação.

Àqueles trabalhadores que fizeram este trabalho possível e o construíram junto a mim, pela generosidade infinita em fazer dessa pesquisa algo concreto.

Por fim, à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio financeiro que me possibilitou a dedicação à construção desse trabalho.

“Esse é o problema do caráter no capitalismo moderno. Há história, mas não narrativa partilhada de dificuldade, e, portanto, tampouco destino partilhado. Nessas condições, o caráter se corrói; a pergunta: ‘Quem precisa de mim?’ não tem resposta imediata.”

Richard Sennett

RESUMO

A presente dissertação é fruto de uma investigação com foco na compreensão e análise da atividade empreendedora de trabalhadores de pequeno porte envolvidos no segmento de alimentação na rua, e a discussão da vulnerabilidade característica de seu espaço laboral que acaba os aproximando de um trabalho caracteristicamente precário. A perspectiva empreendedora tem se difundido no Brasil nas últimas décadas como o caminho para quem busca desenvolvimento e sucesso profissional. Assim, boa parcela dos brasileiros tem se deslocado para trabalhos por conta própria, normalmente mais voláteis e imprevisíveis. Questiona-se aqui de que maneira a realidade laboral do pequeno empreendedor se situa na mesma perspectiva de trabalho precário, sem direitos e garantias, pautado numa lógica da flexibilização, intensificação e exploração do trabalho e do trabalhador. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, de modo que foi possível compreender de forma mais ampla a experiência laboral de cada sujeito e, de modo mais pontual, sua experiência na atividade que desempenha. Buscou-se selecionar um instrumental adequado para a natureza do estudo, sendo realizado o seguinte percurso metodológico: realização de entrevistas semi-estruturadas e Análise de Conteúdo como recurso de tratamento dos dados construídos nessas entrevistas. Buscou-se, desse modo, uma aproximação da realidade do pequeno empreendedor, sob a perspectiva de seu próprio discurso, e a compreensão das peculiaridades de sua atividade e dos impactos psicossociais advindos de processos de trabalho tipicamente precários.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Precarização. Comida de Rua.

ABSTRACT

The present dissertation is the outcome of an investigation focused on the understanding and analysis of the entrepreneurial activity of small business workers engaged in the street food segment, and the debate about the characteristic vulnerability of their work space, that yields an approximation towards an characteristically precarious work. The entrepreneurial perspective has been difused in Brazil in the last decades as a route for those who seek professional development and success. Therefore, a sizeable portion of brazilians have adhered to self-employment, usually more volatile and unpredictable. Throughout this work, it is questioned how the small business entrepreneur's work reality is placed in the same perspective of precarious work, without rights and guarantees, based on a logic of flexibilization, intensification and exploitation of work and of the worker himself. The research carried out has a qualitative nature, so that it was possible to comprehend in a broader way the labor experience of each subject and, in a more specific way, his experience regarding the activity that he performs. We sought ot select an instrument suitable for the nature of the study, and the following methological course was performed: realization of semi-structured interviews and Content Analysis as a resource for the treatment of the data constructed in these interviews. In this way, we aimed to approximate the reality of the small business entrepreneur, from the perspective of his own discourse, and to understand the peculiarities of his activity and the psychosocial impacts of typically precarious work processes.

Keywords: Entrepreneurship. Precarious work. Street Food

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO	16
2.1	O empreendedor e o empreendedorismo ao longo da história	19
2.2	Estudos e práticas sobre o empreendedor e o empreendedorismo	23
2.2.1	<i>O perfil do empreendedor</i>	25
2.2.2	<i>Tipos de empreendedorismo</i>	31
2.3	O empreendedorismo no Brasil	33
3	O EMPREENDEDORISMO E A PRECARIZAÇÃO LABORAL	42
3.1	As mutações no mundo do trabalho	42
3.1.1	<i>O processo de precarização laboral no contexto brasileiro</i>	47
3.2	O empreendedorismo no capitalismo atual	51
3.2.1	<i>Relações entre empreendedorismo e precarização laboral</i>	54
4	PERCURSO METODOLÓGICO	65
4.1	A construção da pesquisa	65
4.1.1	<i>O comércio de alimentação na rua</i>	67
4.1.2	Produção e análise de dados	71
5	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	76
5.1	Marcas da precarização e impactos psicossociais	76
5.1.1	<i>Nas teias da informalidade</i>	76
5.1.2	<i>Insegurança e instabilidade sociolaboral</i>	82
5.1.3	<i>Tempo de trabalho e jornada laboral</i>	87
5.1.4	<i>Ideologia do trabalho por conta própria</i>	91
5.2	Relatos das entrevistas	95
5.2.1	<i>Josias</i>	96
5.2.2	<i>Lourdinha</i>	98
5.2.3	<i>Zefinha</i>	99
5.2.4	<i>Luís Bezerra</i>	101
5.2.5	<i>Dona Idalina</i>	103
5.2.6	<i>Cordulina</i>	105
5.2.7	<i>Conceição</i>	106
5.2.8	<i>Chico Bento</i>	108

5.2.9	<i>Dona Inácia</i>	109
5.2.10	<i>Dona Maroca</i>	111
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ..	124

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva empreendedora tem se difundido no Brasil nas últimas décadas como caminho para quem busca desenvolvimento econômico e profissional. O conceito de empreendedorismo é, de certa forma, exaltado por governos, entidades de classe e organizações como a principal base para o crescimento econômico e para a geração de emprego e renda na atualidade (BARROS; PEREIRA, 2008). Tendo em vista que a doutrina neoliberal, cada vez mais difundida na contemporaneidade, exige que todos se apresentem socialmente como empreendedores (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011), talvez seja mais compreensível assistir ao fenômeno do deslocamento de muitos brasileiros para trabalhos por conta própria, principalmente de micro e pequeno porte, normalmente mais voláteis e imprevisíveis.

Aliado a esse processo, e incentivado pela expansão da prática empreendedora, é notável também a expansão e reconfiguração de um modelo de negócios próprio desse movimento: a “comida de rua” ou *Street Food*. Embora a “comida de rua” não seja uma atividade de história recente no Brasil, esse modelo de comércio começou a inovar a partir da primeira década do século XXI. Com o processo de globalização e flexibilização de modelos de negócios e fomentada pela própria dinâmica urbana, essa tendência passa por um processo de incrementação e complexificação, e muitos consumidores hoje buscam a alimentação vendida por ambulantes, barracas, trailers, *Food Trucks* e outros carrinhos de comida. A pesquisa descrita nos capítulos que se seguem consiste em um esforço para a compreensão da realidade laboral de parte desses trabalhadores, a partir de tais transformações operadas no segmento.

Esta pesquisa teve como interesse compreender e analisar características da atividade empreendedora de trabalhadores de “comida de rua” que se aproximem de um trabalho caracteristicamente precário, signo da atual conformação do mundo laboral. O interesse em investigar essas relações surgiu de pesquisas anteriores realizadas no âmbito da Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará. Como fruto dessas pesquisas, foram discutidos teóricos que relacionam o trabalho do empreendedor no atual contexto laboral à perspectiva de trabalho precarizado. Tratou-se, portanto, de um empenho teórico-crítico em discutir as expectativas ensejadas pela perspectiva empreendedora em meio à nova estrutura do capitalismo. O levantamento teórico realizado até então nos levou a construir um desenho de investigação que localiza nos estudos da precariedade a lente de observação do trabalho contemporâneo, e da prática empreendedora como ícone desse contexto. Daí a

relevância dessa investigação ir a campo, no sentido de compreender essas relações sob a perspectiva do próprio trabalhador que desempenha tal atividade.

A informalidade e a atividade empreendedora, sem excluir a vinculação de ambas, surgem como alternativas possíveis ao concorrido e, principalmente, reduzido mercado de trabalho formal, tal como apontado por COELHO-LIMA (2016, p. 13) sobre “o movimento mais recente do capitalismo em escala mundial: a integração orgânica da informalidade no modo de produção capitalista”. São muitas as biografias de empreendedores de sucesso para inspiração, mas são escassas informações das realidades diversas e precarizadas que o trabalhador encontra tomando esse caminho, seguindo um discurso pautado no individualismo e na competição, subordinando o conhecimento crítico ao *ethos* empresarial. Quando se privilegia o discurso de êxito em detrimento do de fracasso, nitidamente busca-se a reverberação ideológica de uma forma única de viabilizá-lo.

O fenômeno trabalho é tomado aqui como amplo, complexo e multidimensional, tal como é visto pela Psicologia Social do Trabalho. É uma categoria, segundo Aquino (2003), antrope-histórica, ou seja, é a atividade na qual o homem se reconhece enquanto sujeito que transforma e é transformado, dentro de um contexto histórico específico.

Desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Érgon e pónos, trabalho e fadiga. Momento de catarse e vivência de martírio. Ora cultiva-se seu lado positivo, ora acentuava-se o traço de negatividade. (ANTUNES, 2006, p. 11).

Tal como aludido por Bendassolli (2011), podemos dizer que a Psicologia se apropriou do fenômeno trabalho, moldando-o em função de suas linhas teóricas e metodológicas, desenvolvendo perspectivas próprias da relação entre trabalho e constituição subjetiva. Há, portanto, diversos significados do trabalho nas diferentes apropriações psicológicas deste, compreendidas por Bendassolli (2011) como vias de entrada ou vias de apropriação da psicologia no campo de estudos sobre trabalho. Nesta investigação, seguimos produzindo com base na via social de apropriação do trabalho. Compreendemos que o sentido de trabalho não se restringe apenas à atividade profissional regular, remunerada ou assalariada. É uma categoria que extrapola os limites das organizações e é incorporada à própria constituição subjetiva e social do sujeito. O trabalho aqui ocupa posição central na sociedade e na construção da subjetividade, sendo norteador da compreensão do homem enquanto ser social, construindo sentidos e significados e guiando sua noção do tempo e da realidade.

Nessa compreensão reside a centralidade do trabalho e “sua importância na estruturação do sujeito e de processos psíquicos importantes, tais como identidade, saúde

mental, aprendizagem, significados, atitudes” (BENDASSOLLI, 2011, p. 75). E esse é, justamente, o sentido que toma a Psicologia Social do Trabalho. A partir de então, é possível compreender como as mudanças relativas ao trabalho acabam repercutindo em uma série de outras esferas sociais, ou seja, como o mundo do trabalho vai norteando a vida das pessoas e das sociedades.

Nessa psicologia, o trabalho é apropriado como uma atividade que não se reduz ao emprego (ao trabalho prescrito). Nessas abordagens tendem a predominar a concepção do sujeito psíquico e uma visão nominalista de ciência e da realidade. Mas é a relação entre vida psíquica e trabalho que parece melhor definir essa abordagem. Ela endossa a centralidade do trabalho na estruturação de processos psíquicos chave do sujeito. (BENDASSOLLI, 2011, p. 78).

A psicologia que aqui tomamos como base entende o trabalho como um recurso para a individualização, uma forma do indivíduo construir um significado de si mesmo e da sociedade onde vive. Buscou-se, como um dos focos dessa investigação, portanto, as consequências psicossociais de desarranjos que possam surgir entre o trabalho realizado, a identidade e as significações. Tal como já elucidado acima, o trabalho ocupa posição privilegiada na construção da subjetividade (AQUINO, 2008), sendo norteador da elaboração temporal e existencial. Disso surge a necessidade de compreender, através do discurso do próprio trabalhador, a sua vivência laboral.

Ao enfatizarmos que o discurso dos sujeitos pode nos possibilitar uma maior compreensão dos fenômenos analisados, elegemos como objetivo principal de nosso trabalho compreender e analisar, através do discurso de pequenos empreendedores envolvidos na atividade “comida de rua”, sua atividade empreendedora e a vulnerabilidade característica de seu espaço laboral, que possa a aproximar de um trabalho caracteristicamente precário; sendo este perpassado pelos seguintes objetivos específicos: (1) Compreender o empreendedorismo em suas perspectivas prática, teórica e histórica em meio ao contexto laboral atual; (2) Identificar a experiência do empreendedor e sua perspectiva sobre sua atividade no contexto atual da reestruturação produtiva; e (3) Analisar a atividade de pequenos empreendedores e as características que demarcam a vulnerabilidade própria de trabalhos precários, e os impactos psicossociais daí advindos.

No intuito de atingir tais objetivos, fizemos uso de um método qualitativo que nos possibilitou compreender de forma mais ampla a experiência laboral de cada sujeito e, de modo mais específico, sua experiência na atividade que desenvolve atualmente. Foi pretendido atingir essa compreensão através do seguinte percurso metodológico: a realização de entrevistas semi-estruturadas e a Análise de Conteúdo como recurso de tratamento dos

dados construídos nessas entrevistas.

No sentido de situar o leitor quanto ao que será exposto, buscamos apresentar a estruturação-base em que está desenvolvido e dividido este trabalho dissertativo, expondo os principais aspectos estudados e desenvolvidos em cada capítulo. Entendendo que o nosso trabalho se fundamenta em dois principais fenômenos (o empreendedorismo e a precarização laboral), o capítulo intitulado **O Fenômeno do Empreendedorismo** propõe a compreensão das ideias mais recorrentes que envolvem o tema na literatura científica e nas práticas atuais. Acreditamos que, para uma apreensão mais clara do que iremos discutir posteriormente, é necessário realizar um resgate histórico e conceitual das definições e práticas que envolvem o empreendedorismo ao longo da história e no contexto atual.

Em seguida, já suficientemente munidos teoricamente sobre o empreendedorismo, partimos para a compreensão do fenômeno da precarização do trabalho e todas as transformações laborais a ela atreladas. Acreditamos que esse capítulo, intitulado **O Empreendedorismo e a Precarização Laboral**, sustenta e baseia nossas perspectivas ao falar da relação entre os dois fenômenos apontados. Aqui teremos a oportunidade de discutir sobre as mais recentes transformações do trabalho e toda a série de consequências que isso traz a quem podemos chamar de trabalhador contemporâneo. Entre as ideias apontadas, passamos a discutir sobre o empreendedor em meio a essa atual conformação e, com uma considerável base teórica, apontar as principais relações observadas entre características de trabalhos precários na prática empreendedora.

No capítulo **Percurso Metodológico** trataremos, mais especificamente, do processo da pesquisa em si. Aqui detalharemos sua construção, desde o interesse pelo tema, passando pela escolha, o recorte e o contato com os entrevistados, bem como a descrição do modelo de negócio a ser pesquisado, a “comida de rua”. É ainda nesse capítulo que será abordado e brevemente discutido o percurso metodológico realizado: entrevistas semi-estruturadas como método de construção dos dados e a Análise de Conteúdo como método utilizado para analisar os dados construídos por essas entrevistas. Aqui apresentaremos e justificaremos a escolha por esses dois caminhos de investigação, e como isso vai ao encontro dos objetivos propostos.

No capítulo seguinte, intitulado **Análise das Entrevistas**, como o nome sugere, nos deteremos à análise propriamente dita dos dados construídos nas entrevistas e tratados pelo método da Análise de Conteúdo. Nesse momento discutiremos grandes categorias temáticas que permitirão uma análise da perspectiva da atividade desenvolvida pelos trabalhadores e dos impactos psicossociais daí advindos, de modo a ter a oportunidade de

viabilizar uma reflexão mais completa sobre as questões teóricas discutidas anteriormente à luz dos discursos dos entrevistados. Ainda nesse capítulo traremos também os relatos de todas as entrevistas realizadas, em uma aproximação da história de vida laboral desses trabalhadores.

Em um momento de encerramento, ainda que acessível a futuros desdobramentos, nas **Considerações Finais** iremos apontar conclusões obtidas nesse percurso de pesquisa e esperamos sintetizar adequadamente os frutos de nossa análise. Pretendemos encerrar nosso trabalho sumarizando nossa reflexão das relações entre a atividade empreendedora dos trabalhadores de “comida de rua” entrevistados, os processos de precarização nela presentes e os impactos surgidos dessa relação.

Ao longo de nossa trajetória de investigação, nos diversos ambientes de interlocução (tangíveis e intangíveis) que habitamos, a concepção de nosso estudo se fez mais palpável e complexa. A jornada de investigação nos levou a percursos previsíveis e imprevisíveis que findaram no resultado apresentado a seguir. O Exame de Qualificação foi um dos espaços de diálogo que possibilitou um redesenho e redirecionamento do caminho até então percorrido, até mesmo de recorte do universo complexo que é a “comida de rua”, proporcionando o encontro e a exploração de novos ambientes de debates e análises expostas nos capítulos que se seguem.

Ressaltamos ainda que nossa pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

2 O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO

Para a compreensão adequada da atividade empreendedora e, mais especificamente, da “comida de rua”, é necessário depreender o estilo de negócios em que ela se desenvolve: o empreendedorismo. Este capítulo será dedicado à apropriação das principais ideias que envolvem o empreendedorismo na literatura científica e nas práticas atuais. *Empreendedorismo* é uma expressão bastante utilizada no vocabulário acadêmico e profissional da Economia, e, ultimamente, também no vocabulário popular, mas que não tem sido suficientemente tratada como objeto de estudos e pesquisas na área da Psicologia Social do Trabalho e das Organizações, cujas contribuições podem ser inúmeras se exploradas sob perspectivas distintas, levando em consideração as possibilidades de discussões sobre a vida no trabalho. Hoje o empreendedorismo não é mais um conceito apenas econômico, é comumente empregado em estudos de Administração de Empresas, Sociologia, Educação e Filosofia.

Vê-se, com considerável frequência, em anúncios, revistas, programas de televisão e nas universidades, uma forte divulgação e incentivo à prática empreendedora. Se fizermos uma rápida busca na Internet por “empreendedores brasileiros” veremos nomes como Alexandre Costa, fundador da Cacau Show¹; Robinson Shiba, fundador do China in Box²; e Alberto Saraiva, criador do Habib’s³. Personalidades que são tomadas como exemplos de bons empreendedores. Mas qual o significado de ser um bom empreendedor? O que é empreender? Como, ao longo da história, essa prática se desenvolveu e o que se tem produzido sobre isso? Recorre-se à literatura científica em busca de uma fundamentação que nos aproprie minimamente de respostas para essas questões. O objetivo é um mergulho no tema Empreendedorismo, bem como em suas principais definições e conceitos-chave, para que se possa ter uma base conceitual em torno do que vamos nos dedicar no decorrer deste trabalho.

Um bom ponto de partida é apreendermos a significação de determinado termo como vocábulo de uma língua. Na língua portuguesa, o conceito *empreendedorismo* é um neologismo criado para identificar o novo universo da figura do empreendedor. Esse conceito aparece como substantivo derivado do verbo empreender e é utilizado para identificar os

¹ A Cacau Show uma marca de chocolates brasileira, fundada por Alexandre Tadeu da Costa, aos 17 anos. Hoje presente em quase todos os estados brasileiros, tornando-se uma das maiores redes de lojas de chocolate do mundo.

² A China in Box é uma rede de *fast-food* de comida chinesa, inaugurada em 1992, presente em 22 estados brasileiros. Hoje a maior rede de delivery de comida chinesa da América Latina.

³ Habib’s é a maior rede de *fast-food* brasileira, especializada em comida árabe.

fenômenos relativos ao empreendedor e ao mundo dos negócios no contexto atual. No Dicionário Aurélio, Ferreira (1996) entende empreender, do latim *imprendere*, como: deliberar-se a praticar, propor-se, tentar um negócio laborioso e difícil, pôr em execução. Já no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, “empreender” é decidir, realizar uma tarefa difícil e trabalhosa, empreender uma travessia arriscada, pôr em execução, realizar pesquisas ou longas viagens. Etimologicamente, empreender vem do latim *imprehendo* ou *impraehendo*, que significa tentar executar uma tarefa (HOUAISS; VILLAR, 2001).

Embora seja um assunto que venha ganhando força como objeto de estudo e prática, o tema empreendedorismo na verdade não é tão atual. Existindo já há dois séculos, acredita-se que foi cunhado pela primeira vez por volta de 1800 pelo economista francês Jean Baptiste Say. Para Say (1986), *entrepreneur* é aquele que transfere recursos econômicos de um setor para outro, garantindo mais produtividade e maior rendimento. Assim, a palavra “empreendedor” parece ter origem francesa e define o indivíduo que se propõe a começar algo novo e a assumir riscos (DORNELAS, 2001). Contudo, essa ainda é uma conceituação pouco precisa. Segundo Britto (2003, p. 17),

A raiz da palavra empreender vem de 800 anos atrás com o verbo francês "entreprendre" que significa 'fazer algo'. Uma das primeiras definições da palavra empreendedor foi elaborada no início do século XIX pelo economista francês J.B Say, como aquele que transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento.

Segundo Dornelas (2001), empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, que levam à criação de negócios de sucesso. Dolabela (1999) o defende como transformação da realidade e obtenção de realização pessoal e valores positivos para a sociedade. Segundo esse autor, é uma ciência onde são estudados os aspectos referentes ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades e seu universo de atuação. Para Dolabela (1999, p. 29),

[...] é uma livre tradução que se faz da palavra entrepreneurship, designa uma área de grande abrangência e trata de outros temas além da criação de empresas: a) geração do auto emprego (trabalhador autônomo); b) empreendedorismo comunitário (como as comunidades empreendem); c) intraempreendedorismo (o empregado empreendedor); d) políticas públicas (políticas governamentais).

Por outro lado, o rótulo de empreendedor pode, dependendo de sua utilização e interpretação, constituir um significante vazio,

[...] uma palavra que pode significar tudo e nada, uma palavra que não tem um significado intrínseco, não tem relação com nenhum dos objetos com os quais é

normalmente associada, que remete a vários pontos sem chegar efetivamente a nenhum deles. (WALKER, 1989, p. 164, tradução nossa).

Segundo Costa, Barros e Carvalho (2011), essa última condição é bastante conveniente para naturalizar processos e fenômenos, já que o conceito pode assumir diferentes significados dependendo de seu contexto e uso, e pode abrir precedentes para outras compreensões, apropriações e generalizações no uso do termo e das práticas. No entanto, mesmo em meio a tanta diversidade, de forma bastante genérica, pode-se identificar três abordagens mais recorrentes que tratam desse tema: a primeira, de base mais comportamental; a segunda, seguindo uma perspectiva gerencial; e uma terceira, de ordem econômica.

Dentro da primeira abordagem seguem estudos numa linha *behaviorista*, que buscam traçar e compreender os perfis de comportamento do empreendedor. Com os avanços dos estudos na área das ciências comportamentais, entre os anos de 1970 e 1980, os estudos sobre comportamento dominaram a área do empreendedorismo (FILION, 1999). Segundo Filion (1999), o primeiro destes estudiosos a demonstrar interesse foi Max Weber, que identificou o sistema de valores como um elemento fundamental para a explicação do comportamento empreendedor. Entretanto, ainda segundo o mesmo autor, foi David C. McClelland quem deu realmente início à contribuição das ciências do comportamento para o estudo do empreendedorismo. Durante aproximadamente 20 anos os comportamentalistas dominaram os estudos relacionados aos empreendedores e ao empreendedorismo, difundindo-se por quase todas as ciências humanas e gerenciais.

A segunda abordagem tem como foco uma perspectiva de cunho gerencial, vinculado aos conhecimentos da gestão, e se concentra no estudo das habilidades, competências e comportamentos do empreendedor e sua relação com a organização como um fenômeno coletivo. Por fim, a terceira abordagem tem como base um eixo econômico, e concentra seus estudos em temas como investimentos, negócios e desenvolvimento econômico, financeiro e comercial, temas que hoje contemplam os estudos sobre empreendimentos, capital e riscos.

Compreendendo a necessidade de conhecer de forma mais ampla sobre o tema empreendedorismo, o tópico a seguir busca abordá-lo em uma linha histórica, junto aos seus principais autores, conceituações e práticas. Busca-se uma compreensão geral de como esse conceito surgiu, se desenvolveu e foi apropriado sob diferentes prismas, até chegar à complexidade que assistimos hoje.

2.1 O empreendedor e o empreendedorismo ao longo da história

Entendendo que o conceito de empreendedorismo se recicla de tempos em tempos (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011), neste tópico vamos nos ater a dois recortes históricos referentes a períodos de estudo do sujeito empreendedor: o período de formação do capitalismo industrial e o período do capitalismo monopolista, já que discutiremos o empreendedorismo na atualidade do capitalismo mais adiante, a partir de outras fontes. No primeiro recorte histórico,

[...] é possível destacar características que distinguem o capitalismo de outros modos históricos de produção, quais sejam: (a) existência de propriedade privada dos meios de produção, para cuja efetivação se torna necessário o trabalho formal assalariado e livre; (b) sistema de mercado baseado na iniciativa e na empresa privada; e (c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro. (COSTA; BARROS; CARVALHO; 2011, p. 184).

Levando em consideração essas características, as intensas transformações das forças produtivas na Inglaterra, responsáveis pela eclosão da chamada Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, fomentaram o processo de constituição do sistema capitalista industrial. Assim, o processo de transformações econômicas e sociais, caracterizadas pela aceleração do processo produtivo e pela consolidação da produção capitalista, gerou transformações bastante visíveis com a substituição das manufaturas pelas indústrias têxteis, do trabalho artesanal pelo da máquina e pela ascensão do modo capitalista de produção. Segundo Munhoz, Borges e Kemmelmeier (2008), é nesse período de transição do capitalismo mercantil para o industrial que há um aumento no contingente de trabalhadores assalariados.

Quatro estudiosos foram responsáveis pelas principais formações discursivas sobre o sujeito empreendedor nesse período: Richard Cantillon, Jean Baptiste Say, Wener Sombart e Joseph Schumpeter. O primeiro, na segunda metade do século XVIII, ao procurar bases para caracterizar o sujeito empreendedor, identificou no colono, no comerciante e até no artesão a figura de empresário, levando em consideração o seu posicionamento comercial, já que os três apostavam em um mercado às escuras, sem garantias do que seria obtido. Portanto, os empreendedores nesse período eram “pessoas que aproveitavam oportunidades com a perspectiva de obter lucros, assumindo os riscos inerentes” (FILION, 1999, p. 7).

Já o segundo autor, que cunhou o termo empreendedorismo, buscou caracterizar o empreendedor da época como o empresário que age como mediador de todas as relações

econômicas, dentro de um universo de incertezas, garantindo um equilíbrio do sistema econômico na medida em que garante também a realização de seus interesses pessoais. O empreendedor de Say (1986) administra a tarefa de produção e constitui o centro de várias relações, ele se aproveita do que os outros sabem e do que ignoram, bem como de todas as vantagens acidentais da produção. Segundo Costa, Barros e Carvalho (2011), aqui o empreendedor seria um sujeito racional e dinâmico, que possui as características necessárias para garantir o progresso de uma nação. É interessante observar nesse autor a emergência de características liberais e de interesse privado, bem como a caracterização do sujeito empreendedor como a reunião de determinadas características ideais, o que mais tarde viria a ser retratado nos perfis de empreendedores de sucesso a serem seguidos como modelo.

O terceiro economista buscou definir a figura do empreendedor como organizador do processo econômico, chegando inclusive a colocá-lo no lugar do Estado, principalmente entre o fim do século XVII e início do século XX. Porém, de acordo com Sombart (1946), nem todos podem exercer essa função, apenas aqueles que possuem o que ele chama de paixão pelo lucro, um dom para ganhar dinheiro, que têm a ganância como principal impulso e motivação. Tal caracterização do sujeito empreendedor levou à criação de uma imagem mítica do empreendedor como um homem de sucesso e exemplo a ser seguido por todos aqueles que desejassem destino igual. Nesse sentido, haveria três tipos de empreendedores: aquele preocupado com a exploração industrial, aquele que tem em mente as demandas de mercado e aquele se foca na obtenção e manejo do capital. Esses três tipos se misturam e estariam unidos em um único e ideal indivíduo.

Dentre essas definições de empreendedor, a que é mais atrelada ao discurso sobre o empreendedorismo na atualidade é a do economista Joseph Schumpeter (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011). Aqui o empreendedor é aquele que, através da inovação, revoluciona e alavanca o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, o empreendedor:

[...]é o agente do processo de destruição criativa, [...] aciona e mantém em marcha o motor capitalista, criando novos produtos, novos mercados e sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros, revolucionando sempre a estrutura econômica, [...] e criando uma nova. (SCHUMPETER, 1985, p. 47).

Segundo Castanhar (2007), a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico pode ter se iniciado com as ideias desse autor, quando se formam as primeiras imagens do empreendedor como provedor do crescimento e desenvolvimento. Desse modo, “cabe ressaltar que a imagem do empreendedor como empresário e/ou como capitalista provedor do desenvolvimento econômico era uma representação recorrente na época em

análise, fosse tal imagem positiva ou negativa” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 186). Sendo o empreendedor o detentor da inovação, é através dessa característica que ele impõe mudanças e descontinuidades no sistema, posteriormente recolocando tudo nos eixos em direção ao desenvolvimento. Schumpeter é um autor-chave na compreensão do que, efetivamente, é o empreendedorismo, e será melhor tratado nos próximos tópicos. Por ora, compreende-se que nesse período “o empreendedor é o agente que inicia estas mudanças, alterando o sistema em equilíbrio por meio da identificação de novas oportunidades [...]” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 186).

Realizando um segundo recorte histórico, o sistema chamado capitalismo monopolista possui seus alicerces no pós-guerra, a partir dos anos 1960 e ao longo das décadas de 1970 e 1980, tendo em vista a difusão de uma nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, seus mercados, capitais e serviços financeiros. Essa nova ordem pode ser definida como a expansão da economia capitalista e de sua organização social em escala global, pois pensar o fenômeno de formação e crescimento do ideário liberal pressupõe não apenas captar suas dimensões econômicas, mas também sua dimensão social enquanto organizador de ideias e crenças. A partir dessa nova configuração, registraram-se importantes mudanças: o surgimento das grandes organizações empresariais; a tendência à concentração de capital, em que o grande capitalista reduz à dependência os pequenos e médios capitalistas; políticas econômicas de caráter protecionista; projeção imperialista; advento da democracia liberal; e aumento das rivalidades internacionais. (FALCON; MOURA, 1989).

Sob tais mudanças significativas, procurando compreender em que medida a figura do empreendedor foi alterada, podemos citar Cardoso (1964) que, relativo à época mencionada, afirma que nas atividades econômicas modernas é a continuidade da organização que se apresenta como fundamental e não a criação de novas técnicas e combinações. Dessa forma, o empreendedor tem seu papel fundado não mais na inovação de práticas, mas na manutenção daquelas que assegurem certa vantagem, controlando uma ordem de resultados já conquistados. Isso porque com a “concentração da produção em grandes unidades, as inovações predominam a tal ponto que o chamado ‘talento empresarial’ se tornou obsoleto, não havendo mais espaço para capitalistas individuais” (TRAGTENBERG, 2005, p. 19). Conclui-se que o sucesso da atividade empreendedora não se resumia mais à sua capacidade inovadora, mas em dar continuidade efetivamente à combinação econômica instaurada.

Segundo Cardoso (1964, p. 24), a “burocratização das organizações econômicas modernas, a complexidade do mercado nas economias altamente desenvolvidas [...] e as

condições de realização do lucro impuseram uma redefinição das funções empresariais”. Em meio a esse cenário, e mediante a alta burocratização empresarial, o sucesso de uma empresa derivava não das características ideais de um empresário e empreendedor de sucesso, mas sim de um conjunto de decisões pautadas em argumentos políticos e sociais. Cabe ressaltar que as funções empresariais eram mantidas na economia que vigorou ao longo da modernidade, porém com seu papel alterado. O que passou a adquirir importância foram outros fatores, como: a formação de grupos de interesses nas empresas; o poder das alianças que se formam nas assembleias de acionistas; as alianças entre grupos econômicos; e o surgimento na cena econômica de nova personagem para garantir a prosperidade: o Estado (CARDOSO, 1964).

Em uma nova conjuntura de economia mais política e jogos de persuasão e influência entre empresas, as práticas protecionistas foram postas novamente em cena, o que indica um capitalismo menos livre e com maior intervenção Estatal, para prover recursos suficientes à sobrevivência do capital. A figura ativa do Estado no planejamento econômico e social se estabeleceu, assim, com o objetivo de uma possível regulação das inconstâncias dos ciclos do capital.

Na perspectiva de López-Ruiz (2007), o tipo característico de indivíduo dessa época, entre final do século XIX e início do século XX, poderia ser descrito como conformista e pouco ambicioso, muito longe da “iniciativa individual” e “vontade de inovar” dos empreendedores descritos 50 anos antes, anunciando um declínio do empresário livre e ascensão do empregado. Todo esse processo visa à integridade do processo de acumulação, para garantir a perpetuidade de determinadas práticas e dar subsídios às empresas na conquista de mercados e na manutenção de seus interesses privados, e “desta forma, por meio do deslocamento do indivíduo empreendedor para o indivíduo coletivo, seriam as grandes empresas, e não mais os indivíduos, os principais agentes promovedores dos processos de destruição criadora que impulsionam o capitalismo” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 188).

Há, portanto, um grande contraponto entre o empreendedor do século XIX e o empreendedor do século XX. Assim como o empreendedor no capitalismo atual, dentro de um contexto social, político e econômico particular, tem outra série de características e funções, o que veremos mais adiante, ao analisarmos o empreendedorismo no capitalismo atual. Por ora, é fundamental a compreensão de como o empreendedorismo veio se desenvolvendo ao longo do tempo e quais suas perspectivas teóricas. O próximo tópico procura explicar sobre os principais estudos e teorias sobre o tema, bem como algumas definições e conceitos-chave.

2.2 Estudos e práticas sobre o empreendedor e o empreendedorismo

Inúmeros autores, principalmente nas áreas da Administração e da Economia, buscaram traçar estudos e definições sobre o empreendedorismo e as características do empreendedor. Vê-se que hoje esses estudos partem de diversas áreas. Boava (2006) estabelece que a interdisciplinaridade do empreendedorismo está associada ao fato de que este fenômeno possui uma atuação comum a várias disciplinas, e isso produz a diversidade de enfoques de estudos sobre o empreendedor e o empreendedorismo.

Schumpeter (1985), um dos grandes autores sobre o tema, senão o principal, define o empreendedor como aquele que destrói a ordem econômica existente com a produção de novos produtos e serviços, com a criação de novas forças de organização ou com a exploração de novos recursos e materiais. Para o autor, a ideia de desenvolvimento está longe de ser atrelada a uma tendência ao equilíbrio. Isso enfatiza o que para ele seria a ação fundamental da prática empreendedora: a mudança. Desequilibrar o sistema seria, portanto, desenvolvê-lo, sendo a inovação o motor desse processo e o empreendedor seu agente. Desse modo, seria necessário sempre apresentar rupturas, para romper as tradições e impor novas formas de realizar os processos. Assim, romper modelos seria o sentido de empreender, “inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua: novo ciclo de crescimento, capaz de promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo [...]” (MARTES, 2010, p. 260).

Chiavenato (2006) caracteriza o empreendedor como a energia da economia, e aqui já direciona o foco dos estudos sobre empreendedorismo para a importância deste no sucesso do funcionamento econômico como um todo. Para ele, o empreendedor não é apenas um fundador de novas empresas ou o construtor de novos negócios, “ele é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias” (CHIAVENATO, 2006, p. 3). Britto (2003, p. 17), a esse respeito, cita o termo “máquina propulsora do desenvolvimento da economia” e entende o empreendedorismo como a criação de valores por pessoas e organizações para implementar uma ideia com criatividade, capacidade de transformação e coragem de assumir riscos.

Ensina Schumpeter (1985) que o capitalismo não se propulsiona sem a atividade empreendedora, e o empreendedorismo não funciona se não houver inovação. Se falarmos em empreendedorismo, temos que mencionar o termo inovação, que seria, segundo Drucker (1986, p. 39) “o instrumento específico do espírito empreendedor”. Seguindo essa lógica, a

inovação trazida pelo empreendedor permite ao sistema econômico renovar-se e progredir constantemente.

O casal que abre mais uma confeitaria, ou mais um restaurante de comida mexicana no subúrbio americano, certamente estará assumindo riscos. Mas, será que eles são empreendedores? Tudo o que fazem já foi feito muitas vezes antes. Eles apostam na popularidade crescente de se comer fora, na vizinhança. Por outro lado, eles não criam uma nova satisfação para o consumidor, e nem uma nova demanda para este. Visto sob essa perspectiva, é claro que eles não são empreendedores, mesmo que o seu negócio seja novo. (DRUCKER, 1986, p. 28).

Vemos que algumas características do perfil empreendedor começam a surgir, a exemplo da criatividade e do risco. Para Drucker (1986), empreender é uma iniciativa essencialmente arriscada, principalmente porque, segundo o autor, poucos sabem o que estão fazendo.

Ainda atrelando o empreendedorismo ao desenvolvimento, como sugerido por Schumpeter (1985), é o pensamento de Dolabela (1999, p. 28), para o qual "acredita-se hoje que o empreendedor seja o 'motor da economia', um agente de mudanças". O mesmo autor, em uma definição menos específica, propõe que "é empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade" (DOLABELA, 2003, p. 38). Do mesmo modo, Filion (1999) entende o empreendedor como sendo uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões. Nesse sentido, a prática de empreender, para Dolabela (2003, p. 32), "é essencialmente um processo de aprendizagem proativa, em que o indivíduo constrói e reconstrói ciclicamente a sua representação do mundo, modificando a si mesmo e ao seu sonho de auto realização em processo permanente de auto avaliação e autocriação".

Para Drucker (1986, p. 36) o empreendedor "é aquele que sempre está buscando a mudança, reage a ela, e a explora como sendo uma oportunidade". Nessa mesma direção, Dornelas (2001, p. 37) o define como "aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ele, assumindo riscos calculados". Segundo esse autor, ao analisar algumas definições para o termo empreendedorismo, certos aspectos sempre estarão presentes em todas elas, principalmente no que diz respeito ao comportamento empreendedor, como: iniciativa para criar um novo negócio, paixão pelo que faz, utilização de recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico e saber os riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

É interessante notar como todas esses conceitos foram, ao longo dos anos, se modificando de acordo com o contexto e construindo concepções e compreensões do que viria a ser um *perfil empreendedor* a ser seguido, discutido no tópico a seguir.

2.2.1 O perfil do empreendedor

Tendo em vista as informações exploradas até o momento sobre o que alguns autores definem empreendedorismo, é interessante investigar sobre o indivíduo por trás dessa prática. Afinal, o que é ser empreendedor? Talvez seja essa a questão-chave que perpassa muitos dos estudos sobre o tema, já que aprender a ser empreendedor parece ser o grande objetivo. Nesse sentido, há muitos autores que buscam traçar um perfil desse indivíduo empreendedor ideal. Segundo o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2007), instituição brasileira de fomento ao empreendedorismo e à implantação de metodologias empreendedoras por todo o País, que será melhor tratada mais adiante, o profissional deve contemplar algumas características, condensadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Características dos empreendedores de sucesso segundo o SEBRAE.

Iniciativa	Agir, se adiantando às circunstâncias.
Busca de oportunidades	Saber identificar e aproveitar as oportunidades.
Persistência	O sucesso do empreendedor depende exclusivamente de seu empenho e dedicação frente às dificuldades e desafios.
Busca de informações	O empreendedor deve ter o interesse de buscar pessoalmente as informações do ramo da atividade proposta.
Exigência da qualidade	O empreendedor deve ter o interesse de manter a alta qualidade de seu de serviço e também no atendimento ao cliente sempre visando à satisfação.
Cumprimento de contratos de trabalho	O empreendedor deve estar comprometido com a sua equipe de trabalho em atender os contratos no prazo combinado, para transmitir confiança e segurança aos seus clientes, bem como para manter e cativar um bom relacionamento cordial e a boa reputação da empresa.
Orientação para eficiência	O empreendedor deve estar comprometido com a redução de custos, a redução do tempo de realização de tarefas, a implantação de novas tecnologias, e com o gerenciamento dos recursos necessários.
Planejamento Sistemático	O empreendedor deve fazer um plano de negócios e revisá-lo periodicamente para tomar decisões com riscos sempre muito bem calculados.
Resolução de problemas	O empreendedor deve ser flexível e ter habilidade para mudar a estratégia quando necessário e identificar novas soluções e implantá-las com agilidade.
Assertividade	O empreendedor deve apresentar o problema às pessoas de forma direta e dar sugestões coerentes para o benefício econômico, financeiro e comercial do negócio.
Autoconfiança	O empreendedor deve acreditar e confiar na sua capacidade, na sua habilidade para negociar e na sua eficiência e critérios para resolver problemas do dia a dia.
Perícia	O empreendedor sempre busca o conhecimento e capacitação da área relacionada ao negócio antes de começá-lo.
Persuasão	O empreendedor deve ter habilidade de influenciar e convencer as pessoas, com transparência, sinceridade e honestidade.
Monitoramento	O empreendedor deve verificar se o trabalho está sendo executado conforme o previsto, desta forma estará garantido a alta qualidade de todos os processos e a satisfação do cliente mantendo a boa reputação da empresa.
Reconhecimento das próprias limitações	O empreendedor deve ter humildade e, quando errar, deve reconhecer e aprender com o erro.
Preocupação com a gestão financeira	O empreendedor deve ter o controle financeiro da empresa, conhecer e manusear as ferramentas administrativas, como fluxo de caixa, giro do ativo, balanço, entre outros. Desta forma ter o maior número de informações possíveis para auxiliar na tomada de decisões estratégicas com os riscos calculados.

Fonte: SEBRAE (2007).

De acordo com Sebrae (2013), essas características estariam separadas em conjuntos: de realização, em relação a tendências de tomar iniciativa; de planejamento, em relação a agir com foco em resultados; e de poder, em relação a habilidades de confiança e influência. Em um outro exemplo, Dornelas (2001) resume para ele as características necessárias de um empreendedor de sucesso:

Quadro 2 - Características dos empreendedores de sucesso

São visionários	Eles têm a visão de como será o futuro para seu negócio e sua vida, e o mais importante: eles têm a habilidade de implementar seus sonhos.
Sabem tomar decisões	Eles não se sentem inseguros, sabem tomar as decisões corretas na hora certa, principalmente nos momentos de adversidade, sendo isso um fator-chave para o seu sucesso. E mais: além de tomar decisões, implementam suas ações rapidamente.
São indivíduos que fazem a diferença	Os empreendedores transformam algo de difícil definição, uma ideia abstrata, em algo concreto, que funciona, transformando o que é possível em realidade (Kao, 1989; Kets de Vries, 1997). Sabem agregar valor aos serviços e produtos que colocam no mercado.
Sabem explorar ao máximo as oportunidades	Para a maioria das pessoas, as boas ideias são daqueles que as veem primeiro, por sorte ou acaso. Para os visionários (os empreendedores), as boas ideias são geradas daquilo que todos conseguem ver, mas não identificaram algo prático para transformá-las em oportunidade, por meio de dados e informação. Para Schumpeter (1949), o empreendedor é aquele que quebra a ordem corrente e inova, criando mercado com uma oportunidade identificada. Para Kirzner (1973), o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente. Porém, ambos são enfáticos em afirmar que o empreendedor é um exímio identificador de oportunidades, sendo um indivíduo curioso e atento a informações, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta.
São determinados e dinâmicos	Eles implementam suas ações com total comprometimento. Atropelam as adversidades, ultrapassando os obstáculos, com uma vontade ímpar de “fazer acontecer”. Mantêm-se sempre dinâmicos e cultivam um certo inconformismo diante da rotina.
São dedicados	Eles se dedicam 24h por dia, 7 dias por semana, ao seu negócio. Comprometem o relacionamento com amigos, com a família, e até mesmo com a própria saúde. São trabalhadores exemplares, encontrando energia para continuar, mesmo quando encontram problemas pela frente. São incansáveis e loucos pelo trabalho.
São otimistas e apaixonados pelo que fazem	Eles adoram o trabalho que realizam. E esse amor ao que fazem é o principal combustível que os mantém cada vez mais animados e autodeterminados, tornando-os os melhores vendedores de seus produtos e serviços, pois sabem, como ninguém, como fazê-lo. O otimismo faz com que sempre enxerguem o sucesso, em vez de imaginar o fracasso.
São independentes e constroem o próprio destino	Eles querem estar à frente das mudanças e ser donos do próprio destino. Querem ser independentes, em vez de empregados; querem criar algo novo e determinar os próprios passos, abrir os próprios caminhos, ser o próprio patrão e gerar empregos.
Ficam ricos	Ficar rico não é o principal objetivo dos empreendedores. Eles acreditam que o dinheiro é consequência do sucesso dos negócios.
São líderes e formadores de equipes	Os empreendedores têm um senso de liderança incomum. E são respeitados e adorados por seus funcionários, pois sabem valorizá-los, estimulá-los e recompensá-los, formando um time em torno de si. Sabem que, para obter êxito e sucesso, dependem de uma equipe de profissionais competentes. Sabem ainda recrutar as melhores cabeças para assessorá-los nos campos onde não detêm o melhor conhecimento.
São bem relacionados	Os empreendedores sabem construir uma rede de contatos que os auxiliam no

(networking)	ambiente externo da empresa, junto a clientes, fornecedores e entidades de classe.
São organizados	Os empreendedores sabem obter e alocar os recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros, de forma racional, procurando o melhor desempenho para o negócio.
Planejam, planejam, planejam	Os empreendedores de sucesso planejam cada passo de seu negócio, desde o primeiro rascunho do plano de negócios até a apresentação do plano a investidores, definição das estratégias de marketing do negócio etc., sempre tendo como base a forte visão de negócio que possuem.
Possuem conhecimento	São sedentos pelo saber e aprendem continuamente, pois sabem que quanto maior o domínio sobre um ramo de negócio, maior é sua chance de êxito. Esse conhecimento pode vir da experiência prática, de informações obtidas em publicações especializadas, em cursos, ou mesmo de conselhos de pessoas que montaram empreendimentos semelhantes.
Assumem riscos calculados	Talvez essa seja a característica mais conhecida dos empreendedores. Mas o verdadeiro empreendedor é aquele que assume riscos calculados e sabe gerenciar o risco, avaliando as reais chances de sucesso. Assumir riscos tem relação com desafios. E para o empreendedor, quanto maior o desafio, mais estimulante será a jornada empreendedora.
Criam valor para a sociedade	Os empreendedores utilizam seu capital intelectual para criar valor para a sociedade, com a geração de empregos, dinamizando a economia e inovando, sempre usando sua criatividade em busca de soluções para melhorar a vida das pessoas.

Fonte: Dornelas (2001).

Se analisadas de forma atenta, as informações contidas nos quadros acabam por descrever indivíduos de características ideais, que nunca se sentem inseguros e são loucos pelo trabalho, que comprometem a própria saúde em função do negócio. Entendemos que, apesar do fato desses perfis exibirem desenhos caricaturais e, por vezes, descontextualizados, é justamente por isso a necessidade de recorreremos a eles e trazê-los aqui. É necessário conhecer o que se tem produzido e divulgado sobre o tema, para que possamos formular análises e críticas pertinentes. Isso nos faz questionar também a profunda difusão do uso do termo empreendedor para classificar diversos trabalhadores, principalmente com as políticas de formalização de trabalhadores informais como empreendedores. Essa discussão será explorada mais adiante, por ora é importante lembrarmos dessas características descritas nos perfis para questionar se os trabalhadores são, de fato, capazes de dar conta de tantas funções.

O perfil empreendedor é ainda objeto de muitos estudos, sendo importante destacar as contribuições de Filion (1999), Dolabela (1999), Dornelas (2001), Timmons (1994) e outros que consideram a capacidade empreendedora uma visão fundamental hoje à vida no mundo dos negócios. Percebe-se que há um conjunto de características e atitudes que se espera encontrar em um sujeito empreendedor. O que parece não haver é um consenso ou uma mais significativa (e necessária) problematização sobre a origem de tais características.

Embora ainda possa haver no imaginário social a ideia de que determinados indivíduos nascem destinados a se tornarem empreendedores, acreditamos que o proferido espírito empreendedor, aquilo que torna uma pessoa empreendedora, não é um traço de

personalidade, uma característica nata, um dom ou uma vocação. Atualmente, a ideia de vocação, como uma atividade para qual você nasceu e que irá lhe acompanhar durante toda sua vida produtiva, pode ser considerada, no mínimo, discutível. Os estudos sobre vocação entraram, de certa forma, em desuso, já que a ideia de vocação estaria “relacionada, na origem, à ordem do sagrado, sendo um apelo (beruf, em alemão; calling, em inglês) de uma transcendência” (PERRUSI, 2009, p. 105).

Ainda que hoje a perspectiva da vocação esteja mais relacionada a uma realização de si, essa ideia acaba sendo integrada a um individualismo e autculpabilização daquele que, por questões diversas, não consegue a realização da proferida potencialidade de sua essência. E, assim, poderíamos afirmar que “a representação histórica moderna da vocação está virtualmente desaparecida. Desemprego, pobreza, flexibilidade no trabalho, reestruturação produtiva, tudo isso coloca em questão o sentido vocacional” (PERRUSI, 2009, p. 109).

Assim como Drucker (1986) já apontava, acreditamos que ser empreendedor seja uma construção histórica, um conjunto de comportamentos produzido socialmente e aprendido diante de situações caracterizadas por decisões que precisam ser tomadas a partir da incerteza. Fica claro, portanto, que as pessoas desenvolvem certas habilidades, competências e aptidões para o trabalho, construídas através das experiências que têm ao longo da vida (COELHO; AQUINO, 2009). Determinadas habilidades podem estar associadas àquelas descritas como ideais de um empreendedor, contudo as descrições de tais características também se modificam de tempos em tempos, como descrito em tópicos anteriores. Ademais, questiona-se o significado do conceito de personalidade utilizado por alguns autores, de modo que este seria uma ideia de certa forma ultrapassada ao estudarmos hoje os sujeitos e subjetividades. Barreto (1998) também não atrela a capacidade empreendedora a uma característica de personalidade, já que considera o empreendedorismo como um comportamento ou processo voltado para a criação e desenvolvimento de um negócio, incorporando a perspectiva comportamental.

Alguns autores consideram, ainda, o empreendedorismo como um processo, caracteristicamente, social. É o caso de Dolabela (1999), para o qual ser empreendedor ou não vai depender de características do ambiente em que está inserido determinado sujeito, e se naquele contexto ser empreendedor é visto com conotação positiva ou negativa. Nesse caso, seria um fenômeno, de fato, mais social do que de personalidade, em que a motivação para empreender viria, sobretudo, da influência do meio e das condições que são impostas por ele. Na linha de raciocínio seguida por esse autor, assume-se que qualquer pessoa pode vir a ser

empreendedor ou aprender a empreender, por meio de suas experiências educacionais, familiares, profissionais, dentre outras.

Ainda segundo o mesmo autor, para aprender a empreender o sujeito tem que “aprender a pensar e agir por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado, transformando esse ato também em prazer e emoção” (DOLABELA, 1999, p. 12). Através dessa “pedagogia empreendedora”, o autor “considera que empreender, não é apenas uma habilidade, mas uma forma de ser e ver o mundo, daí a crença no espírito empreendedor que considera ser requisito para todo tipo de transformação social” (SABINO, 2010, p. 5). Enfatizamos aqui, novamente, a necessidade da contextualização e problematização de questões como essas, no sentido de compreender o contexto social e econômico em que estamos atualmente inseridos, e não somente atribuir ao sujeito características ideais e inatingíveis.

Há, ainda, uma diferenciação importante que alguns autores fazem entre as figuras do empresário/gerente/administrador e do empreendedor. Como apresentado por Dornelas (2001) no Quadro 3, o empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos do administrador e de alguns atributos pessoais que, somados a características sociológicas e ambientais, permitem o nascimento de uma nova empresa. Outro fator que diferencia o empreendedor do administrador comum é o constante planejamento, a partir de uma visão de futuro específica, incorporando e interagindo com o ambiente para tomar as melhores decisões.

Quadro 3: Comparação entre gerentes tradicionais e empreendedores

Temas	Gerentes Tradicionais	Empreendedores
Motivação principal	Promoção e outras recompensas tradicionais da corporação, como secretária, status, poder etc.	Independência, oportunidade para criar algo novo, ganhar dinheiro
Referência de tempo	Curto prazo, gerenciando orçamentos semanais, mensais etc. e com horizonte de planejamento anual	Sobreviver e atingir cinco a dez anos de crescimento do negócio
Atividade	Delega e supervisiona	Envolve-se diretamente
Status	Preocupa-se com o status e como é visto na empresa	Não se preocupa com o status
Como vê o risco	Com cautela	Assume riscos calculados
Falhas e erros	Tenta evitar erros e surpresas	Aprende com erros e falhas
Decisões	Geralmente concorda com seus superiores	Segue seus sonhos para tomar decisões
A quem serve	Aos outros (superiores)	A si próprio e a seus clientes
Histórico familiar	Membros da família trabalhavam em grandes empresas	Membros da família possuem pequenas empresas ou já criaram algum negócio
Relacionamento com outras pessoas	A hierarquia é a base do relacionamento	As transações e acordos são a base do relacionamento

Fonte: Dornelas (2001).

Quadros como os apresentados até aqui, incluindo este último que difere gerentes tradicionais de empreendedores, sintetizam muitas questões sobre as quais precisaremos pensar mais à frente nesse trabalho, levando em conta, sobretudo, o grupo de trabalhadores que interessa a essa pesquisa. Até aqui, nos interessa conhecer o que as tradicionais áreas de estudo sobre empreendedorismo têm a nos dizer sobre quem seria esse sujeito que empreende, e daí a relevância de nos atermos a essas ilustrações, especialmente para as futuras análises e reflexões.

Sobre a definição desse indivíduo empreendedor, alguns autores trazem o que chamam de desmistificação do que consideram como os maiores mitos a respeito dos empreendedores. A esse respeito, Dornelas (2001) afirma que: empreendedores não são natos, eles se aprimoram com o tempo; empreendedores não são jogadores que assumem riscos cegamente, eles calculam cada ação; e empreendedores não são “lobos solitários”, eles têm a capacidade de desenvolver um ótimo relacionamento em equipe.

Alguns outros mitos sobre o empreendedor são listados por Britto (2003), como o mito das invenções *High Tech*, que prega que a maioria dos empreendedores inicia suas empresas com uma invenção inusitada, normalmente de natureza tecnológica, o que, para o autor, não necessariamente é verdade, já que de uma ideia comum poderia vir o sucesso. Outro mito citado pelo autor é o do *expert*, para o qual a maioria dos empreendedores possui um passado grandioso e muitos anos de experiência no mercado em que atuam, quando na verdade muitos não têm nenhuma experiência anterior no segmento que entraram. Ainda segundo o autor, há também o mito do *venture capital*, em que a maioria das pessoas acredita que os empreendedores começam seus negócios com milhões de reais de investimento para o desenvolvimento de suas ideias, entretanto, o autor enfatiza que é possível se iniciar um negócio de sucesso com um capital mínimo.

Em meio a tantos autores que buscam definir esse sujeito, algo interessante, e até curioso, dos estudos que buscam traçar um perfil do empreendedor é que, em geral, eles são feitos por pessoas que não são empreendedores, e sim autores e estudiosos do tema. Nesse sentido, as características e atitudes dos indivíduos empreendedores são atribuições de outros sobre o que é ser empreendedor, que, em geral, parecem descontextualizadas e idealizadas, pois não levam em consideração o contexto atual do mundo laboral. Isso nos leva a pensar, por exemplo, em algumas publicações que circulam em páginas da Internet e em artigos de revistas de grande circulação que trazem espécies de “receitas prontas” sobre como ser um empreendedor de sucesso, sem levar em conta que podem haver outras circunstâncias nesse

contexto, para além do sujeito. São concepções heterodeterminadas e podem funcionar como uma prescrição sobre o fenômeno, mais do que sobre o real da atividade empreendedora.

Essas são questões que discutiremos em capítulos seguintes, levando em conta a importância de ouvir do próprio trabalhador sobre sua experiência de empreender, sendo fundamental termos conhecido um pouco mais sobre os principais estudos sobre o tema.

2.2.2 Tipos de empreendedorismo

Neste tópico, a proposta é trazer algumas das principais classificações em que é descrito o empreendedorismo. Geralmente, assume-se que o empreendedorismo se encontra associado ao progresso econômico de determinado local. Contudo, a importância do empreendedor parece residir para além do fator econômico, e aqui surge o que se chama de Empreendedorismo Social (QUINTÃO, 2004). Desse modo, classifica-se dois diferentes potenciais empreendedores: aqueles voltados às questões sociais e aqueles chamados empresariais.

Nessa perspectiva, o empreendedor empresarial visa à criação de lucro e à identificação e implementação de novas oportunidades de negócios, aplicando recursos para o desenvolvimento econômico e financeiro dele próprio ou dos envolvidos no negócio em questão. O empreendedor empresarial ou empreendedor de negócios estaria, portanto, relacionado à busca do desenvolvimento financeiro da empresa ou à criação de novos negócios, conhecidos como *startups*. O empreendedor de negócios trabalha com ideias e oportunidades econômicas, desenvolvendo-as, reunindo capital, trabalho e outros recursos para a produção de bens e serviços para a venda e captação de lucro (DEES, 1998). Nesse sentido, a contribuição desse tipo de empreendedor estaria mais relacionada ao desenvolvimento econômico e ocorre, fundamentalmente, pela inovação que introduz e pela concorrência no mercado.

Em outra direção, o empreendedor social busca, como objetivo-fim, o bem-estar global da sociedade, seja na educação, saúde, meio ambiente, enfim, em todas as áreas essenciais ao desenvolvimento humano. Segundo Dees (1998), para os empreendedores sociais o que interessaria não seria a riqueza como fim, mas como um meio para um determinado projeto que beneficiaria o coletivo. A riqueza, para os empreendedores de negócio, é o único e mais importante valor do trabalho em si, e as leis de mercado não trabalham na valorização de melhorias sociais como objetivo prioritário, principalmente para aqueles que não puderem pagar por elas.

O quadro abaixo ilustra um pouco melhor essa ideia de diferenciação entre as duas categorias citadas:

Quadro 4: Diferenças do empreendedor de negócios para o empreendedor social.

Empreendedor de negócios	Empreendedor Social
Pensa individualmente	Pensa no coletivo
Produz bens e serviços visando o lucro	Produz bens e serviços visando bem-estar à comunidade
Focaliza o mercado com suas ameaças e oportunidades	Focaliza a resolução dos problemas sociais
Mensura a eficiência através do lucro	Mensura a eficiência através dos impactos sociais
Visa o desenvolvimento do negócio	Visa o desenvolvimento social
Visa à satisfação dos clientes	Visa à satisfação da comunidade

Fonte: Mancini e Yonemoto (2010).

Para Dees (1998), o empreendedorismo social surge de uma falha governamental em suprir as necessidades básicas da população. O que o autor chama de falha, é, na verdade, resultado de um conjunto de escolhas do Estado, frente à uma série de mutações sociais e de mercado. A esse respeito, vamos nos aprofundar posteriormente, por enquanto é fundamental a compreensão de que o empreendedor social seria fundamental para a construção do bem-estar social, pois foca em ganhos a longo prazo e em uma organização sólida, e para o qual os lucros são um meio e não um fim, já que são investidos na própria organização, gerando autonomia e responsabilidade social.

Outra categoria em que é classificado o empreendedorismo é a do intraempreendedor, que pode ser definido como “qualquer pessoa dentro da organização que utiliza seu talento para criar e conduzir projetos de caráter empreendedor na organização” (HASHIMOTO, 2006, p. 22). Nesse sentido, o intraempreendedor é a pessoa formalmente empregada que apresenta uma espécie de “comportamento empreendedor”, independente da função que ocupa na organização onde trabalha. Nesse sentido, o intraempreendedorismo pode ser definido simplesmente como empreender dentro das empresas, apresentar ideias, soluções, projetos e colocar essas ideias em ação.

Seguindo essa lógica, o intraempreendedor funciona como um “colaborador” (uma nova e intencional denominação de empregado) da empresa que busca acompanhar as inovações e demandas do mercado, inovando, identificando e criando oportunidades de negócios. O intraempreendedor estaria sempre à busca de inovações dentro da organização que já trabalha, colocando, dessa forma, a empresa em situação competitiva em relação aos seus concorrentes.

O Intraempreendedorismo é também intitulado de Empreendedorismo Corporativo (DORNELAS, 2003). Conforme Dornelas (2003), o espírito empreendedor presente na cultura da organização deve influenciá-la em sua ordenação, pois a orientação empreendedora pode ter um impacto direto e positivo em seu desempenho. Esse tipo de empreendedorismo traz uma evidência desse grande movimento de incentivo à prática empreendedora, que adentra, inclusive, as organizações. Isso nos faz refletir que, quando discutimos empreendedorismo hoje, estamos falando para além apenas da criação de um negócio, é uma espécie de ideologia e cultura que se constrói e se difunde com velocidade. Constrói-se, assim, “uma estratégia para que o ‘novo’ conceito dê conta de abarcar o maior número de pessoas possíveis no seu interior, já que nem todos os cidadãos podem ser proprietários de fato” (SABINO, 2010, p. 6).

Há, ainda dentro das classificações existentes, aquela que diz respeito à motivação dos sujeitos para empreender, que diferiria entre empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade, sobre as quais preferimos discutir no tópico adiante. Levando em conta o discutido até aqui, podemos compreender que a figura do empreendedor está hoje mais complexificada e disseminada por vários outros setores, para além do criador de um negócio próprio.

2.3 O empreendedorismo no Brasil

No final do século XX iniciou-se um movimento em que o conceito de economia empreendedora ganhou popularidade e, por volta dos anos 1980, o tema empreendedorismo foi, de certa forma, revalorizado (SANTIAGO, 2007). No Brasil, o movimento do empreendedorismo passou a ter força na década de 1990 (DORNELAS, 2001; SANTIAGO, 2007), quando houve uma série de significativas mudanças no cenário político e econômico brasileiro.

A mudança ocorrente no mercado de trabalho brasileiro, marcadamente a partir dos anos 1990, demonstra que a retração do nível de emprego e a alteração do conceito de empregabilidade são os vetores que apontam para o empreendedorismo como forma de inserção no mercado de trabalho. (SANTIAGO, 2007, p. 96).

Nesse cenário, há um conjunto de agências de fomento ao empreendedorismo a nível global, que trabalham em prol desse mesmo objetivo, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ, o Banco Mundial e a própria Organização das Nações Unidas – ONU. Todas essas instituições

constroem, em âmbito internacional, certos fundamentos e políticas, guiados pela conjuntura econômica e por determinados posicionamentos e princípios que culminam em certas metodologias e fundamentos, cuja apropriação acontece também no contexto brasileiro.

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) incorpora grande parte dessas metodologias e surge como uma agência nacional viabilizadora dos ideais fomentados pelas agências internacionais (SANTIAGO, 2007). O SEBRAE é uma entidade privada que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento dos empreendimentos de micro e pequeno porte, as MPE'S (Micro e Pequenas Empresas), atuando em todo o território nacional. Com o foco no estímulo ao empreendedorismo, o SEBRAE atua em: educação empreendedora; capacitação dos empreendedores e empresários; articulação de políticas públicas; acesso a novos mercados; acesso à tecnologia e inovação; e orientação para o acesso a serviços financeiros.

É interessante compreender, portanto, que o movimento que guia o incentivo à prática empreendedora no Brasil está relacionado a um movimento mais amplo e complexo, que tem suas raízes fixadas em determinados antecedentes históricos. Órgãos como SEBRAE e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e outros que se espalham pelo País, disseminam uma espécie de cultura da “pedagogia empreendedora” que “alega que a agenda social brasileira deve contemplar prioritariamente a eliminação da miséria, adequando o estilo empreendedor brasileiro por meio de estratégias diferentes daquelas adotadas pelos países com realidades e prioridades diferentes” (SABINO, 2010, p. 5). Esse processo é construído em torno de ajustar a população marginalizada e pobre através de uma educação e qualificação adequadas para a transformação de sua realidade, em busca de formar a ideia de que todo e qualquer cidadão brasileiro possui as oportunidades necessárias para conquistar desenvolvimento econômico e social, sendo isso verdadeiro ou não.

Segundo Dornelas (2001), os últimos 20 anos foram repletos de iniciativas em prol do empreendedorismo, mas a última década destacou-se nesse sentido. Segundo o autor, houve dois acontecimentos marcantes para o novo momento do Brasil em que o empreendedorismo foi protagonista: a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esses eventos estimulam oportunidades de criação e o desenvolvimento de novos negócios no país, em detrimento de outras consequências sociais daí advindas.

A Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o maior projeto de pesquisa sobre a atividade empreendedora no mundo, realiza atividades em mais de 60 países e avalia o comportamento das variáveis relacionadas ao empreendedorismo no Brasil, levantando informações sobre os indicadores, com objetivo de gerar elementos para orientar e influenciar

programas, políticas e ações institucionais de natureza pública ou privada. O Brasil participa deste projeto desde 2000, sendo a pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) e com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE. No Brasil, o GEM é um rico banco de informações que revelam detalhes sobre o comportamento do empreendedor brasileiro, e, realizando uma análise da pesquisa, é visto que o Brasil é um país de alta capacidade empreendedora comparado a outros países.

O foco principal da pesquisa GEM é o indivíduo empreendedor, mais do que o empreendimento em si, utilizando um conceito amplo de empreendedorismo que visa captar os diferentes tipos de empreendedores (formais ou informais), sejam os empreendedores muito simples ou aqueles envolvidos em empreendimentos mais sofisticados e de mais alto valor agregado. No conceito utilizado, ser empreendedor consiste em realizar qualquer tentativa de construção de um novo empreendimento, no intento de realizar uma atividade autônoma, uma nova empresa ou expandir um negócio já existente. Em 2015, estimava-se que 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos estavam envolvidos na criação ou manutenção de algum negócio. Ainda segundo a pesquisa do referido ano, a disseminação da cultura empreendedora e a aceitação do empreendedorismo pela população brasileira contribuíram para avaliações positivas sobre essa prática (GEM, 2015).

Na pesquisa, empreendedores são classificados como iniciais (nascentes e novos) e estabelecidos: os empreendedores nascentes estão envolvidos na estruturação de um negócio do qual são proprietários, mas ainda não pagaram salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração por mais de três meses; já os empreendedores novos administram e são proprietários de um novo negócio que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração por mais de três e menos de 42 meses; e os empreendedores estabelecidos administram e são proprietários de um negócio tido como consolidado, que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de 42 meses (3,5 anos).

Ainda segundo o relatório, os brasileiros são favoráveis à atividade empreendedora e têm uma visão positiva a respeito dos indivíduos envolvidos com negócios próprios. Isso pode ser constatado pelo fato de que, em 2015, entre 70% e 80% dos brasileiros concordam que abrir um negócio é uma opção desejável de carreira, valorizam o sucesso dos empreendedores e acompanham na mídia histórias sobre empreendedores bem-sucedidos. Ter o próprio negócio continua figurando entre os principais sonhos dos brasileiros, sendo que a proporção observada em 2015 (34%) foi superior à de 2014 (31%). Em relação a 2014,

também aumentou a proporção de brasileiros que conhecem alguém que abriu algum negócio nos últimos dois anos (38% em 2014 e 52% em 2015).

Sobre as condições que favorecem a atividade empreendedora no Brasil, o GEM (2015) cita a capacidade empreendedora do povo brasileiro, o acesso a informações sobre empreendedorismo em canais multimídia e as políticas governamentais de estímulo à atividade empreendedora. Haveria no Brasil, segundo apontado na pesquisa, amplo acesso à informação sobre negócios e empreendedorismo, com conteúdos gratuitos disponíveis na internet, além de variados eventos e organizações de fomento e apoio ao empreendedorismo, o que tem contribuído para a disseminação do conhecimento, favorecendo a minimização de riscos do negócio. Por outro lado, ausência de políticas governamentais, educação, capacitação e apoio financeiro são as condições mais citadas como limitantes à atividade empreendedora. Em relação à educação e à capacitação, em especial nos níveis básico, fundamental e técnico, que historicamente têm como foco a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho ou para setor público, o relatório aponta que não há uma devida ênfase ao empreendedorismo. Dos empreendedores identificados em 2015, 14% procuraram algum órgão público ou privado de apoio ao empreendedorismo, dentre os quais 66% buscaram o SEBRAE.

Os resultados do relatório GEM 2015 conduzem à conclusão de que, embora as taxas de empreendedorismo no Brasil tenham aumentado entre 2014 e 2015, se comparadas aos últimos anos da pesquisa no Brasil, estas foram mais impactadas pelo empreendedorismo por necessidade, principalmente, entre aqueles empreendedores nascentes. Observou-se uma alta proporção de empreendedores por necessidade, com crescimento de 23% entre 2014 e 2015.

Como salientado pelo GEM (2016), pessoas podem ser levadas ao empreendedorismo por dois motivos alternativos: necessidade ou oportunidade. Tais motivações permitiriam enquadrar o empreendedor em duas categorias que, assim organizadas, seriam mutuamente excludentes: empreendedores por necessidade e empreendedores por oportunidade. Os empreendedores por necessidade seriam aqueles que empreendem por não ter outra opção de trabalho, ou seja, “decidem empreender por não possuírem melhores alternativas de emprego, propondo-se criar um negócio que gere rendimentos, visando basicamente a sua subsistência e de seus familiares” (GEM, 2016, p. 29). Já os empreendedores por oportunidade seriam aqueles que empreendem não por não ter outra opção de trabalho, e sim porque são “capazes de identificarem uma chance de negócio ou um

nicho de mercado, empreendendo mesmo possuindo alternativas concorrentes de emprego e renda” (GEM, 2016, p. 29).

Sobre a classificação oportunidade/necessidade, iniciamos aqui a mesma crítica que faremos mais adiante, questionando essa rotulação tão delimitada, chegando a serem excludentes entre si. A questão é: em meio ao cenário atual em que o trabalho no Brasil se encontra, é possível fazer essa divisão? Sobre o assunto, Pamplona (2001) procura afirmar que a inclinação preponderante dentre os trabalhadores que decidem por trabalhar para si próprios seria a busca pela subsistência, traduzindo-se, de fato, em uma estratégia de sobrevivência, já que cada um se torna responsável pela sua própria inserção no mercado de trabalho e pela criação de postos de trabalho, através de um autoemprego, se não for exagero falar, praticamente, compulsório.

No que se refere à motivação para empreender, de acordo com o GEM (2016), houve uma ligeira melhora na proporção de novos negócios por oportunidade. Foram 57,4% em 2016, contra 56,5%, em 2015, e, portanto, a cada 100 empreendedores, 57 empreendem por oportunidade. Ainda segundo a pesquisa, a Taxa Total de Empreendedores (TTE) brasileiros apresentou valor de 36,0% em 2016, número inferior à observada em 2015 (39,3%), já a Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA), composta por empreendedores nascentes e novos, alcançou o valor de 19,6%, também inferior a 2015 (21,0%). De acordo com a pesquisa mais recente,

[...] o que chama a atenção é que, comparado com outros países, apenas o Brasil teve uma queda significativa neste índice entre 2015 e 2016 (GEM, 2016). Esse fato pode ser um indício da idiosincrasia da situação macroeconômica brasileira em relação ao resto do mundo. Ou seja, existem fatos que afetam apenas o Brasil e que não estão afetando significativamente nenhum outro país (ex. impeachment presidencial, déficit fiscal agudo). (GEM, 2016, p. 81).

Frente a esse cenário de incertezas sociais e econômicas, dentre as análises trazidas pelo GEM (2016) está a questão da busca pelos órgãos de apoio. Dentre os que buscam ajuda, 68,1% procura apoio no SEBRAE, sendo esta a entidade mais reconhecida entre os empreendedores. O segundo lugar de buscas de auxílio e apoio fica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (19,0%), seguido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (14,9%).

Tabela 1 – Distribuição percentual dos empreendimentos nascentes segundo a faixa etária - Brasil - 2016

Atividades dos empreendedores nascentes					
18-34 anos		35-54 anos		55-64 anos	
Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%
Manutenção e reparação de veículos automotores	11,2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	26,8	Serviços ambulantes de alimentação	9,8
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	9,7	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	11,0	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	9,8
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	8,4	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	4,3	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	9,8
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	6,5	Serviços ambulantes de alimentação	4,0	Atividades de serviços pessoais não especificadas	9,8
Serviços ambulantes de alimentação	5,9	Serviços domésticos	3,9	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	8,2
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4,7			Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	8,2
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	4,6				
Outras atividades	49,0	Outras atividades	49,9	Outras atividades	44,1

Fonte: GEM Brasil 2016

A pesquisa evidenciou, também, que no Brasil o setor de serviços orientados para o consumidor foi o grupo que mais recebeu novos empreendimentos. Dentre esses serviços, estão listados os “Serviços Ambulantes de Alimentação”, entre os empreendedores nascentes, que representa grande porcentagens de negócios, especialmente entre os empreendedores na faixa etária de 55 a 64 anos, conforme Tabela 1. Esse tipo de serviço figura também entre os principais negócios de empreendedores do gênero feminino e por necessidade (GEM, 2016).

Para o SEBRAE, os micro e pequenos empreendedores podem ser classificados em quatro grupos de acordo com a renda. Tal classificação segue os critérios da Lei Complementar 123/2006 (BRASIL, 2006), a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. De forma breve, os pequenos negócios são divididos da seguinte forma: Microempreendedor Individual (MEI) – faturamento anual até R\$ 60 mil; Microempresa (ME) – faturamento anual até R\$ 360 mil; Empresa de Pequeno Porte – faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6

milhões; e Pequeno Produtor Rural – propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa foi aprovada pelo presidente do Brasil Luíz Inácio da Silva em 2006 para beneficiar e simplificar o tratamento dado para esse tipo de empresa. Foi criada em conjunto com a União, os Estados e municípios e foi sancionada através da Lei Complementar 123/06 e estabeleceu pontos como a diminuição da burocracia empresarial, redução da carga tributária e apoio ao pequeno negócio. (MICRO-EMPRESA.INFO, 2017).

Outra diferenciação interessante de se fazer aqui é a existente entre a figura do empreendedor, do profissional liberal e do profissional autônomo. A principal característica do profissional autônomo é que ele não possui vínculo com nenhuma empresa. Os trabalhadores que se encaixam nesta categoria são independentes econômica e financeiramente e não possuem vínculo empregatício com nenhuma organização, ou seja, desempenham as suas atividades diferentemente de um funcionário. Como não atua como empregado, o autônomo não recebe direitos e verbas trabalhistas, como décimo terceiro salário, férias, folga semanal remunerada, entre outros. Entretanto, ele ainda pode contribuir e receber alguns benefícios previdenciários, como a aposentadoria (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

Já o profissional liberal pode ter vínculos empregatícios com uma ou mais empresas. Além disso, encaixam-se nesta categoria apenas aqueles trabalhadores que possuem qualificações e certificações – médicos, engenheiros, advogados, psicólogos, dentistas, professores, etc. – que podem desempenhar suas atividades dentro de seu próprio ou em outro negócio. Os profissionais liberais, geralmente, possuem registro em conselhos e, eventualmente, também são sindicalizados. Além disso, podem ter carteira de trabalho, mas respondem por seus próprios erros e devem pagar tributos anualmente para exercer suas atividades.

Em relação à prática do empreendedorismo no Brasil, outra condição apontada pelo GEM (2016), como característica favorável ao empreendedorismo no Brasil, são as políticas governamentais implementadas, que compreendem a instituição do MEI e do Simples Nacional. Criada em 2009, a categoria de Microempreendedor Individual (MEI) surgiu para que aqueles que trabalhavam por conta própria pudessem formalizar os seus negócios. Algumas características, portanto, diferem o MEI da ME: o MEI não necessariamente precisa de um endereço comercial, podendo a atividade ser realizada na própria residência; o lucro líquido do MEI é isento e não tributável no imposto de renda; e os optantes pelo MEI não precisam, obrigatoriamente, ter um livro com a contabilidade ou a

figura do contador.

O programa MEI, do Governo Federal, procura abranger também os trabalhadores autônomos que objetivam se tornar pequenos empresários. Esse programa foi criado através da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008 (BRASIL, 2008). As leis que regem o Empreendedor Individual são a lei nº 11.598/2007 (BRASIL, 2007), Criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de empresas e Negócios – Redesim; a lei nº 123/2006, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, (BRASIL, 2006); e a Lei Complementar nº 128/2008, que modifica alguns termos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (BRASIL 2008).

O Simples é um sistema financeiro simplificado para recolher tributos e contribuições federais com o objetivo de unificar a arrecadação de tributos e contribuições geradas pelas micro e pequenas empresas nacionais, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Ele foi instituído pelo União através da Lei 9.317 de 1996. Com a Lei complementar 127, de 14 de agosto de 2007, houve um aperfeiçoamento do programa e se tornou a melhor opção para os empresários de pequenos negócios no Brasil. (MICRO-EMPRESA.INFO, 2017).

Para se enquadrar no Simples Nacional, a empresa deve se ser classificada no quesito microempresa ou empresa de pequeno porte. Além disso, há a Lei Complementar nº 139/2011 (BRASIL, 2011), que altera o limite de faturamento do MEI para até R\$ 60.000,00 e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; a Lei Complementar nº 147/2014 (BRASIL, 2014), que promove alterações com simplificação de processos e procedimentos, impede o aumento de IPTU, cobranças de taxas diversas e normatiza o processo de cobranças de taxas associativas para o MEI; e a Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016), que reorganiza e simplifica a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional. A finalidade principal dessas políticas é reduzir a burocracia para abertura e fechamento de negócios e simplificar o sistema de arrecadação de tributos. Com isso, há um aumento crescente de iniciativas relacionadas ao empreendedorismo e o surgimento de incubadoras, aceleradoras, organizações não governamentais e outras organizações que fomentam o empreendedorismo (GEM, 2015).

Ao refletirmos sobre a efetividade das políticas públicas na execução de ações para atingir o trabalho dos empreendedores brasileiros, e de outras ações executadas pelo GEM ou pelo SEBRAE, colocamos em questão em que medida isso abrange o total de empreendedores que atuam espalhados pelo Brasil, de micro e pequeno porte em especial, e, mais especificamente, boa parcela desses que atuam informalmente e que, portanto, ficam de fora de algumas estatísticas e projetos. Apesar da imprecisão de dados mais atuais, já em 2003 dados da pesquisa sobre Economia Informal Urbana - ECINF 2003 apontavam para a

existência de 10,3 milhões de empreendimentos informais no país (IBGE, 2003).

Presenciamos, portanto, “o surgimento de um conjunto de atividades que compõem a economia informal, fundamental para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, além de garantir sua sobrevivência e reconhecimento social” (MACIEL et al, 2014, p. 32). Sobre isso, destacamos a diferença apontada pelo SEBRAE entre empreendedores formais e informais, sendo o empreendedor formal aquele com registro na prefeitura e/ou CNPJ e o empreendedor informal aquele sem registro na prefeitura e sem CNPJ. Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo em 2003, a título de exemplo, haviam 2,6 milhões de empreendedores informais, contra 1,3 milhões de empreendedores formais (SEBRAE, 2003).

A esse respeito, o relatório GEM (2016) aponta que o percentual de empreendedores formalizados foi de apenas 17,5%, apresentando uma queda quanto ao número de 2014 (20,2%). Apesar do considerável aumento do número de MEI na economia em 2016 (de 5,6 milhões em 2015 para 6,5 milhões em 2016), isso não parece ter sido bastante para evitar a queda, ou pelo menos equilibrar, a taxa de formalização.

Deixando de lado a questão histórica e remontando apenas o contexto de 2016 no Brasil, o país viveu um ano de intensa recessão, sofreu uma crise política e viu os juros e déficit das contas públicas subirem rapidamente. Olhando por este ângulo, pode ser que os números também reflitam a falta de confiança na economia do país, de modo que em 2016 os empreendedores não se mostravam preocupados com o crescimento, mas apenas com a sobrevivência das suas empresas, formais ou não. (GEM, 2016, p. 73).

Nesse sentido, a informalidade, tratada de forma mais abrangente no capítulo adiante, ainda que na esfera empreendedora, se apresenta como desafio frente às estratégias e mecanismos de controle da atividade laboral, especialmente no contexto brasileiro, sobretudo na atual conjuntura econômica, política e social.

3 O EMPREENDEDORISMO E A PRECARIZAÇÃO LABORAL

No capítulo anterior, nos detivemos sobre o tema empreendedorismo e seus principais conceitos. No intuito de darmos continuidade ao nosso estudo, e na tentativa da compreensão e contextualização adequadas da atual conformação do mundo laboral em que se insere a prática empreendedora, buscaremos neste capítulo nos apropriar e discutir sobre as principais transformações econômicas e sociais nos modelos de trabalho contemporâneo. O intuito, neste momento, é lançar luz sobre os processos de precarização laboral e compreender as formas de trabalho caracteristicamente precárias, levando à compreensão da própria prática empreendedora na atualidade.

Para apreender a atividade empreendedora em meio à atual conformação laboral, é necessário considerar as grandes transformações e os principais fenômenos que cercam as mutações no mundo do trabalho nas últimas décadas. Ao ter essa compreensão, podemos também captar como o empreendedorismo se encaixa nessa configuração. Dessa forma, mesmo considerando nossa reflexão como algo ainda embrionário, teremos uma noção de como, a partir do mundo laboral contemporâneo, o empreendedorismo assume função de destaque como alternativa de produção e trabalho e, a despeito de sua difusão, acaba se impondo como uma alternativa pautada em características muito próximas daquelas que fundamentam a precariedade laboral.

3.1 As mutações no mundo do trabalho

Compreendendo que o trabalho é uma categoria antro-po-histórica (AQUINO, 2003), é fato que há um longo período histórico de transformações e metamorfoses em sua configuração e em sua relação com o homem. Todavia, o recorte que faremos aqui partirá de algo que implica diretamente na proposição deste trabalho: o foco de uma transformação que faz emergir a precarização como uma das características marcantes do atual cenário laboral, sendo a lente de análise das formas de trabalho contemporâneo.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela difusão de uma nova ética do trabalho (NARDI, 2006), caracterizada pelo avanço tecnológico e produção em larga escala, advindos da Revolução Industrial. Foi nesse período que se deu o desenvolvimento e auge do modelo fordista de produção, caracterizado por uma elevada mecanização do processo produtivo, organizado em linha de produção, e pela elevada especialização dos trabalhadores. Esse tipo de produção possibilitou a acumulação de riqueza, uma maior

produtividade, uma atividade estável de consumo e a perda do domínio do produto por parte do trabalhador (ANTUNES, 2008), recebendo influências de um outro tipo de modelo de administração científica, o taylorismo.

As principais características dos modos de gerência taylorista e fordista são a produção em série e de massa, o trabalho parcelar e a relação homem-máquina (ANTUNES, 2006). O taylorismo já defendia ideias como controle do tempo de produção e dimensionamento do tempo de trabalho. No fordismo, o trabalho tornou-se ainda mais segmentado. Assim, frente à necessidade de gerir as indústrias que se expandiam, surgiram esses modos de controle e gerência da produção, a fim de adaptar o trabalho às demandas do capital.

Nesse mesmo período, a noção de emprego foi instalada e solidificada como a norma de trabalho. E aqui faz-se uma distinção entre a noção de trabalho e emprego, em função de equivocada associação entre esses dois conceitos (AQUINO, 2005). Enquanto o trabalho é entendido como atividade humana de forma mais ampla,

[...] o emprego compreende as condições sociais sob as quais se desenvolve o trabalho e todo o conjunto de garantias e direitos que são mediados por ele. De forma sucinta, poderíamos afirmar que o emprego é uma condição básica desenvolvida no âmbito da sociedade salarial e que tem no processo de industrialização seu corolário. (AQUINO, 2005 p. 3).

Foi essa hegemonia da noção de emprego que propagou a ideia do pleno emprego. Segundo Aquino (2005), o ideal do pleno emprego, que se desenvolveu nos países desenvolvidos durante o século XX, também foi almejado pelos países em desenvolvimento, sendo um forte princípio no estabelecimento do trabalho como categoria central na estruturação social desta chamada sociedade do trabalho.

Essa centralização do emprego se fazia necessária, ademais, para um melhor acompanhamento e controle da produção, pois o fato de todos os trabalhadores estarem em um mesmo local, aos olhos da gerência, era imprescindível ao modo capitalista de produção da época, otimizando a produção e, em contrapartida, negando a condição de sujeito. Essa separação entre concepção e execução e a intensificação do ritmo do trabalho operavam em favor da demanda do capital naquele contexto histórico: destituir o trabalhador de autonomia, do domínio do ofício, das capacidades de pensar, de criar, de imaginar; capacidades que hoje são demandadas, sobretudo na atividade empreendedora.

O começo da década de 1970 trouxe consigo mutações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que corroboraram para um processo de grande fragmentação, heterogeneidade e diversidade da classe trabalhadora, como apontado por Antunes e Alves

(2004). Essa é a década em que o capital avançou com um intenso processo de reestruturação produtiva em escala global, com o objetivo de recuperar seu padrão de acumulação frente à crise que se instaurava no caos pós-guerra, com baixos salários e uma alta na inflação, desencadeando um grande ciclo de greves e lutas sociais (ANTUNES, 2009).

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capitalismo iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um processo de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. (ANTUNES, 1999, p. 48).

Dentre as mutações ocorridas, o sistema de produção fordista começava a dar indícios de insuficiência. Nardi (2006) aponta que o mundo do trabalho passou a sofrer grandes transformações a partir dessa crise do fordismo, inicialmente nos países industrializados e, entre os anos 1980 e início dos 1990, nos países de terceiro mundo ou de economia periférica como o Brasil. Por se tratar de um processo de grande amplitude e complexidade, e por ter um caráter universal devido à própria internacionalização do capital, fazemos aqui alguns apontamentos de elementos principais desse processo, em um esforço de compreensão de seu desenvolvimento.

Essa crise estrutural do capital teve como consequências, segundo Antunes e Alves (2004), quatro grandes transformações: uma diminuição do proletariado fabril, uma expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, uma maior incorporação do contingente feminino de trabalho e uma expansão de modos flexíveis de vínculos laborais. Essas mudanças culminaram em um processo de fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora, pois, na medida em que há uma diminuição da classe operária, junto ao aumento do contingente feminino e ao crescimento do setor de serviços, reduz-se o conjunto de trabalhadores estáveis com as mesmas características laborais (ANTUNES, 2006).

No cenário brasileiro, a reestruturação produtiva tem como consequência, dentre outros fatores, um intenso processo de terceirização e subcontratação em alguns setores, aumentando o contingente de trabalho informal, sob discursos de melhores perspectivas de carreira e de incentivo à multifuncionalidade e à polivalência (ANTUNES, 2006). Compreende-se aqui a informalidade como um processo que caracteriza a desregulamentação, o assalariamento sem carteira, o trabalho autônomo, o trabalho temporário, ou seja, as modalidades de trabalho que não se enquadram na formalidade, que fogem às regulamentações e direitos trabalhistas formais. O uso da expressão “trabalho informal” tem

suas origens nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego de 1972. Ela aparece, de forma particular, nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e Quênia, na África (OIT, 1972).

No transcorrer das últimas décadas do século XX, a evolução tecnológica e a mundialização impulsionaram um processo de grande competitividade entre os mercados e acirrada concorrência entre as empresas. O objetivo e a prioridade do mercado seriam o lucro, com utilização de mão-de obra barata, incentivos fiscais, fechamento de unidades fabris e enxugamento de postos de trabalho. Proliferaram, a partir de então, novas formas mais desregulamentadas de trabalho como a terceirização, a subcontratação, *part-time*, dentre outras formas de trabalho precarizado, frente à redução drástica dos níveis de emprego (ANTUNES, 2006).

Nesse sentido, há um processo inverso à anterior centralidade do emprego, levando muitos autores a questionar a centralidade do trabalho como categoria de estruturação social e subjetiva (MEDÁ, 1995; OFFE, 1989). Entretanto, deve-se atentar para a diferenciação já citada anteriormente entre trabalho e emprego, levando em consideração que o que parece perder sua posição central é o que entendemos por emprego.

É em meio a essa profunda desestabilização do mercado e do mundo laboral que, como resposta à sua crise, o capital lançou mão de pressupostos políticos e ideológicos neoliberais. A tônica agora é a flexibilização do processo produtivo, evidenciada no modelo toyotista de produção, que tem por base uma racionalidade flexível, um salto qualitativo na captura da subjetividade do trabalho pelo capital.

Apesar do toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle de novo tipo do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria, portanto, uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (é o que Fausto denominou subordinação formal-intelectual – ou espiritual – do trabalho ao capital). Por isso, é a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, onde a captura da subjetividade do trabalho é uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. (ALVES; MORAES, 2006, p. 113).

O toyotismo se formou sob um conjunto de regras, valores e dispositivos organizacionais, tais como o trabalho em equipe ou time (*team*), os programas de gerenciamento pela qualidade total, a cultura do controle do tempo (*just-in-time*), a terceirização e novas formas de pagamento, no intuito de promover a motivação no trabalho (ALVES; MORAES, 2006). Esse sistema tornou-se adequado às condições dessa transição e à

consolidação do trabalho imaterial na esfera produtiva, que exige uma nova forma de cooperação complexa na produção capitalista.

O neoliberalismo se impôs a partir da reestruturação produtiva e encontrou no processo denominado de globalização, terreno fértil para proliferar e se expandir. A ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veementemente a intervenção estatal na economia. Defende-se um Estado mínimo e uma transferência da tomada de decisões, de forma crescente, para o plano privado, junto a um repasse de serviços básicos estatais para as mãos de empresas particulares, deixando a sociedade sob o amparo da “eficiência” e da “livre concorrência”. Essa redução da intervenção estatal ocorreu concomitante a uma reorganização da própria estrutura administrativa/funcional de seus órgãos. Nesse sentido, o próprio Estado, na gestão de seus quadros internos, passa a fazer uso das estratégias e políticas de flexibilização do trabalho, mantendo aspectos organizacionais do taylorismo e incorporando aspectos do toyotismo, numa junção de divisão do trabalho, multifuncionalidade e desregulamentação, fortalecendo o princípio neoliberal já absorvido na iniciativa privada (HARVEY, 1994; DIAS, 1996).

A construção da hegemonia neoliberal iniciou-se ao final dos anos 1970 e princípio dos anos 1980, quando foi eleita Margaret Thatcher em 1979 na Inglaterra e Ronald Reagan em 1981 nos EUA.

É pertinente salientar a capacidade da ideologia neoliberal tornar-se hegemônica para boa parte dos países que anteriormente tinham como paradigma o Estado de Bem-Estar Social. Uma das razões para a constituição de sua hegemonia pode ser explicada através da desregulamentação financeira. Fruto do processo de mundialização, trata-se de um mecanismo para a manutenção da acumulação de capital por parte das elites, como forma a substituir a pujança e a lucratividade da produção de mercadorias reais de outrora. (CARINHATO, 2008, p. 38).

O neoliberalismo representa, assim, a retomada do modelo liberal clássico aplicado ao capitalismo contemporâneo. Dentre as principais características neoliberais, estão: a mínima participação estatal nos rumos da economia do país; uma forte política de privatização de empresas estatais; a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização; a abertura da economia para a entrada de multinacionais; a desburocratização do Estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas; e o aumento da produção, como objetivo básico de atingir o desenvolvimento econômico.

Com base nas mutações e transformações ocorridas na esfera global, descritas até aqui, o mundo laboral sofre impactos que lhe modificam a nível estrutural. Compreendendo

essas transformações, podemos, a seguir, dar continuidade à compreensão dos impactos e consequências ocorridos no contexto brasileiro, que encontram na contemporaneidade um desenrolar profundo e complexo.

3.1.1 O processo de precarização laboral no contexto brasileiro

Diante das transformações socioeconômicas expostas anteriormente, o mundo do trabalho adquire outra morfologia na realidade dos trabalhadores. Em países ditos de terceiro mundo ou emergentes, como seria o caso do Brasil, uma das consequências é o alto índice de desemprego: estrutural, como resultado do processo de modernização e automação dos setores produtivos, para ampliar os níveis de produtividade e competitividade das empresas nos mercados interno e externo, introduzindo novas tecnologias e sistemas de gerenciamento; e conjuntural, em relação ao grande contingente de trabalhadores que perderam seus postos de trabalho devido à grande crise que se instalou. Tudo isso é ainda agravado pelo fato de que o Brasil não havia chegado naquele momento histórico a alcançar o ideal da sociedade salarial, como aconteceu em países ditos de primeiro mundo, apresentando sempre como realidade laboral um quadro de informalidade e vínculos frágeis (ANTUNES, 2009; AQUINO, 2008).

A situação em que se encontrou o mundo laboral diante desse novo sistema que se impunha é bem representada por Antunes (1999, p. 29), quando comenta sobre um “incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico”. Dentro da ampliação da informalidade laboral, estão enquadradas novas modalidades de trabalho que surgiram como resposta ou tentativa de sobrevivência do trabalhador, como subcontratos, trabalho em tempo parcial, trabalhos temporários, dentre outros, constituindo um quadro de trabalhos precarizados.

O trabalho informal é caracterizado pela instabilidade e pelos baixos salários, o que obriga os trabalhadores a uma dupla, ou mesmo tripla, jornada, em prol do aumento da capacidade de renda para suprir as necessidades de sobrevivência. Como destacado anteriormente, as discussões sobre informalidade tiveram seu princípio justamente no momento em que surgiu a ampliação desse tipo de modalidade laboral. O que entendemos por informalidade englobaria todos os trabalhos “não reconhecidos ou protegidos por leis ou regulamentações e tanto os empregados quanto os empregadores são caracterizados por um alto grau de vulnerabilidade” (FEIJO; NASCIMENTO E SILVA; SOUZA, 2009, p. 333). Em

outras palavras, compreende-se como atividade do setor informal toda atividade laboral “não enquadrada nos parâmetros da formalidade empregatícia, ou seja, na relação de compra e venda de trabalho por meio de contratos formalizados ou assinatura em carteira profissional” (SANTOS; MACIEL; SATO, 2014, p. 328).

Embora não haja consenso sobre a definição precisa dos termos informalidade, setor informal e economia informal, o que se desenvolve hoje é uma, cada vez mais profunda, complexidade desse quadro, visto que as modalidades de trabalho informal se diversificam e se expandem com as transformações trazidas pela contemporaneidade e pelas novas demandas do capital. Desse modo, compreendendo o contexto social, econômico e político em se ampliam, “as atividades não formalizadas, não regulamentadas e não protegidas com os mesmos benefícios legais conquistados pelos trabalhadores formais se multiplicaram, notadamente nos países onde o emprego formal é ou se tornou escasso” (SANTOS; MACIEL; SATO, 2014, p. 326).

De acordo com Filgueiras, Druck e Amaral (2004), a conceituação atual sobre informalidade se dá através de dois critérios: a diferenciação entre o formal e o informal e entre legalidade e ilegalidade das atividades. Desse modo, a informalidade “abarcaria tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada)” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p.215).

Nesse cenário, a economia informal brasileira é responsável por absorver uma grande quantidade de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Esse contingente de trabalhadores acaba recorrendo a formas alternativas de sobrevivência, distante dos padrões de formalidade e proteção social.

O crescimento da informalidade ganha força à medida que a economia formal apresenta-se incapaz de gerar postos de trabalho suficientes para uma mão de obra em constante crescimento e também porque se torna, em muitos casos, impossível para um empreendedor constituir uma empresa que possa ser considerada formal. Nesse contexto, é cada vez maior o número de pessoas que veem na economia informal a única saída para a sobrevivência. (FEIJO; NASCIMENTO E SILVA; SOUZA, 2009, p. 338).

É interessante situar aqui uma espécie de discussão sobre categorias que, neste trabalho, estão intrinsecamente relacionadas e que seguimos citando por diversas vezes: o empreendedorismo, o trabalho informal e o auto emprego. Este último pode ser considerado, de certa forma, como consequência da ampliação da modalidade de trabalho informal e caracteriza o trabalhador que desenvolve sua atividade de forma independente. O empreendedorismo, fazendo referência ao já elucidado no primeiro capítulo, seria algo mais

complexo e amplo que isso, podendo se apresentar na perspectiva informal do auto emprego, ou em uma perspectiva formal de trabalho, como o intraempreendedorismo. Contudo, não se pode confundir, e é interessante elucidarmos esse ponto embora não seja nosso foco de análise, que esse cenário pode facilitar o desenvolvimento de processos de pejetização⁴, se o empregado de determinada empresa se tornar Microempreendedor Individual, por exemplo, para continuar a realizar a mesma atividade para seu empregador.

Dando continuidade à compreensão histórica de nossa análise, de acordo com Aquino (2005, p. 2), “a denominada crise estrutural que se instalou nos países centrais a partir da década de 70, atribuiu à precariedade um lugar de destaque no delineamento das discussões sobre o trabalho”. Por precariedade, compreende-se o fenômeno, e a precarização como o processo, já que, de acordo com Aquino (2008, p. 171), “a opção por denominar precarização e não precariedade não é ingênua. Ela se insere na mesma perspectiva processual que se aplica nos mesmos moldes da exclusão social”. Por precarização, portanto, entende-se o processo em que os direitos e vínculos laborais são fragilizados e flexibilizados, constituindo um quadro que envolve alta rotatividade, baixos salários, jornadas excessivas, mínimas condições de segurança e saúde e total falta de estabilidade frente ao futuro.

Nesse cenário, muitos trabalhadores vivem o drama da inadequação às exigências organizacionais, condicionados a participar de um mercado à margem da formalidade, cada dia mais flexibilizado e informal: trabalhos temporários, subcontratação, intensificação de longas jornadas, etc (ANTUNES, 2006). Segundo Aquino (2005) o processo de precarização, sob o nome de flexibilização, se instala através de vínculos laborais que vulneram garantias e direitos básicos dos trabalhadores, o que caracteriza também o trabalho informal.

A substituição progressiva do modelo fordista de produção e do consumo em massa vai dar passo ao processo de flexibilização, em princípio técnica, que promove uma automatização da produção e a geração de consumos diferenciados. Essa paulatina substituição da mão de obra industrial, originada na flexibilização técnica, mas que rapidamente se transforma em flexibilização social, está na base da compreensão da precarização que hoje discutimos. (AQUINO, 2005, p. 4).

A flexibilidade técnica pode ser entendida como a imposição do neoliberalismo, junto ao processo de globalização e internacionalização do capital. Um exemplo é a tendência à descentralização geográfica das empresas, com a repartição de uma mesma empresa em diversos lugares ao redor do mundo. Esse processo acaba originando uma flexibilização

⁴ A pejetização é uma fraude trabalhista, em que o empregador obriga o empregado a se tornar pessoa jurídica para continuar prestando serviços à empresa, como forma de baratear os custos trabalhistas.

sociolaboral, quando falamos de jornadas parciais, horários flexíveis, *homeoffice*⁵, etc.

O discurso a favor da flexibilização se estrutura em torno das vantagens do processo tanto para empresas como para trabalhadores. Aumento produtivo e competitividade, redução de custos e otimização de recursos são vantagens enumeradas para o funcionamento das empresas. Ao tratar dos adventos para o trabalhador surgem fatores como possibilidade de maior autonomia, maior controle sobre a própria atividade e a possibilidade de conciliar o trabalho a outras esferas da vida. (AQUINO, SOUZA, MOITA, CORREIA, 2014).

Essas novas modalidades de trabalho também corroboram para um processo de individualismo no trabalho, já que fica mais difícil criar vínculos laborais. Segundo Sennett (2006, p. 48), “as pessoas que estão ligadas a organizações apenas pelo computador, trabalhando em casa ou atuando em campo por conta própria, tendem a ficar marginalizadas, perdendo os contatos informais”. Segundo Antunes (1999), o capitalismo, em sua nova forma neoliberal, ataca o trabalhador no plano das ideias, da subjetividade, buscando introjetar valores individualistas, que têm por objetivo fragmentar e dividir os trabalhadores, para que eles diluam cada dia mais seus movimentos contra a opressão capitalista, perdendo sua capacidade de organização e de luta.

Nesse processo, “o social foi minorado; o capitalismo permanece. A desigualdade torna-se cada vez mais vinculada ao isolamento. Esta peculiar transformação é que foi adotada pelos políticos como modelo de ‘reforma’ no setor público” (SENNETT, 2006, p. 77). A justificativa fundamental da flexibilização nas normas trabalhistas é a estratégia de sobrevivência e adaptação do país aos padrões de concorrência e competitividade internacionais. Nesse sentido, para estabelecer formas mais flexíveis de ajuste das empresas, é levada adiante a desregulamentação dos direitos trabalhistas, visando um aumento da lucratividade, já que os custos para a regulação das formas de trabalho no Brasil são altos para os empresários.

É a remercadorização das relações de trabalho dos últimos 30 anos (através da qual o trabalho deixa de ser regulamentado e é transformado numa simples relação de venda sem proteções contratuais) que enfraquece o laço social construído em torno do trabalho assalariado e torna inválida uma boa parte da população. (NARDI, 2006, p. 34).

Como já apontado, o processo que aqui chamamos de precarização laboral surge, justamente, do processo de desregulamentação e flexibilização do processo produtivo e da vivência do trabalhador. No mundo globalizado, onde a concorrência e a competitividade são

⁵ O *homeoffice* é uma modalidade laboral em que os profissionais desenvolvem seus trabalhos no espaço da sua própria residência ou em qualquer outro espaço viabilizado por recursos tecnológicos do próprio trabalhador, seja funcionário de uma empresa (teletrabalho), seja como *freelancer* (autônomo).

objetivos centrais da ótica capitalista, essa intensa exploração do trabalhador é estratégia empresarial na corrida pelo lucro (ANTUNES, 1999).

Os impactos desse processo na construção subjetiva dos trabalhadores são diversos, como: a falta de autonomia frente ao trabalho, embutida de forma controversa em um discurso que prega um falso controle sobre seu trabalho e sobre as condições que o cercam; um processo de autculpabilização, reforçado pelo forte individualismo; e o isolamento social e perda de vínculos, inclusive corroborando para novos quadros de doenças relacionadas ao trabalho, como os *workaholics*⁶ e o *burnout*⁷.

Esse novo cenário traz uma série de prejuízos e desafios a serem enfrentados pelo trabalhador em inúmeras esferas da vida, para além da perspectiva laboral. Consequências como o individualismo, a perda do laço social e a incerteza passam a figurar e fazer parte da constituição subjetiva desse novo trabalhador. Para Sennett (2006), isso se produz dentro do próprio sistema, embutindo novos valores e formas de sociabilidade.

É fato, portanto, que os efeitos da flexibilização, da precarização e do desemprego ultrapassam a esfera da atividade laboral e invadem a dinâmica subjetiva do trabalhador. É fato também que hoje podemos, para além da precarização do trabalho, falar também da precarização do próprio emprego, como modalidade laboral que vem sofrendo mutações frente às mais recentes propostas de reforma da legislação trabalhista. São condições que possibilitam a consolidação de um forte autoritarismo empresarial, que viabiliza o surgimento de novas formas de dominação e exploração dos trabalhadores. Esse conjunto de transformações tem um custo elevadíssimo para aqueles que vendem a sua força de trabalho, que têm que arcar com o processo de ampliação, diversificação e precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, dos impactos daí advindos.

3.2 O empreendedorismo no capitalismo atual

Diante da crise do emprego, o problema se constitui não apenas na dificuldade de conseguir um emprego, mas também, e principalmente, de se conseguir um bom emprego, com garantias e direitos mínimos. E, se por um lado, as pessoas são muitas vezes impostas a aceitar qualquer tipo de vínculo laboral, inclusive precário, por outro lado elas também buscam estratégias de fugir dessa situação.

⁶ *Workaholic* é uma expressão que designa um quadro de trabalho compulsivo, em que o indivíduo se torna adicto, dependente ou viciado na sua atividade laboral.

⁷ A Síndrome de *Burnout* é um distúrbio psicológico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e psíquico intenso e um quadro de stress relacionado ao trabalho.

O empreendedorismo, por exemplo, compreendido aqui como forma de constituir um empreendimento individual, é uma dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho. Isso porque, diante da realidade apresentada, uma característica parece surgir como fundamental para a sobrevivência do trabalhador contemporâneo: ser empreendedor. A falta de perspectiva faz com que os trabalhadores busquem por uma salvação, e é assim que são veiculadas as ideias empreendedoras, como uma via de escape do desemprego e dos processos de precarização. E é importante ressaltar que o empreendedorismo de que trataremos é aquele como alternativa individual de renda, já que, como visto no primeiro capítulo, há correntes que advogam um empreendedorismo organizacional ou Intraempreendedorismo, ou ainda o Empreendedorismo Social, que ilustram o movimento de expansão da prática empreendedora, mas que, todavia, não é o foco de estudo deste trabalho.

Entendemos que, de acordo com Nardi (2006), mesmo que alguns autores apontem a perda da centralidade do trabalho, as transformações ocorridas na contemporaneidade demonstram que o trabalho permanece como central na estrutura social e na construção psíquica dos sujeitos. O que está perdendo a centralidade é o trabalho regulamentado, formal. Uma prova irrefutável da ainda centralidade da categoria trabalho em sua forma mais ampla é a busca, diante do desemprego e da precarização, por formas alternativas de trabalho, dentre elas o empreendedorismo. Desse modo, a prática empreendedora assume função de destaque como alternativa de produção e trabalho, entretanto a questão posta é se ela escapa à precariedade característica da atualidade.

O emprego tradicional das pessoas, calcado no trabalho assalariado, tem-se mostrado cada vez mais ineficiente em termos de ocupação disponível, até mesmo nos países industrializados. Neste sentido, portanto, a solução seria estimular o trabalho por conta própria ou o auto-emprego a partir do suprimento de crédito para os pobres viabilizarem economicamente os seus pequenos empreendimentos. (SANTIAGO, 2000, p. 5).

Assim, a partir de uma mudança no mundo do trabalho, foram criadas as condições para uma ampliação da referência ao empreendedorismo como política de enfrentamento a um Estado cada vez mais frágil na condução da relação capital-trabalho, ademais, como mecanismo de difusão do individualismo crescente que o ideário neoliberal promoveu para a esfera laboral. Compreender que os trabalhadores são, de certa forma, pressionados a se tornarem empreendedores, nos faz questionar os estudos que foram ilustrados no primeiro capítulo que traçam os perfis e as características ideais do empreendedor, descontextualizados das mais recentes mutações operadas. Compreende-se agora, diante de todo o quadro laboral, que o contexto social, político e econômico produz

essa pressão para tornar os trabalhadores empreendedores, não havendo, portanto, um traço de personalidade que seja responsável por isso.

Fazendo uma alusão ao capítulo anterior, na compreensão de que o conceito de empreendedorismo se recicla de tempos em tempo (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011), vimos que ele é convocado à cena, conforme as exigências do sistema. Há, atualmente, um resgate da figura do empreendedor e de sua função social, e, nesse sentido, a prática empreendedora acaba por reforçar o fim da centralidade do emprego.

O resgate do empreendedor, no entanto, não acontece de forma literal. Algumas alterações e releituras ocorreram em função do mundo atual ser, contextualmente, bastante diferente do mundo do final do século XIX. Uma primeira mudança refere-se à ideia de que o empreendedor deixa de ser figura rara: a doutrina neoliberal exige que todos se apresentem socialmente como empreendedores. (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p. 189).

Essa exaltação de um espírito empreendedor na atualidade se faz em consonância com a reformulação neoliberal da economia política contemporânea, localizando na figura do executivo capitalista um padrão e exemplo de conduta a ser disseminado pela sociedade inteira, fundada no investimento constante na produção da riqueza. Isso porque, para que uma sociedade baseada no funcionamento de mercado livre sobreviva e seja reproduzida, é fundamental ter indivíduos capazes e em busca de inventar negócios e produzir. A lógica de funcionamento do trabalho empreendedor, flexível e informal, também alimenta a ideia neoliberal diante da globalização e da internacionalização do mercado.

A ideia do empreendedorismo, assim amplamente divulgada, se faz necessária ao funcionamento do próprio sistema. A partir de então, a prática empreendedora é demasiadamente recomendada àqueles que buscam trabalho em meio ao cenário de desemprego, sob o discurso da garantia de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, e é dessa forma que o empreendedor é incorporado à atual lógica do capital.

Diante de tudo isso, talvez seja mais compreensível assistir ao crescente número de pessoas que pensam em montar um negócio próprio, principalmente de micro e pequeno porte. Segundo Costa, Barros e Carvalho (2011) a prática é aceita, incorporada e disseminada no imaginário nacional sem releituras sob o contexto social, econômico, político e cultural brasileiro. É uma perspectiva sedutora que guia movimento, seguindo e reproduzindo a mesma lógica de mercado, de competitividade, diante do risco, da insegurança, da incerteza, do desemprego, e isso é reforçado pelo ideário neoliberal pela sua própria incapacidade de absorver o enorme contingente de trabalhadores.

A valorização do trabalho autônomo empreendedor reinterpreta igualmente o trabalho informal, destacando seu potencial criador vinculado à predisposição individual ao risco e à inovação. Sinônimo de flexibilidade, abrange desde consultores altamente qualificados, com contratos temporários e/ou por projetos, ou sem contrato algum, chegando até os trabalhadores em atividades precárias como ambulantes, camelôs e outros que sobrevivem na precariedade. (LIMA, 2010, p. 161).

Na atualidade, o papel do empreendedor como impulsionador do crescimento econômico acaba sendo relacionado com o desenvolvimento social e com a garantia de melhores condições de vida. Entretanto, até que ponto ele consegue dar conta disso? Se a prática empresarial está a serviço da ideologia neoliberal, parece que ela acaba impulsionando também novas modalidades de precarização do trabalho, como necessidade de continuidade do sistema de produção e consumo. O que nos questionamos aqui é de que maneira o empreendedorismo altamente disseminado está também relacionado à precarização laboral.

3.2.1 Relações entre empreendedorismo e precarização laboral

O capital necessita – e continuará sempre necessitando – de processos que o recomponham, para reorganizá-lo e reestruturá-lo. De modo a tentar reconstituir suas taxas de lucro, utiliza-se da ampliação de seu poder sobre o processo produtivo e sobre a classe trabalhadora. E assim, na tentativa de salvaguardar a sua continuidade, o sistema reforça, amplia e intensifica o processo de precarização laboral, mediante as formas mais diversas.

Dentre essas formas necessárias ao capital em meio à crise estrutural, acreditamos que seja possível destacar o processo de incentivo ao empreendedorismo e, como consequência, o surgimento de uma enormidade de pequenas empresas ou pequenos negócios próprios, subcontratados, formais ou informais, geridos por indivíduos que deixaram um emprego formal ou que, por causa do desemprego, abriram um negócio. Pequenos empresários, cujo status social difere significativamente do empresário industrial, juntamente com trabalhadores assalariados e não assalariados, irão compor a nova face da classe trabalhadora, mais complexificada, fragmentada e heterogênea em relação àquela encontrada em passado recente (ANTUNES, 2006). É fundamental a percepção desse abismo que separa os grandes empresários daqueles de perspectiva micro, muitas vezes informais, que compartilham do mesmo rótulo de empreendedor. A esse respeito, Antunes (2009, p. 49) comenta que,

Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc, dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado. E os capitais utilizaram-se de

expressões que de certo modo estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como autonomia, participação social, para dar-lhes outras configurações, muito distintas, de modo a incorporar elementos do discurso operário, porém sob clara concepção burguesa. Venda de um discurso filosófico que pauta um conjunto de comportamentos individualistas, modelos opressivos em busca dos objetivos do capital. O empreendedor assume como suas as metas de reprodução do sistema.

É fundamental ter a compreensão das construções e desconstruções dos discursos empreendedores ao longo da história, já que certos argumentos acabam por naturalizar a concepção de empreendedor que temos atualmente, e, nesse sentido, corremos o risco de adotar um modelo anti-histórico, acrítico e determinista. Compreendendo como e porque certos construtos se modificam ao longo do tempo, entendemos que, na perspectiva deste trabalho, os discursos, mais especificamente aqueles sobre empreendedorismo, são capazes de criar e manter relações de poder e dominação (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

Desse modo, o conceito de empreendedorismo se recicla de tempos em tempos, adequando-se às necessidades emergentes do capital e com vistas a propiciar, nas últimas décadas, suporte às novas configurações empresariais, as quais reivindicam um novo tipo de trabalhador, que não necessariamente tenha um contrato de trabalho, mas sim um contrato comercial para fornecimento de produtos e serviços. (MUNHOZ; BORGES; KEMMELMEIR, 2008 p. 156).

O empreendedorismo, na realidade, pode configurar-se como uma nova forma de precarização do trabalho que, com a finalidade de recuperar o padrão de acumulação, reforça a fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, o que leva a um fortalecimento do processo de precarização laboral. E aqui é importante delimitarmos de que empreendedorismo estamos falando, já que esse fenômeno se manifesta de várias formas, sendo fundamental não formarmos uma imagem generalizada dessa atividade. O empreendedorismo a que nos referimos aqui é aquele onde o sujeito, em geral cercado de possibilidades não favoráveis, vê como única ou a melhor saída o empreendimento em um negócio próprio, enxergando nessa alternativa a possibilidade de uma vida mais confortável e financeiramente melhor, ou mesmo como uma possibilidade de sobrevivência. Essa perspectiva coaduna, de certa forma, com a prática do auto-emprego ou do trabalho informal. Essa modalidade se configura como uma fuga ao processo de exclusão do mercado de trabalho, advindo da crise, em que,

[...] as chances de sucesso são mínimas ou atomizadas, sobretudo para os empreendedores de baixa renda, que somam mais e mais indivíduos, sobretudo em contexto de transformações na dinâmica do trabalho em decorrência da flexibilização produtiva. E talvez este seja o principal trunfo neoliberal para o convencimento das camadas pobres da sociedade que, excluídas dos ganhos advindos das dinâmicas concentradoras de mercado, percebem nas mínimas possibilidades de ganho do negócio próprio uma forma de alavancar sua renda em

meio ao desemprego estrutural, ao subemprego e aos baixos salários pagos pelas empresas, constituindo esses pequenos negócios mais meios de sobrevivência do que empreendimentos capitalistas, sobretudo no âmbito comercial. (MACIEL, 2014, p. 10).

Esse empreendedorismo que se constitui como meio de sobrevivência é o que difere uma das classificações dessa inserção no mundo do trabalho, como já salientado anteriormente neste texto, e apontado pelo GEM (2016). Questionamos, aqui, certo “purismo” ou ingenuidade presentes na contraposição necessidade/oportunidade. Há, de fato, no momento atual, algo eminentemente por necessidade ou por oportunidade? Seguimos em busca de explorar formas outras de tratar essa aparente cisão, tal como apontado por Santiago (2007, p. 96) ao afirmar em sua pesquisa que essa dicotomia “pode esconder detrás da lógica da sobrevivência formas autóctones de um vigoroso empreendedorismo, [...] muitas vezes em ambientes socioeconômicos adversos”.

Na década de 90, o interesse central para os trabalhadores que empreendem decorre menos do querer “trabalhar por conta própria” do que de ser esta a única maneira de escapar do desemprego ou dos salários degradados (...). O contexto das MPEs ainda confirma que a maior parte dos novos empreendimentos são formados pela busca por maiores chances de aumentar os ganhos salariais ou pela necessidade, devido à falta de renda fixa provocada por demissões. (MACIEL, 2014, p. 9).

Do mesmo modo apontam Damiano, Santos e Oliveira (2013, p. 198), ao afirmarem:

A Lei Complementar 128/2008 do “Empreendedor Individual” foi criada com o propósito de simplificar o processo de legalização de empreendimentos e estimular a formalização daqueles que atuam na informalidade. Não obstante, a criação desses empreendimentos está associada a ausência do emprego formal, onde o “empreendedor”, na verdade um trabalhador comum, se vê obrigado a empregar o seu labor numa atividade que lhe garanta o próprio sustento.

De um modo ou de outro, esses sujeitos que empreendem por necessidade ou por oportunidade (se, de fato, há essa divisão) podem acabar inclusos dentro de um mesmo processo de precarização e degradação do trabalho, seja o indivíduo que não tem outra oportunidade de renda, seja aquele que opta por esse caminho. Não queremos, aqui, generalizar, ao afirmar que o empreendedorismo não possa levar ao desenvolvimento econômico quando, por exemplo, um grande empresário investe seu dinheiro em um negócio próprio. Contudo, o empreendedorismo continua a ser propagado, quase que exclusivamente, como a oportunidade de sucesso, como o melhor caminho a ser seguido, como garantia de lucro e autonomia, visto que, nessa perspectiva, depende apenas do trabalhador, como se este não estivesse dentro de todo um sistema de organização do trabalho. Ademais, observamos

como agravante a perspectiva de que, ao não obter êxito, o problema está no próprio empreendedor e não em muitas outras variáveis que podem propiciar êxito e/ou fracasso. É necessário enxergar quem é esse empreendedor e em que condições ele está inserido.

Desse modo, o precário naturaliza-se na esfera do trabalho à medida que esse discurso é assimilado pelos trabalhadores como a resposta mais adequada para o desemprego estrutural que se apresenta como condição inerente ao atual estágio de configuração da economia capitalista. Em decorrência disso, o trabalhador, dentro e fora do ambiente fabril, cada vez mais se percebe como o único responsável por si mesmo, mesmo que o desemprego ameace-lhe não apenas no sentido de tomar-lhe o trabalho como meio de sustento de vida, mas acima de tudo, como meio de conferir sentido a ela. (BARBOSA, 2011, p. 135).

Se, no auge na Revolução Industrial, como vimos anteriormente, houve um grande movimento de conversão dos demais vínculos laborais em trabalho assalariado, a lógica agora é inversa.

A separação entre concepção e execução, o controle heterônomo dos tempos, movimentos e ritmo do trabalho significam o enquadramento de condições objetivas imprescindíveis ao desenvolvimento das capacidades intelectivas. Entre essas capacidades encontram-se a imaginação e a criatividade que, na fase atual do capitalismo, estão sendo requeridas, do mesmo sujeito, pelo movimento empreendedor. (MUNHOZ, BORGES e KEMMELMEIR, 2008 p. 159).

Está havendo um resgate da figura do empreendedor e do empreendedorismo como garantia de ordem econômica e social. Esse resgate acontece, inclusive, quando se opta, de forma intencional, por nomear o trabalhador/dono do negócio próprio como empreendedor, com todo o peso e a responsabilidade que esse rótulo possa trazer. E aqui cabe a observação de que, dada a necessidade de vincular a que tipo de atividade laboral esse trabalhador está vinculado, por vezes, iremos aderir ao uso da denominação “empreendedor”, mesmo compreendendo a perspectiva geral e esperando não cair em uma espécie de armadilha ideológica de rotulá-los assim.

Novamente movido por interesses do capital, o mercado passa a propagar a ideia de autonomia e sucesso do empreendimento próprio. Mas em prol de que? Ou seria: em prol de quem? A esse respeito, comenta Munhoz, Borges e Kimmelmeir (2008, p. 156):

Nas últimas décadas, novamente, movido por interesses estratégicos, o capital passa a disseminar a ideia de que os trabalhadores podem, autonomamente, encontrar novos meios de aquisição de renda, seja pelas atividades free-lancers ou por um empreendimento próprio. Isto desde que atendam a duas condições primordiais para o capital, quais sejam, a de desonerar os tributos que os vínculos empregatícios lhes imputavam e a de subjugar a futura produção às condições de compra e venda determinadas pelo poder econômico.

Na perspectiva do capital internacional, isso significa diminuição dos custos

trabalhistas por meio da contratação de serviço temporário, flexível, customizado; o que traduz-se na atração de investimento internacional, a partir da oferta de prestação de serviços por meio da capacitação de empreendedores. O uso crescente da subcontratação de pequenas e médias empresas possibilita essa vantagem às grandes empresas, em termos de produtividade, eficiência e flexibilidade. Assistimos, portanto, como apontado por LIMA (2010, p. 174) a “uma espécie de des-demonização da informalidade, de sinônimo de subdesenvolvimento para sinônimo de desregulamentação, flexibilidade e mesmo de empreendedorismo”. Há, portanto, como já apontado por Santos, Maciel e Sato (2014, p. 346), “a necessidade de se aprofundar na compreensão desse fenômeno e, sobretudo, incluí-lo nas preocupações das políticas públicas para a economia informal em tempos de flexibilização do trabalho, que acentua a desregulamentação e a precarização”.

Na perspectiva do trabalhador, do sujeito que desenvolve a atividade, isso significa menos direitos e garantias, mais riscos, menos tempo livre, mais trabalho, o que constitui um quadro cada vez mais sujeito à precarização laboral. Isso, na medida em que as regras que circundam agora esse trabalhador,

[...] além de intensificarem o processo de trabalho, ainda trazem consigo a estratégia de submeter ao máximo o trabalhador à égide dos interesses das empresas. Os discursos empresariais atuais enfatizam que a parceria entre o capital e o trabalho é capaz de gerar mais benefícios do que malefícios para os trabalhadores. (BARBOSA, 2011, p. 132).

Segundo Antunes (2008), o trabalhador fica desprotegido e desamparado, seja de garantias e direitos, seja de uma expectativa de futuro, visto à competição acirrada existente no mercado de trabalho. Exalta-se uma expectativa de autonomia e sucesso para o sujeito, mas ele é deixado ao capricho do mercado e da precarização. Esse discurso entra na lógica da:

[...] supressão de tudo que possa vir a ser um impeditivo para a expansão dos mercados, e aqui estão incluídos os direitos sociais ligados ao emprego e à previdência social, vistos nessa linha de raciocínio, que resgata a lógica do *laissez faire*, como onerosos e disfuncionais. Aliado a essas distorções, ainda se têm o discurso, nitidamente inspirado no velho discurso americano calvinista do self-help (‘virar-se’ por conta própria). Ante a situação configurada por essa lógica discursiva, não é de se estranhar que nesse momento, no mundo inteiro só se fala em responsabilidade. Evidentemente o axioma principal é que o pobre é responsável por sua pobreza. (BARBOSA, 2011, p. 135).

Há esse abismo que divide os sujeitos empreendedores, em que no lado favorecido estão apenas aqueles que detêm o grande capital. Contudo, na teoria, todos possuem a mesma liberdade e as mesmas possibilidades, mesmo tendo em vista que nem todos usufruem da abundância proporcionada pelo sistema. Esse “virar-se por conta própria”

naturaliza-se no fazer-se empreendedor como “patrão de si mesmo”, descoberto de garantias, direitos e proteção.

No cerne da acumulação flexível, o ideal ligado à iniciativa privada e ao olhar empreendedor vai agir como estratégia que retira o foco da sociedade das desigualdades sociais provenientes do sistema, transferindo aos trabalhadores toda a responsabilidade pelos prejuízos do não sucesso do negócio. (MACIEL, 2014, p. 10).

Desse modo, o foco é retirado das inúmeras desigualdades sociais presentes no sistema, em que alguns indivíduos têm mais ou menos possibilidades em seu círculo de expectativas, e alocado simplesmente no sujeito. Para o trabalhador, que se converte em um “empreendedor e dono do próprio negócio”, o seu sucesso depende apenas de sua capacidade empreendedora.

O empreendedorismo é divulgado como a atividade laborativa realizada por sujeitos criativos e corajosos, que não se contentam com funções pouco desafiadoras, cujo sucesso depende de seu esforço e de sua “força de vontade”, muito embora o espectro que é abrangido por essa denominação vá de um coletor de materiais recicláveis a um profissional autônomo de alta tecnologia. É um discurso ideológico pautado na perspectiva da individualização, que se apresenta, sobretudo, na ideia do “empoderamento” individual (*empowerment*), ou seja, na ideia de que o indivíduo é dotado de poder capaz de levá-lo a realizar tudo o que pretende, mesmo em meio à incerteza. Ele tudo pode, basta vontade e persistência, e ele é também responsável por tudo, inclusive pelo seu possível fracasso.

O empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do “novo” espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado. A realização pessoal e profissional e mesmo sua sobrevivência pessoal, cada vez mais depende disso. O futuro é incerto e manter-se no mercado exige grandes investimentos pessoais. A nova racionalidade capitalista considera o Estado provedor um elemento de atraso ao desenvolvimento pessoal, pois impediria a busca permanente pela empregabilidade e, por consequência, o espírito empreendedor. O individual se sobrepõe ao coletivo, mesmo quando o discurso é do coletivo. O coletivo exige uma configuração empreendedora que o sustente. (LIMA, 2010, p.189).

Castel (2005) aponta que esse discurso da responsabilização se associa à crescente individualização das relações de trabalho, advinda da reestruturação produtiva. Esse processo de desproteção, de individualização, se configura em um cenário em que:

A insegurança social faz da vida um combate pela sobrevivência dia após dia, cuja saída é cada vez mais incerta. Poderíamos falar de desassociação social (o contrário de coesão social) para dar um nome a este tipo de situação, como a dos proletários do século XIX, condenados a uma precariedade permanente, que é também uma insegurança permanente por falta de ter o mínimo controle sobre o que lhes acontece. (CASTEL, 2005, p. 31).

Todavia, o discurso é o de total controle sobre si e sobre seu negócio. Essa crença adquire consistência e legitimidade a partir de um aparato discursivo-ideológico no qual o trabalhador deve perceber-se como valorizado em sua autonomia para tomar decisões sobre seu próprio processo de trabalho.

Sejam histórias fictícias ou de personalidades já reconhecidas, as narrativas de sucesso têm a capacidade de alterar a percepção dos indivíduos sobre o mundo social. Elas tomam como personagens papéis sociais bastante diferentes e, em alguns casos, desvalorizados socialmente, como, por exemplo, a dona de casa e o desempregado. A dona de casa tem a iniciativa de fazer salgados para vender e termina por abrir uma empresa. Já o desempregado reutiliza pneus velhos para produzir cercas de jardim. Ambos estavam excluídos do sistema de mercado e passaram a exercer uma atividade econômica por necessidade. Foram levados a se pensarem como empreendedores e não como trabalhadores precarizados. (LEITE; MELO, 2008, p. 43).

Retomando a ideia de precarização já discutida anteriormente, como a mudança ocasionada pela perda progressiva dos direitos e garantias adquiridos dentro do modelo de sociedade salarial, esse processo de levar a pensar-se como empreendedor oculta o sentido precarizado da atividade. Talvez o próprio fato de se tornar um empreendedor já o inclui na perspectiva do trabalho precário, uma vez que no modelo do autoemprego, o dono do negócio não usufrui de nenhum dos direitos assegurados para o trabalhador assalariado. Aqui reside a vulnerabilização da vinculação trabalhista, para além da atividade em si, que pode ser a do ambulante de “comida de rua” até o dono de um *Food Truck*. Nesse sentido, o que, de fato, faz surgir como ponto de atenção não seria o porte do negócio ou a renda dele advinda, e sim o que essa vulnerabilidade da condição trabalhista nos revela da relação entre a atividade empreendedora e a precarização laboral.

Todo o quadro apresentado se constitui como processo de precarização do trabalho e do sujeito também, na medida em que atinge, em maior ou menor grau, rápida ou lentamente, outras esferas de sua vida, ou seja, na medida em que esse trabalho toma lugar tão fundamental que invade todo o seu tempo, é onde ele investe toda sua subjetividade. Tal como aponta Aquino (2008, p. 170), “a ‘invasão’ permanente do trabalho na vida dos indivíduos, para além do espaço laboral tradicional, termina por delinear um território que faz da precarização um fenômeno decisivo na produção subjetiva do trabalhador contemporâneo”.

Como ilustra Maciel (2014), em geral, esses pequenos negócios, ou a maioria deles, começam dentro das casas desses trabalhadores, seja construindo um espaço novo adjunto à casa, seja reformando algum espaço do domicílio e transformando-o no lugar de negócios. A partir de então, a vida familiar parece estar mais fortificada, já que esse sujeito,

agora “empreendedor e dono do próprio negócio”, trabalha mais perto da família. Os laços familiares, nesse primeiro momento, não apresentam danos. Com o passar do tempo e o desenvolvimento do negócio, a necessidade de maiores lucros passa a surgir, seja motivado pela ambição de expandir o negócio, seja pelo desejo de proporcionar um maior conforto para a família. Para que essa expansão possa acontecer, o empreendedor vai necessitar de uma maior intensificação da atividade, maiores atendimentos, maior volume de vendas, maior tempo no trabalho, maiores jornadas. O tempo que compartilha com a família começa a ser gradativamente – por vezes drasticamente – reduzido, e, nesse aspecto, o sujeito se vê na mesma situação, ou até mesmo em uma condição ainda mais desconfortável, de quando era funcionário de alguma empresa, com características em comum com o cenário construído nas atividades precarizadas. Entretanto, a essa altura não há como retroceder, já que:

[...] as amarras físicas e ideológicas não lhes permitem um retorno: lucros maiores, empréstimos bancários, clientes, fornecedores, funcionários, padrão de vida familiar, ou seja, diversos são os novos elementos que o permeiam e o engessam no falso empoderamento da geração de renda. (MACIEL, 2014, p. 11).

As necessidades do negócio passam a dominar as demais, adiando ainda mais as relações familiares e as possibilidades do sujeito se afastar de suas atividades. Nesse sentido, se o empreendedorismo promoveria um aumento de renda a longo prazo, “se este fenômeno proporciona sucesso profissional ao sujeito, por outro ele garante ganhos mínimos e é calcado numa lógica de exploração do trabalho, de auto exploração que beneficia o sistema” (MACIEL, 2014, p. 11).

Holzman (2006) aponta que a precarização invade o terreno da prática empreendedora, justamente, na figura do empreendedor por necessidade, pois é aquele que passa a empreender por conta da ausência total de possibilidade de absorção no mercado de trabalho, fazendo com que, mesmo como empreendedor, se aproxime do trabalho precário. Assim, em um primeiro momento, a mudança de condição de trabalho, que parecia apontar para uma situação de autonomia e melhor qualidade de vida, parece provocar a repetição de alguns padrões de precariedade também na rotina dos empreendedores, particularmente no início de suas atividades.

Diante de tudo o que foi exposto, podemos entender a figura desse empreendedor atual dentro de um conjunto de limitações e possibilidades. Esse sujeito é quase sempre um trabalhador descoberto de garantias e direitos trabalhistas, que vive no risco, na incerteza e na pressão que isso causa, já que “as novas condições de mercado obrigam grandes números de pessoas a assumir riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são

tênués” (SENNETT, 2011, p. 104). Recordando todo o perfil traçado para o empreendedor no capítulo anterior, esse sujeito também é um indivíduo altamente caricaturado, preso ao vir a ser tudo isso o que se espera dele. Os estudos que buscam montar uma estrutura caricatural, na tentativa de criar um perfil, podem mascarar as relações mais complexas em torno desse sujeito. É interessante sair do foco no indivíduo e ver como o contexto social, político e econômico produz essa pressão para tornar os trabalhadores empreendedores.

Em outras palavras, estamos diante de um indivíduo jogado em um mundo em que uma forma de sociabilidade baseada na condição de precariedade tende a naturalizar-se. Para tal, os discursos de inspiração neoliberal tentam realçar tão somente a dimensão positiva da figura do empreendedor de si mesmo e gradativamente esvaziar o caráter nocivo que as noções de incerteza e insegurança possuem no imaginário dos que nunca vivenciaram, e que, até segunda ordem, não mais terão a possibilidade de vivenciar alguns importantes direitos sociais ligados ao mundo do trabalho. (BARBOSA, 2011, p. 138).

A individualização constante tem efeito no fato de que não há uma classe trabalhadora que o apoie e o acolha nesse sentido. Além disso, o empreendedor não está associado exclusivamente a uma ou outra ocupação, ele pode estar presente em distintas formas de atividade, por isso mesmo a ideia de uma classe ou categoria profissional tende a ser esvaziada de sentido, ressaltando a lógica do profundo individualismo. Dessa forma, é a condição empreendedora que se sobressai, e não o tipo de empreendimento. Há, portanto, uma desproteção dessa teia social, e:

[...] o enfraquecimento do suporte que instituições sociais como família, igreja e classe social forneciam ao indivíduo no sentido de lhe permitir certa compreensão do presente e relativa certeza do futuro, o obriga a apegar-se a si mesmo e a tudo que lhe dê uma referência de estabilidade e diminua a sensação de fragilidade ante às incertezas e instabilidades da vida contemporânea. (BARBOSA, 2009, p. 13).

Isso conduz esse trabalhador a uma impossibilidade de planejar o futuro na esfera privada e a uma impossibilidade de pensar em interesses comuns, fazendo com que a construção de vínculos coletivos duradouros seja cada vez mais debilitada. Talvez por isso esse empreendedor acabe por reproduzir em larga escala os mesmos ideais precários de trabalho, “o empreendedor assume como suas as metas de reprodução do sistema” (ANTUNES, 2009, p. 49), sendo norteados, assim como no grande sistema, quase única e exclusivamente pelo lucro (BENDASSOLLI, 2007). Portanto, a ideia de que o empreendedorismo é a salvação social, no sentido de criação de empregos e renda, parece ir “por água a baixo” quando compreendemos que, na realidade, incrementa a criação de trabalhos precários mediante uma renda que talvez não esteja à altura.

O que tem sido observado como decorrência desse fato é que esse novo trabalhador tem se transformado em um novo tipo de capitalista, uma vez que arregimenta pessoas para a consecução do contrato comercial, bem como reproduz as relações aprendidas e apreendidas nas empresas onde atuou, reforçando, assim, os ditames do mercado atual. (MUNHOZ; BORGES; KEMMELMEIR, 2008 p. 156).

Esses novos trabalhadores, em sua maioria, desempenham atividades, relativamente ampliadas e multifacetadas, contudo em condições precárias, no tocante às formas de remuneração e à intensificação de trabalho. Tal precarização é incrementada pela disponibilidade de tempo a que o trabalhador é levado a se sujeitar, em razão do discurso de redução de custos resultante da competitividade, bem como para assegurar sua permanência no trabalho ou sua subsistência advinda dele.

No nível dos discursos e das narrativas, o que estamos testemunhando é uma tentativa de construção da imagem do empreendedor de si mesmo como o indivíduo capaz de vencer as incertezas e inseguranças da vida social dentro do contexto do capitalismo flexível. Por outro lado, no nível das vivências práticas, o que de fato estamos testemunhando é muito mais o alargamento das fileiras das vítimas dos efeitos deletérios da flexibilização produtiva. (BARBOSA, 2011, p. 138).

Essas novas formas de trabalho, em que a ideia de empreendedorismo assume relevo, se configuram como maneiras ocultas de trabalho precarizado, “de trabalho autônomo de última geração, que mascara a dura realidade da eliminação do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social, e não de um novo empresariado!” (VASAPOLLO, 2005, p. 384).

O trabalho autônomo é valorizado como ideal pelas empresas que passam a dispor da força de trabalho, apenas quando necessitam. O trabalhador, empresário e patrão de si mesmo, torna-se responsável por sua reprodução social, pagando por sua conta, taxas e impostos para ter acesso a serviços sociais, sejam estatais, sejam privados. Para sobreviver no mercado, depende ainda da busca de formação e atualização contínua, adaptabilidade às novas tecnologias, capacidade de inovar e se mostrar atento às mudanças, enfim, tornar-se flexível, aberto aos novos desafios. (LIMA, 2010, p.171).

O que nos questionamos aqui é de que maneira o empreendedorismo, altamente disseminado, está relacionado à precarização laboral: como se constitui como fuga da realidade de exclusão; como o trabalho empreendedor é caracterizado como precário; e como a disseminação do empreendedorismo acaba por reproduzir novas (e velhas) modalidades de trabalho precário. Tal como afirmam Damião, Santos e Oliveira (2013, p. 198):

A consequência é a precarização do trabalho e o por vezes o insucesso daqueles que conseguem se formalizar. Portanto, o estímulo ao “empreendedor individual” é ideológico economicamente, pois o indivíduo não tem formação técnica para desenvolver uma organização racional, não possui crédito em condições competitivas e o empreendimento não está associado às novas combinações schumpeterianas, em consequência, tais empreendedores se tornam elos frágeis na

cadeia de valor, seja pela exploração da oferta como pelo oportunismo da demanda.

A perspectiva do sujeito de ideias brilhantes, apaixonado pelo desafio da competitividade e pelo desejo de vencer, polivalente, competente, dotado de visão estratégica, trabalhador incansável, alguém que vislumbra o futuro, idealizador, executor, cidadão do mundo, alavancador da economia, está atrelada à ideia de precarização laboral. Tal como apontado por COELHO-LIMA (2016, p. 261):

[...] a saída do pauperismo pelo empreendedorismo constitui-se em uma falácia: por um lado, permanece a submissão do trabalhador a condições aviltantes de trabalho e, por outro, reduz a pressão pela ampliação de vagas com melhores condições de trabalho.

A noção do empreendedorismo, que surge, de fato, da necessidade de geração de emprego e renda, acaba tendo como função a criação de subsídios para a construção do ambiente cultural e ideológico apropriado a uma nova Era do Capital, adaptando-se à manutenção de situações informais e precárias de trabalho.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Propomos, neste momento, uma apresentação relativa à construção de nossa pesquisa e uma explanação sobre o método escolhido para sua execução, embora considerando que o fazer pesquisa se inicia bem antes do ir a campo, em nossas reflexões teóricas realizadas nos capítulos anteriores. Desse modo, já cientes do arcabouço teórico que nos baliza e nos auxiliará em nossas análises, apresentamos brevemente o percurso metodológico seguido no andamento de nossa investigação, a construção da pesquisa e a produção do nosso *cópus* de análise.

4.1 A construção da pesquisa

Este tópico será dedicado à apresentação de todo o caminho percorrido no decorrer dessa investigação, desde as instigações que motivaram o tema de pesquisa até os caminhos e descaminhos que desembocaram nas escolhas realizadas. Apesar das trilhas do processo de pesquisar nos levarem por imprevisibilidades, fazer pesquisa é também fazer escolhas, e os descaminhos também nos levam a algum lugar.

A escolha por investigar a realidade de trabalhadores denominados como micro ou pequenos empreendedores vem, justamente, em consonância com a preocupação com o elo mais vulnerável de uma cadeia complexa de processos. São aqueles trabalhadores de pequeno porte, agora rotulados “empreendedores”, que estão atrelados, mais propriamente, ao discurso neoliberal da individualidade e do esforço isolado, que trazem em sua realidade mais dados de vulnerabilidade e, portanto, de aproximação com a questão da precarização. Enfatizamos, mais uma vez, que iremos denominá-los ao longo de nosso texto como empreendedores, pela já pontuada necessidade de vinculação ao nosso foco de investigação, compreendendo as amarras ideológicas invisíveis presentes nessa rotulação.

A escolha por esse tipo de público para os efeitos da presente investigação decorre, portanto, de algumas evidências apresentadas na literatura que apontam que o status desses empreendedores difere significativamente de empreendedores de outras dimensões, já que para os de menor porte “as chances de sucesso são mínimas ou atomizadas, sobretudo para os empreendedores de baixa renda, que somam mais e mais indivíduos, sobretudo em contexto de transformações na dinâmica do trabalho em decorrência da flexibilização produtiva” (MACIEL, 2014, p. 10).

Ao iniciarmos nosso processo de investigação, deparamo-nos com um projeto

local, a nível municipal, envolvendo pequenos empreendedores: o *Projeto Meu Carrinho Empreendedor*. Este é um projeto desenvolvido pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE), da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), Secretaria Regional I e da Secretaria Regional II. Sendo parte integrante do Programa Municipal de Empreendedorismo Sustentável, a meta é beneficiar ao todo 200 vendedores ambulantes de pipoca, mediante substituição do carrinho antigo por um novo e capacitação e formalização do negócio. Por estar em consonância com nossas inclinações de pesquisa, decidimos, portanto, que este projeto seria nosso tema de pesquisa. E, para a realização de um trabalho em parceria e condizente com a instituição a qual o projeto se vinculava, procuramos a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) para efetivação de uma colaboração na pesquisa.

Submetemos, portanto, o projeto de pesquisa à SDE por meio de solicitação e documentação oficial exigida. Nesse meio tempo, entre o processo de passar pelos vários setores até chegar ao setor que daria a palavra final, a Secretaria passou por uma série de mudanças em sua gestão e em quase todos seus cargos superiores. Isso fez com que nosso processo atrasasse e tivesse que repassar por todos os setores novamente, sendo necessário acrescentar outra série de documentos exigidos pela nova gestão. Após essa sucessão de acontecimentos, e todo o trâmite legal e burocrático, nós não tínhamos mais tempo hábil para dar continuidade a esse plano, portanto, ele foi, infelizmente, descartado. Acreditamos que essa seria uma oportunidade ímpar de avaliação da efetividade de uma política pública a nível municipal desenvolvida para pequenos empreendedores. Optamos por incluir esse relato aqui no intuito de ilustrar os desafios de fazer pesquisa em uma perspectiva de política pública.

Conduzimo-nos, portanto, para outro caminho de pesquisa, e, partindo da ideia inicial de trabalhar com pipoqueiros, direcionamos o olhar para os pequenos empreendedores que trabalham com alimentação na rua. O comércio de alimentos, mais especificamente a “comida de rua”, “ocupa papel expressivo na proliferação de estratégias de sobrevivência inseridas no mercado informal” (DUTRA, 2012, p. 4). Os processos discutidos anteriormente, como a globalização, a internacionalização da economia e a difusão de novos valores tempo/espaço influenciam, quase que diretamente, as práticas alimentares e as representações sobre o comer e a comida (DIEZ GARCIA, 2009), o que provoca mudanças significativas no tradicional comércio de alimentação na rua. Onde, anteriormente, se encontravam apenas ambulantes e pequenas barracas de comida, foi tomado hoje por toda uma complexificação de categorias de pequenos negócios.

Após longo processo de pesquisa, e inclusive por reorientações e redirecionamentos durante o Exame de Qualificação, entendendo a amplitude que toma conta dos tipos de trabalhadores envolvidos com esse tipo de comércio, optamos por investigar, dentre as mais diversas nuances, aqueles que, de certa forma, apresentam mais dados de vulnerabilidade, baixa renda e baixa escolaridade, tal como aludido pela literatura. Delimitamos, portanto, investigar um recorte de trabalhadores dentro da categoria do comércio de alimentação na rua: os ambulantes e as barracas de comida. Dessa forma, nossa pesquisa busca dar conta das flutuações e contrassensos encontrados entre o empreendedorismo formal e o informal, por necessidade ou por oportunidade, presentes nesse tipo de negócio.

Optamos, portanto, por não restringir a algum modo de regulamentação, abrangendo a pesquisa desde os ambulantes e as barracas informais ou formalizados, fixos ou itinerantes, desde que dentro da categoria de comércio de “comida de rua” na cidade de Fortaleza. Compreendemos que a maioria desse tipo de negócio se inicia de modo informal e, devido a uma grande pressão e incentivo de órgãos públicos, muitos deles se formalizam, e os trabalhadores passam a se denominar “pequenos empreendedores”. Intentamos, dessa forma, conhecer esse empreendedor que “habita” a comida de rua, e as facetas e características de seu trabalho em meio à atual conformação do mundo laboral. Essa delimitação e o modo como chegamos a esses trabalhadores serão melhor detalhados no tópico *Produção e análise de dados*. A seguir, de forma breve, iremos nos ater a uma discussão sobre esse tipo de negócio, que consideramos fundamental de pontuar neste trabalho.

4.1.1 O comércio de alimentação na rua

A alimentação e as representações da comida e do comer acompanham o ritmo das transformações ocorridas a nível global na esfera econômica e no mundo laboral. A “comida de rua”, ou *Street Food* como ficou popularizada no mundo, é reflexo desse processo. Sob uma perspectiva histórica, “no Brasil, a venda de comida nas ruas teria iniciado no Nordeste, a partir do século XVI, com a chegada das mulheres escravizadas, oriundas da África” (GASTAL; PERTILE, 2013, p. 4). De acordo com essa perspectiva, a venda de alimentos na rua teria se iniciado por uma parcela da população já marginalizada e, predominantemente, pobre.

Em um momento anterior da história, a jornada laboral seguia, de certa forma, os ritmos e rituais alimentares, períodos em que toda e qualquer atividade era,

momentaneamente, paralisada para a hora do café de manhã, a hora do almoço e a hora do jantar. Hoje, de maneira contrária, a alimentação está cada vez mais dependente dos ritmos e horários impostos pelas atividades de trabalho e lazer, se tornando “individualizada ou desestruturada” (CONTERAS, 2009, p. 33).

O ato de comer fora de casa foi se transformando em uma necessidade, haja vista que, já no tempo das cidades medievais os mercados públicos, de certa forma, já traziam ao cotidiano citadino novos hábitos alimentares, inclusive o “comer na rua”, que via de regra, transformou-se rapidamente em uma boa opção àqueles viajantes que passavam pelas cidades europeias, onde, ao menos no início, não havia uma oferta considerável de estabelecimentos que atendessem aos diversos paladares, e muito menos, as condições econômicas da maioria. Os mesmos cotidianos, alterados os comportamentos, apresentarão novas demandas, nos quais a oferta alimentar irá se adequar. Como visto, a atual importância da Comida de Rua estaria neste caso. (GASTAL; PERTILE, 2013, p. 7).

Como reflexo desses processos, o “crescimento do público que almoça diariamente fora do lar no Brasil, agregando famílias aos habituais trabalhadores e estudantes, é um fenômeno observado a partir do final da década de 1980” (ABDALA, 2009, p. 52). Isso se atrela tanto à expansão de restaurantes e similares fixos quanto à tradicional “comida de rua”, que também atravessa outras transformações no segmento de serviços de alimentação, transformando também os trabalhadores desse setor. No ritmo desse processo, observa-se que “a cidade é o principal cenário dessas mudanças alimentares. É seu gerador incondicional, pois demanda a proliferação de práticas sociais compatíveis com o modo de vida urbano, no qual uma nova relação de tempo e de espaço foi estabelecida” (DIEZ GARCIA, 2009, p. 74).

O tempo do relógio, o tempo mecânico, externo põe ordem na vida urbana; o tempo percebido, sentido, que pode dar maior ou menor extensão a um acontecimento é estabelecido por uma ordem subjetiva. Provavelmente esses dois tempos acompanham os diferentes ritmos da comida dos dias da semana e dos finais de semana. (DIEZ GARCIA, 1994, p. 20)

Assim, “na atualidade e sob a lógica dos novos nomadismos e dos novos olhares à cultura, as comidas de rua tornaram-se, embora ainda às margens e num entre lugar, um grande negócio” (GASTAL; PERTILE, 2013, p.5). As mudanças ocorridas estruturalmente em nossa dinâmica social e econômica influenciam grandemente esse processo, criando novas oportunidades de negócio, que se traduzem também como proliferação de estratégias de sobrevivência.

No caso do setor de entretenimento, como os serviços de alimentação, o processo de urbanização valorizou ações que criassem praticidade, redução do tempo para o preparo dos alimentos e a facilidade de seu consumo. Esse processo levou ao crescimento do setor de alimentação, com destaque para os segmentos que oferecem alimentação fora do domicílio, como fast foods, self-services e street food (comida de rua). Os street foods são reconhecidos como tendo um papel muito importante no

consumo de alimentos urbanos, especialmente nos países em desenvolvimento e para as classes de renda baixa e média. (NISHIMURA; PIGATTO, 2012, p. 2).

A própria dinâmica urbana e uma série de transformações no estilo de vida da população parecem demandar a presença do comércio de comida nas ruas, devido ao intenso trânsito de indivíduos, na procura por alimentação rápida e barata. Comer na rua passou a ser uma rotina que, aos poucos, vai sofrendo adaptações tanto por parte dos comensais como por parte das estruturas urbanas (DIEZ GARCIA, 2009, p. 76). O pouco tempo que as pessoas hoje podem desfrutar para o momento da alimentação “transforma a pressa num dos traços visíveis da caracterização do modo de comer atual, principalmente nos centros urbanos, tornando breve o ritual alimentar em suas diferentes fases, da preparação ao consumo” (DIEZ GARCIA, 2009, p.76).

A “comida de rua”, tradicionalmente, pode ser definida como alimentos e bebidas prontos para consumo ou preparados na hora e vendidos nas ruas e lugares públicos, “nesse rol poderiam estar incluídos, no Brasil, os pipoqueiros, os vendedores de cachorros-quentes, algodão doce ou mesmo de sorvetes, que frequentam as ruas das cidades” (PERTILE, 2013, p. 302). É, justamente, nesse sentido que tomamos aqui esse segmento com o qual trabalharemos, como a comercialização de alimentos e bebidas prontos para consumo, preparados e/ou vendidos nas ruas e outros lugares públicos, sendo caracterizados pelo preço baixo e acessível.

Embora o comércio de ambulantes esteja sujeito à regulamentação em países desenvolvidos, representa uma lacuna normativa em diversos países tropicais. No Brasil, não há legislação federal para a atividade. Ao mesmo tempo, com a implantação do Sistema Único de Saúde e a descentralização das suas ações, o controle sanitário desse segmento passou a ser responsabilidade dos municípios. (MALLON; BORTOLOZO, 2004, p. 68).

A esse respeito, a resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional da Vigilância Sanitária, traz a descrição sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, incluindo os vendedores ambulantes de alimentos (BRASIL, 2004). Na cidade de Fortaleza, a Lei nº 10474 de 09 de junho de 2016 é a que regulamenta o exercício das atividades de *food truck*, *food bike* e *food cart* no Município, porém consta na descrição dessa lei que ela não se aplica à categoria dos vendedores ambulantes. Nessas legislações mais recentes, notamos a proliferação de novas categorias, que costumam se confundir com a definição mais tradicional de comércio ambulante como aquele exercido por conta própria, na rua ou ambientes públicos, entre vendedores, que percorrem as vias ou se estabelecem em barracas.

Em Fortaleza, as leis que regulamentam o comércio ambulante datam de épocas

passadas, sendo regido pelo *Decreto nº 9.143*, publicado no Diário Oficial do Município, em 29 de julho de 1993. Tal dispositivo, entretanto, auferiu outra redação no *Decreto nº 9.300*, de 17 de janeiro de 1994 que rege o comércio ambulante da cidade e define como sendo vendedores ambulantes aqueles que comercializam cigarros e bombons, confecções em geral, lanches rápidos, miudezas, bijuterias, discos e fitas videocassetes usadas, fichas telefônicas, carnê de sorteio, etc., sendo a atividade regulamentada por portarias emitidas por cada secretaria interessada no tema. Vê-se na descrição produtos já nem mais existentes no mercado, como fitas, videocassetes, e fichas eletrônicas, indicando a necessidade de legislação atualizada. Sobre o contexto de Fortaleza:

A presença do comércio ambulante, como forma de comércio e atividade econômica, indica alguns aspectos da conjunção de problemas urbanos contemporâneos, sobretudo, a pouca absorção do quantitativo da força de trabalho que, mediante a reestruturação produtiva, segrega trabalhadores por meio de funções profissionais marcadas cada vez mais pela qualificação e incorporação tecnológica. (GONÇALVES, 2014, p. 130).

Alguns estudiosos propõem um maior controle desse segmento, através de uma legislação mais racional, rigorosa e coerente, aplicando um sentido educativo à prática, mais do que punitivo (MALLON; BORTOLOZO, 2004). Apesar de algumas controvérsias quanto a seu funcionamento, em relação a condições de higiene na manipulação de alimentos e infraestrutura, esse segmento parece necessário ao modo de vida das cidades, e parece surgir como uma necessidade de ganho de uma renda extra – ou até mesmo como a renda principal – para muitas famílias.

O comércio ambulante no meio urbano, crescente na sociedade brasileira nas últimas décadas, tem se revelado como um dos indicadores da alta informalidade no mercado de trabalho nas metrópoles, apesar dos esforços do poder público na regulação mínima desta atividade, bem como da ocupação do espaço urbano, particularmente na esfera da administração municipal. (DUTRA, 2012, p. 3).

Como já citado anteriormente, a venda de alimentação nas ruas abriga grande proliferação de estratégias de sobrevivência em meio à realidade laboral que vivemos. Dentre as inúmeras transformações, a perspectiva da informalidade e do trabalhador ambulante como principal vítima da crise econômica “tem cedido lugar a novas visões e expectativas em relação ao setor informal, como por exemplo, uma visão mais afinada ao liberalismo que visualiza neste trabalhador autônomo o empreendedor em potencial” (DUTRA, 2012, p. 6). Dessa forma, o trabalhador que comercializa alimentação nas ruas passa a ser menos estigmatizado como o ambulante e classificado como empreendedor, e o negócio passa a ser menos associado à alimentação suja, insalubre e ilegal.

Nesse sentido, o que assistimos hoje é uma espécie de incrementação ou *gourmetização* do setor da “comida de rua”, processo sobre o qual não nos deteremos especificamente, mas pontuamos a diversidade que daí nasce, com uma ampliação do espectro de trabalhadores para além dos ambulantes e vendedores de barracas de comida informais, dando espaço a vendedores fixos, formalizados e até de porte um pouco maior, como é o caso dos *Food Trucks*. Todo esse processo acaba criando no ambiente da rua condições que transformam, por vezes, drasticamente a vida daqueles que encontram nesse tipo de comércio sua subsistência, afetando, principalmente, aqueles de menor porte.

O espaço da rua, portanto, passa a ser habitado, dividido e concorrido por trabalhadores da alimentação que guardam consideráveis diferenças entre si, em termos econômicos especialmente. A “comida de rua” dos grandes centros urbanos brasileiros abriga grandes abismos e nuances, todos empreendedores em potencial, formando um leque muito diversificado de características e possibilidades de exploração desse cenário composto por protagonistas tão singulares.

4.1.2 Produção e análise de dados

Como já elucidado anteriormente, elegemos como objetivo principal de nosso trabalho compreender e analisar, através do discurso de pequenos empreendedores envolvidos na atividade “comida de rua”, sua atividade empreendedora e a vulnerabilidade característica de seu espaço laboral, que possa a aproximar de um trabalho caracteristicamente precário; sendo este perpassado pelos seguintes objetivos específicos: (1) Compreender o empreendedorismo em suas perspectivas prática, teórica e histórica em meio ao contexto laboral atual; (2) Identificar a experiência do empreendedor e sua perspectiva sobre sua atividade no contexto atual da reestruturação produtiva; (3) Analisar a atividade de pequenos empreendedores e características que demarcam a vulnerabilidade própria de trabalhos precários, e os impactos psicossociais daí advindos.

Nossa preocupação, portanto, longe de avaliar as práticas desse comércio sob uma perspectiva sanitária, tampouco na ideia de regulamentação ou avaliação da atividade em si, é o foco nos trabalhadores e na realidade laboral encontrada nesse segmento. Também não pretendemos, neste momento, realizar uma espécie de mapeamento sob uma inspiração etnográfica, apesar de considerar fundamental futuras investigações nesse e em outros sentidos possíveis sobre o tema abordado. O que propomos, e sobre o qual intentamos adequar nossas escolhas metodológicas, é a análise da atividade desses trabalhadores, com

foco particular nas características que daí sobressaem o processo de precarização laboral presente, com um olhar especial sobre os impactos psicossociais daí advindos.

Para dar conta dos objetivos elencados, a presente investigação se configura como uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, enquadrada na metodologia de estudo de caso, que procurou alcançar os objetivos através do seguinte percurso metodológico: a realização de entrevistas semi-estruturadas e a Análise de Conteúdo como recurso de tratamento dos dados construídos nessas entrevistas. É preciso apontar, também, a realização do levantamento de literatura do tema realizado anteriormente, no sentido de ampliar as possibilidades de discussão e análise. Esse projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (CEP UFC - Universidade Federal do Ceará / PROPESQ-UFC) sob Número de Parecer 1.862.106 e CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 61315416.7.0000.5054.

Para a construção do *córpus* de análise, optamos pela seleção dos trabalhadores por conveniência, que, de forma breve, consiste na escolha de pessoas mais convenientemente disponíveis como participantes do estudo, sendo um método não-probabilístico. Esse tipo de abordagem aos entrevistados se tornou bastante facilitado pelo nosso tipo de público, que se encontra espalhado pelas ruas e vias da cidade. Em um primeiro momento, anterior ao Exame de Qualificação, foram realizadas entrevistas no sentido de elaborar um panorama preliminar de resultados, sobre o qual foram feitos os devidos ajustes e aprimoramentos do roteiro e do recorte de trabalhadores investigado.

Nessa etapa, de realização das entrevistas, os trabalhadores foram abordados, lhes foi explicado o objetivo da pesquisa e o convite de participação foi realizado. As entrevistas, em sua maioria, ocorreram no próprio ambiente de trabalho dos entrevistados, no espaço da rua; enquanto outros preferiram marcá-las posteriormente, fora do horário de sua atividade. Para Minayo (1994), a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, através de um porta-voz, representações de determinados grupos.

Ainda sobre a escolha da entrevista como método, “é interessante notar que, geralmente, optamos pela entrevista sem problematizar o motivo pelo qual escolhemos esse método e não outro” (ARAGAKI; LIMA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2014, p. 59). Nesse caso, o objetivo do estudo é compreender, através do discurso do entrevistado, a sua realidade laboral, daí a necessidade da entrevista como método e a relevância de alinhamento da metodologia utilizada ao objetivo da pesquisa.

Optou-se pela entrevista semi-estruturada, na qual o informante tem a

possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do entrevistado, fazendo surgir possibilidades outras dentro do relato. Para Queiroz (1988), a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. O autor ressalta que essa entrevista é uma técnica útil de obtenção de cortes mais pragmáticos, em que é possível reconhecer como os sujeitos constroem os sistemas de representações, a partir de práticas individuais e cotidianas.

As questões elaboradas para a entrevista levaram em conta o embasamento teórico da investigação e as informações sobre o fenômeno social (TRIVIÑOS, 1987), tendo em vista que são necessárias perguntas relevantes e significativas para o tema investigado (APÊNDICE A). É importante salientar que nos utilizamos de um roteiro de entrevista, que guia os pontos a serem tocados na conversação, o que se diferencia bastante de um questionário fechado. Portanto, as entrevistas nos trouxeram muito além daquilo previsto no roteiro, se diferenciando de sujeito para sujeito, em relação à adaptação da linguagem utilizada e às informações surgidas no processo.

Em um momento inicial, foi realizada leitura breve do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde foi possível fornecer todas as informações necessárias e esclarecer possíveis dúvidas. É importante salientar que, nesse momento, foram explicitados brevemente os objetivos da pesquisa, as questões de sigilo dos discursos e identidades e o modo como os relatos seriam manejados e analisados posteriormente.

Todas as entrevistas foram gravadas, sob consentimento dos entrevistados, e posteriormente transcritas. Nesse processo, naturalmente, o quadro de amostragem se tornou saturado, ou seja, as informações trazidas pelos entrevistados foram se tornando repetitivas, até o ponto de não surgirem informações novas ao quadro de análise. Assim se encerrou o *cópus* de análise, e, para os efeitos da presente pesquisa, isso é o que chamamos de ponto de saturação. Por isso, não necessitamos de um número grande de entrevistados, desde que as informações construídas sejam suficientes para alcançar os objetivos propostos. No nosso caso, o ponto de saturação ocorreu com o 10º trabalhador entrevistado. A Tabela 2⁸ resume algumas informações sociolaborais dos entrevistados, que farão parte da análise posterior dos dados.

⁸ Foram utilizados nomes fictícios para os entrevistados, inspirados na obra *O quinze* de Rachel de Queiroz.

Tabela 2 – Dados sociolaborais dos trabalhadores entrevistados

Nome	Escolaridade	Idade	Tipo de atividade	Tipo de produto	Tempo de atividade	Formalização
Josias	Ensino fundamental incompleto	25 anos	Ambulante	Milho/pamonha/canjica	07 anos	Informal
Cordulina	Ensino médio cursando	39 anos	Barraca	Caldo de cana e pastel	07 anos	MEI
Zefinha	Ensino fundamental	40 anos	Barraca	Lanche (em geral)	03 anos	MEI
Dona Maroca	Ensino médio incompleto	45 anos	Barraca	Almoço e “quentinhas”	10 anos	MEI
Conceição	Ensino fundamental incompleto	48 anos	Ambulante	Cachorro-quente	02 meses	Informal
Lourdinha	Ensino fundamental incompleto	49 anos	Ambulante	Salada de frutas	05 anos	Informal
Luís Bezerra	Ensino fundamental incompleto	50 anos	Ambulante	Lanche (em geral)	02 anos	Informal
Dona Idalina	Analfabeta	55 anos	Ambulante	Tapioca	02 anos	Informal
Dona Inácia	Ensino fundamental incompleto	62 anos	Barraca	Lanche (em geral)	05 anos	Informal
Chico Bento	Ensino fundamental incompleto	73 anos	Barraca	Lanche (em geral)	03 anos	Informal

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Os entrevistados estão ordenados de acordo com a ordem crescente de idade.

Como já mencionado, os dados construídos nessas entrevistas foram tratados pela Análise de Conteúdo, desenvolvida por BARDIN (2004). Para Bardin (2004, p. 27), a “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Nesse sentido, seria, mais que um instrumento, um conjunto de ferramentas aplicáveis à análise de todo e qualquer tipo de comunicação, e sua intenção é a investigação das condições de produção dos discursos analisados. Segundo VALA (1986), a Análise de Conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns nas investigações realizadas em ciências humanas e sociais, sendo um meio para estudar as comunicações entre os homens, estando a ênfase no conteúdo das mensagens.

Após a transcrição de todas as entrevistas, a análise de conteúdo foi dividida em três fases, conforme BARDIN (2004): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. No nosso caso, como técnica de análise, dentre as várias existentes no espectro da Análise de Conteúdo, foram utilizadas a Análise Temática (ou categorial) e a Análise da Enunciação, sendo esta última complementar à realização prévia da primeira.

Na primeira etapa, referente à Análise Temática, os dados foram submetidos a uma “leitura flutuante”, onde foram elaboradas possíveis categorias prévias que direcionam a análise. Essa pré-análise costuma nos direcionar às análises posteriores, sendo possível estabelecer uma espécie de intimidade com os textos analisados. Em seguida, foram realizadas leituras mais atenciosas aos textos, selecionando citações e excertos que apresentavam relações com a temáticas desenvolvidas teoricamente, no nosso caso aquelas relacionadas às características de precarização laboral e através das quais poderíamos formular interpretações. Nesse momento, foi utilizado como unidade de registro o tema encontrado nos fragmentos de textos, visando a categorização semântica e a contagem frequencial, já que “a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição” (BARDIN, 2004, p. 102). Após realizada a categorização dos fragmentos de texto, foi realizada a análise temática, propriamente dita e mais detalhada, do material e posterior reflexão dos dados obtidos, sendo possível uma reorganização das categorias previamente elaboradas, sendo os fragmentos do texto organizados em subáreas temáticas.

Posterior à análise das entrevistas em fragmentos de textos com temáticas similares e frequentes, foi realizada a análise da enunciação de cada entrevista. Nessa etapa, “cada entrevista é estudada em si mesmo como uma totalidade organizada e singular. Trata-se do estudo dos casos” (BARDIN, 2004, p. 168). Aqui é possível compreender diferentes aspectos das falas dos sujeitos, como as condições de produção da fala, a lógica de raciocínio, os lapsos, os “lugares comuns”; em uma perspectiva mais crítica e reflexiva.

Essas técnicas da Análise de Conteúdo, assim associadas, foram fundamentais para abarcarmos nossa compreensão, para além dos aspectos que relacionam a atividade desses trabalhadores à precarização do trabalho e dos impactos psicossociais aí presentes. A partir desse percurso metodológico, acreditamos ter sido possível dar conta dos objetivos propostos inicialmente e realizarmos uma importante análise do que foi trazido pelos trabalhadores que colaboraram com nossa investigação.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No decorrer do capítulo anterior, foi possível uma compreensão do *modus operandi* da investigação realizada. Nesse capítulo, iremos nos ater à análise dos dados construídos durante as entrevistas, em dois momentos: nos debruçando sobre as categorias temáticas surgidas; e, em um segundo momento, apresentando os relatos de cada uma das entrevistas realizadas.

5.1 Marcas da precarização e impactos psicossociais

Levando em consideração o foco proposto neste trabalho de analisar as características de precarização presentes nas atividades laborais dos entrevistados sob uma perspectiva psicossocial, nos debruçamos neste momento sobre a discussão de grandes categorias temáticas surgidas durante a sistematização dos dados. Essas categorias englobam algumas questões fundamentais de serem abordadas, justamente por surgirem significativamente na contagem frequencial dos fragmentos dos relatos das entrevistas.

O processo de precarização laboral, tal como ilustram as categorias expostas a seguir, se mostra cada vez mais multifacetado e disperso entre categorias laborais distintas. Através da discussão dessas categorias, podemos dar conta de questões valiosas à compreensão dos objetivos propostos inicialmente, relacionados à discussão da precarização laboral e dos impactos psicossociais da atividade desempenhada pelos trabalhadores entrevistados. Fizemos questão de pôr em ênfase os trechos retirados das entrevistas transcritas em que constam as falas dos trabalhadores. São eles os grandes interlocutores, capazes de nos informar sobre a realidade concreta da atividade que realizam, para que possamos ter a compreensão do que nos é dito diante de todo o aporte teórico que nos foi possível nos capítulos anteriores.

5.1.1 Nas teias da informalidade

Tendo sido uma categoria já tratada em capítulos anteriores dessa dissertação, a informalidade surge como o grande cenário que envolve toda a trajetória laboral dos entrevistados, por isso a relevância de trazê-la aqui novamente. As relações que envolvem a informalidade, o empreendedorismo e a precarização laboral são históricas e seus impactos se complexificam com o alastrar dos últimos acontecimentos sociopolíticos no Brasil, tais como

a aplicação da Reforma da Legislação Trabalhista e a iminência da Reforma da Previdência Social. Retomando definição traçada anteriormente sobre informalidade como um processo caracterizado pela desregulamentação, o assalariamento sem carteira, o trabalho autônomo, o trabalho temporário, ou seja, as modalidades de trabalho que não se enquadram na formalidade e fogem às regulamentações e direitos trabalhistas formais, o processo de precarização das condições e relações de trabalho refere-se, historicamente, à ampliação das modalidades de trabalho informal.

Em relação à formalização do negócio próprio, à título de exemplo, 7 de nossos entrevistados se declararam informais, sendo o restante formalizados como Microempreendedor Individual (MEI), tal como mostra a Tabela 3. Esse dado põe em evidência a relação entre informalidade e empreendedorismo, que em 2014 já se constatava no cenário brasileiro, já que dos 27,6% dos trabalhadores na informalidade, 8,8% trabalhavam de forma assalariada sem carteira assinada e 18,8% por conta própria (IBGE, 2014).

Tabela 3 – Escolaridade e formalização dos entrevistados.

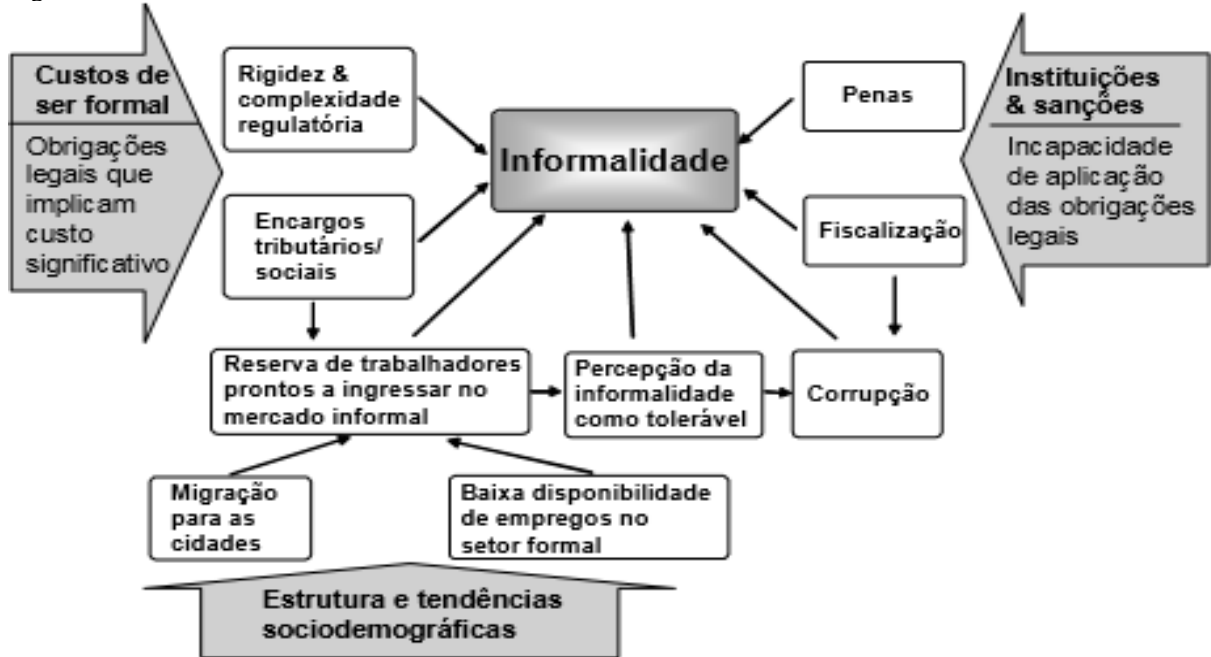
Nome	Escolaridade	Formalização
Josias	Ensino fundamental incompleto	Informal
Cordulina	Ensino médio cursando	MEI
Zefinha	Ensino fundamental	MEI
Dona Maroca	Ensino médio incompleto	MEI
Conceição	Ensino fundamental incompleto	Informal
Lourdinha	Ensino fundamental incompleto	Informal
Luís Bezerra	Ensino fundamental incompleto	Informal
Dona Idalina	Analfabeta	Informal
Dona Inácia	Ensino fundamental incompleto	Informal
Chico Bento	Ensino fundamental incompleto	Informal

Fonte: Elaborado pela autora.

Durante as entrevistas, quando questionados sobre o porquê da não formalização do negócio, todos os trabalhadores foram enfáticos ao afirmarem que não viam a necessidade de arcar com os custos e com o esforço de formalizar a atividade, já que não teriam nenhum retorno positivo sobre esse processo, senão o pagamento de mais impostos e taxas. Aqueles que se formalizaram relataram que o fizeram por receio de posteriormente serem punidos de alguma forma pela utilização do espaço público sem regulamentação e trazem como uma vantagem o pagamento da Previdência Social incluso nos custos da formalização, o que aponta para a preocupação com a perda do direito à aposentadoria, caso permaneça na informalidade total.

Em relatório com o objetivo de discutir o crescimento econômico brasileiro em relação à expansão da economia informal, o *McKinsey Global Institute*⁹ (2003) resumiu na Figura 1 alguns fatores que influenciam o crescimento da informalidade, como os custos da atuação formal, as tendências sociodemográficas e a organização das instituições públicas de regulação e regulamentação sociotrabalhista.

Figura 1 – Fatores da informalidade



Fonte: MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE (2003).

Embora possamos identificar na figura trazida, de fato, fatores importantes ao acesso e permanência de trabalhadores na economia informal, é preciso recordar o resgate histórico feito em capítulos anteriores e lembrar que o trabalho informal faz parte do próprio funcionamento de valorização e reprodução do capital. O alargamento da informalidade está intrinsecamente vinculado ao movimento mais amplo do mundo do trabalho e às mudanças trazidas pelas reformulações econômicas e políticas desde a década de 1970.

Hoje, acompanhando ainda o ritmo das mudanças provocadas pela transformação do capital, o que podemos notar como mais recente estratégia de funcionamento é uma mudança de perspectiva sobre a informalidade, antes como forma de degradação do trabalhador e meio de sobrevivência, agora é encarada como forma de desonerar o Estado da proteção social e é assumida como possibilidade concebível, inclusive com os esforços de

⁹ É um instituto de pesquisa econômica desenvolvido pela *McKinsey & Company*, uma empresa americana reconhecida como a líder mundial no mercado de consultoria e gestão empresarial estratégica.

institucionalização dos trabalhos informais e precários hoje no Brasil (COELHO-LIMA, 2016). Trazemos novamente uma citação que ilustra esse cenário apontado por LIMA (2010, p. 174) como “uma espécie de des-demonização da informalidade, de sinônimo de subdesenvolvimento para sinônimo de desregulamentação, flexibilidade e mesmo de empreendedorismo”. Essa mudança nos faz retomar inclusive o anteriormente dito acerca da transformação de perspectiva sobre o próprio trabalhador informal ambulante, agora considerado empreendedor/dono do próprio negócio, e “o trabalhador informal, mais que um excluído do mercado, seria então um empreendedor por necessidade” (LIMA, 2010, p. 175). Isso remete a uma naturalização do precário na atividade, já que o fato de ser informal e não dispor de direitos e garantias sociotrabalhistas não é encarado como precariedade, mas como uma particularidade do fazer empreendedor, tal como relatado em diversos momentos pelos entrevistados.

A partir do ainda trazido na Tabela 3, podemos apontar também as relações que envolvem o nível de escolaridade dos trabalhadores investigados. Nenhum deles tem sequer o Ensino Médio concluído, o que nos leva a uma necessidade de pontuar sobre esse dado significativo quando falamos de informalidade e precarização e, sobretudo, quando falamos sobre empreendedorismo. Tal como apontado em capítulos anteriores, o relatório GEM (2016) destaca que a pouca ou nenhuma qualificação profissional e educacional daqueles que desempenham uma atividade por conta própria caracteriza grande parte dos negócios informais e por necessidade, e seria uma das dificuldades de se empreender no Brasil, sendo o objetivo da educação empreendedora “a busca pelo ajuste da população pobre e marginalizada por meio da educação-qualificação à estrutura social consolidada da ordem burguesa” (SABINO, 2010, p. 3).

É necessário considerar também que, embora hoje a precarização laboral envolva também trabalhadores superqualificados e com altas remunerações, historicamente ela atingiu de forma mais intensa a massa de trabalhadores marginalizados, que compreende aqueles com baixa escolaridade e pouca renda, já que esse cenário viabiliza a submissão à trabalhos com condições ainda mais precárias. Nesse sentido, “a informalidade pode expressar uma forma de sobrevivência dos trabalhadores que não detêm qualificações e conhecimentos adequados para o novo mundo do trabalho, envolvendo, em geral, condições precárias e de baixo rendimento econômico” (POTRICH; RUPPENTHAL, 2013, p.146). Portanto, mesmo compreendendo que em meio ao atual mundo laboral não há relação direta entre qualificação profissional/educacional e garantia de emprego e renda, é necessário admitir que os impactos são ainda maiores sobre aqueles com níveis mais baixos de escolaridade.

Para além da informalidade permeando a atividade empreendida atualmente pelos trabalhadores entrevistados, nos interessou também investigar sobre as suas histórias de vida no trabalho. O que nos foi relatado nos permite a compreensão de que o trabalho informal esteve presente durante a maior parte da vida laboral, senão toda, desses trabalhadores. Isso é ilustrado pela fala de Lourdinha, que nos conta em resumo seu percurso de vida laboral anterior à atividade que desenvolve hoje.

Eu comecei com 17 anos de doméstica. Aí vim pra casa de uma tia. Eu morava na casa de uma tia. Era um pessoal rico né, aí era pior que uma empregada. Aí de doméstica eu comecei a trabalhar em casa de família até os meus 27 anos. De 27 eu comecei a trabalhar de costura, de acabamenteira [*sic*], costurando só o acabamento né. Depois de costura eu passei a trabalhar na fábrica [...], aí trabalhei de serviços gerais, que era numa firma, mas foi pouco tempo. Depois disso aí, voltei pra aprender a costurar, aí comecei a costurar. Aí tu sabe que a gente trabalhando de costureira, tipo assim, de produção, tem época que para, principalmente em fevereiro pra março. É a época que para todas as costuras. Se for firma, bota as pessoas pra tirar férias nessa época, justamente porque não tem correria nas costuras. E se for de produção, quem for de produção passa um período apertado, como eu já passei né. Foi aí onde eu comecei a trabalhar vendendo churrasquinho aqui na frente da porta, depois comecei a vender tapioca no meio da rua. Vendi de tudo, dindim... Tudo eu vendia sabe. (Lourdinha).

A fala de Lourdinha também explicita o que as teorias para o empreendedorismo chamam de motivação para empreender, que, no caso dos trabalhadores aqui entrevistados, estaria relacionada à necessidade de obtenção de renda, mais do que a uma oportunidade ou desejo de realizar um negócio próprio. É preciso levar em conta também as fronteiras borradas entre o que se insere por necessidade ou por oportunidade (SANTIAGO, 2007), principalmente no contexto brasileiro. Todavia, o que nos é colocado pelas falas dos entrevistados nos permite formar concepções sobre o acesso à informalidade e à venda de comida como meio mais plausível e imediato de obtenção de uma renda que garanta subsistência, e é nesse sentido também que os trabalhadores, especialmente de uma classe menos abastada, se veem impelidos a desenvolver “habilidades empreendedoras”, mais do que nascem com um tipo de vocação ou espírito empreendedor.

Além do acima ilustrado, outros desses trabalhadores nunca sequer tiveram em suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) algum registro de trabalho formal, como ilustrado por Dona Inácia.

Ah, eu já trabalhei... A única coisa que eu ainda não fiz foi roubar, me prostituir e vender droga. Mas já vendi produto, [...] vendi chinela, vendi confecção, vendi aqueles kits de cozinha, de colcha de cama. A menina me fornecia produto pra eu vender nas casas. Já vendi tudo quanto foi de produto, já montei comércio num sei quantas vezes, sempre tive um boteco. Tudo pra eu me manter, porque eu nunca dependi do meu marido. Eu dependia dele pra comer e pra sombra da casa, mas pra me vestir e calçar era eu, era suado. (Dona Inácia).

Quando questionada sobre um possível desejo de trabalhar formalmente e como seria para ela essa experiência, Dona Inácia relata que ela não possui nem meios para fazer essa reflexão, já que nunca sequer acessou a experiência do trabalho formal para conseguir fazer algum comparativo. A naturalização do precário talvez se dê de forma mais profunda nesse caso, em que o trabalhador nunca foi amparado pela legislação trabalhista e teve acesso apenas a uma forma de exercer a atividade.

Tudo bem que carteira assinada é bom porque você tem uma coisa garantida. Você trabalha 1 ano ou 2, quando você sair você tem seu pezinho de meia [*sic*]. Mas da mesma forma que eu penso em carteira assinada, eu penso no meu jeito. Mas assim, se eu nunca recebi nem um salário, como é que eu vou sentir falta de receber um 13º salário? Eu nunca soube o que é isso. Pra mim tanto faz eu trabalhar de carteira assinada, como eu trabalhar por conta própria, porque se eu tivesse condições de ganhar bem fazendo o que eu faço, eu poderia juntar dinheiro todo dia e no final do ano eu tinha meu salário garantido. (Dona Inácia).

A fala de Luís Bezerra também nos serve de ilustração para compreender como a informalidade permeou e envolveu a vida laboral desses sujeitos de algum modo e em algum momento da vida.

Eu cheguei aqui em Fortaleza em 82 né, ainda de menor, adolescente. Aí trabalhei de flanelinha, entendeu? Em frente a um mercadinho. Aí em seguida o gerente perguntou se eu queria trabalhar né, de tanto eu insistir, empacotando. Aí eu “quero, é claro”. Aí eu fui trabalhar de empacotador no mercantil, entendeu? E eu fiquei até os 18 anos. (Luís Bezerra).

Outro ponto que gostaríamos de evidenciar, ainda neste tópico sobre a informalidade, é um dado em específico que foi unânime entre todos os entrevistados, que diz respeito à rede familiar que forma a rede socioprodutiva em torno da atividade realizada, fundamental para a economia informal. Todos contam, de alguma forma e em algum momento da produção ou venda dos alimentos, com algum familiar que lhes dá suporte. Assim, o conceito de Rede SocioProdutiva (RSP) estaria em torno de “relações de confiança que uma pessoa-foco cria com outros sujeitos tendo em vista empreender uma atividade que sozinha seria incapaz de realizar em circunstâncias específica” (SANTOS; MACIEL; SATO, 2014, p. 345). Luís Bezerra nos ilustra esse fato, comum a todos os trabalhadores entrevistados, seja aqueles que contam com a esposa no preparo dos alimentos anterior à venda, seja aqueles cujo marido divide a atividade de venda nas ruas.

Luís Bezerra: A minha esposa, ela é outra guerreira, entendeu? Sempre trabalhou, conheci ela no trabalho e continua trabalhando e além disso ela faz os bolos, salgados, sucos, quando chega.

Pesquisadora: Ela trabalha com o que, além de ajudar o senhor?

Luís Bezerra: Ela trabalha de diarista, entendeu? Só tem uma vantagem, o pessoal convida ela pra ficar fixa, mas não dá porque nós temos uma criança de 5 anos, aí ela vai no dia que dá certo [...]. Aí, como eu falei, a minha esposa, ela é uma guerreira. Ela chega do trabalho, aí vai preparar o suco à noite. De manhã cedo, acorda 5 horas, faz as tapiocas, entendeu? À noite, além do suco, ela faz o bolo, deixa todo prontinho ali. De manhã é só cortar, fatiar, entendeu?

Esse exemplo ilustra o fato que citamos anteriormente quando afirmamos que o empreendedor acaba por reproduzir em larga escala os mesmos ideais precários de trabalho a que se submete, já que, em uma perspectiva de redução dos custos e otimização da produção, reúne outras pessoas em torno dessa rede, dispersando mais intensificação laboral e precariedade das condições de direitos e garantias trabalhistas. Assim, os trabalhadores informais participam hoje da economia urbana e contribuem largamente com o processo de reprodução do capital, assumindo os custos relativos dessa reprodução e submissão enquanto força de trabalho envolvida em um processo de auto exploração, entendido como um negócio próprio e sem grandes custos para o capital (GONÇALVES, 2002).

5.1.2 Insegurança e instabilidade sociolaboral

Outra categoria temática surgida na análise das entrevistas, também já trazida anteriormente na análise da literatura sobre o tema, é a instabilidade e insegurança frente a questões de trabalho e de planejamento de vida a curto e longo prazo. As questões aqui trazidas pelos trabalhadores envolvem temas como aposentadoria, férias, planejamento de vida, planejamento financeiro frente a uma renda flutuante e instável, dentre outros aspectos que envolvem marcas precárias do trabalho que impactam para além da atividade desenvolvida.

Na compreensão e caracterização da precarização laboral estariam inseridos dois aspectos fundamentais: “a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade” (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p. 203), que estão justamente relacionados aos aspectos considerados neste tópico. Desse modo, esse processo se mostra uma sucessão de retrocessos como a perda de possibilidades de um planejamento ou carreira laboral (trabalhos temporários, *part-time*, subcontratação, desemprego) e exclusão de uma série de direitos e garantias como folgas remuneradas, férias, licenças de saúde, aposentadoria, dentre outros. Isso é brevemente resumido, como um exemplo, pela fala de

Conceição, enquanto conversávamos sobre as diferenças entre o trabalho que ela desenvolve e um trabalho formal.

[...] E você trabalhando na rua você não tem nada seguro. Se você cair numa doença, você não pode receber pelo INSS de jeito nenhum. Como é que você vai botar 15 dias de atestado, se você trabalha pra você mesma? Não dá, é diferente de uma empresa. Numa empresa se você passar uma semana doente, você bota um atestado e fica recebendo. Se você se cortar, passa pelo INSS. O INSS serve pra essas coisas. Ele se responsabiliza, porque você já paga ele, é seu direito. (Conceição).

Essa realidade, enfrentada por diversos tipos de trabalhadores, é característica da situação de autônomos e ambulantes, o que conduz essa parcela significativa de trabalhadores a uma situação de vulnerabilidade. Dona Idalina ilustra na fala abaixo sua situação em relação à aposentadoria, quando questionada sobre a possibilidade de trabalhar formalmente.

Dona Idalina: Sim, poderia, né, até trabalhar de carteira assinada, que é bom né? Todos os meses eu pago meu INSS, aí já era num dinheiro que eu já não ia tirar né? Pago 50 real [*sic*] pro meu INSS.

Pesquisadora: Faz quanto tempo que a senhora paga?

Dona Idalina: Ta com uma ruma [*sic*] de tempo que eu pago. Até disse assim “Menino, qualquer dia, por que eu vou fazer 55, qualquer dia eu vou lá no INSS saber quantos anos faltam pra eu me aposentar”. Aí a menina disse “Vai mulher! Quem sabe esse ano”. Mas com esse negócio desse governo mudando as coisas né? Mas nada pra Deus é difícil, né, quem sabe que Deus vai tocar no coração dele e vai ficar nisso aqui, nessa coisa mesmo né?

Pesquisadora: E quando a senhora começou a contribuir com o INSS já vendia lanche?

Dona Idalina: Já, avemaria [*sic*]. Lá em casa tem uns banquim [*sic*], e meu banquim com meu cartão do INSS vive direto assim no pé da porta, que é pra mim não esquecer de pagar.

Pesquisadora: Como foi que a senhora resolveu ter a ideia de começar a pagar por conta própria?

Dona Idalina: Porque assim, é tão bom né. Porque essa minha irmã pra se aposentar foi um sacrifício medonho, porque não pagava nada nada. Aí foi em cima, foi em baixo, até que ajeitaram o aposento dela. Aí eu disse assim “Eu vou pagar, porque as vezes a gente precisa né? E num pagar nada né? Ai tô pagando, graças a Deus que pago bem certim [*sic*]. Eu tenho é uma ruma [*sic*] de carnê lá em casa. Aí eu tava dizendo “Qualquer dia eu vou lá no INSS”. Só que as pessoas bota [*sic*] um negócio muito difícil. A gente vai no INSS, pega uma ficha e depois vai lá pro Vapt Vupt. Uma coisa que podia resolver lá mesmo né? Mas bota a gente pra dois cantos. É longe, mas eu vou é de pé, andando de pé. De manhã bem cedinho né, quando abrir o INSS eu já tô lá, quando eu pegar a ficha já volto de novo pro Vapt Vupt né? E assim a gente vai fazendo, porque se tudo o que a gente for fazer for pagar ônibus né, pode inventar é dinheiro né?

Essa situação ilustra perfeitamente o que já havíamos discutido anteriormente sobre o modo como esse tipo de trabalhador acaba assumindo para si as responsabilidades e

encargos historicamente garantidos e assumidos pelo Estado. Faz parte de um processo mais amplo em que “a sociedade civil organizada deve absorver pra si os investimentos sociais historicamente de responsabilidade do Estado” (SABINO, 2010, p. 1). Isso constrói a teia de desproteção e responsabilização (CASTEL, 2005) sobre esse sujeito, à mercê de sua própria iniciativa, muitas vezes incapaz de suprir aquilo que deveria lhe ser direito assegurado. Conceição também nos ilustra isso no trecho abaixo.

Conceição: Rapaz, pra quem quer aposentadoria devia ser mais fácil, eu acho né. Porque o cara passa quase 40 anos pagando o INSS pra arrecadar dinheiro pra gastar, mas num gasta porque num dá tempo, porque morre logo.

Pesquisadora: E vocês já pagam o INSS?

Conceição: Eu pago. Porque quando eu trabalhava de carteira assinada, todo os meses já vinha descontado né, no meu contracheque. O que que é descontado? 70, 80 real [sic]. Esse dinheiro eu nunca vou gastar, porque quando eu chegar a me aposentar um dia por tempo de serviço, o caba [sic] num dura nem a metade, porque o Governo faz é jogar uma praga pro caba assim que se aposentar, morrer logo. Eu quero é ver uma pessoa se aposentar e passar mais do que 10 anos aposentado.

Embora alguns de nossos entrevistados paguem a Previdência Social por conta própria, não é o caso de todos. Alguns relataram que se dependerem disso, não se aposentarão nunca, por falta de condições de retirar parte da renda para esse fim. Isso torna compreensível os dados já apontados por Holzman (2006) de que 78,3% dos trabalhadores por conta própria não são contribuintes da Previdência Social.

Outra questão apontada pelos trabalhadores sobre as particularidades de sua atividade faz referência às férias, tal como ilustrado pelo trecho da fala de Cordulina.

É, isso aí nós não temos. Essa é a desvantagem que você perguntou né antes? Então a desvantagem é essa, porque em empresa temos férias né, aí aqui nós não temos. Aí se torna uma carga horária bem... bem carga horária mesmo. Por que tem dias que você não ta podendo trabalhar, aí você automaticamente tira seu dia de folga, mas não é como 15 dias ou 1 mês. Você trabalhando pra você, só tem essa desvantagem: você não pode tirar um mês sem trabalhar. Se você passar duas semanas, uma semana mesmo, sem trabalhar, você vai repor como? A desvantagem só é essa... Né não? Se você não vier trabalhar, você não ganha. Na empresa você não indo trabalhar um dia, você não vai deixar de trabalhar uma semana. Porque você sabe que se você faltar um dia, eles descontam dois. Você não é doido. Mas trabalhando pra si, é bom, mas não vindo também é ruim. Não tem férias, a desvantagem é isso, meu modo de entender é esse. Concorda? É o que eu penso, porque eu não gosto de mentira. Que doa ou não, eu gosto é da verdade. Tenho pavor à mentira. (Cordulina).

Em outra situação também referente a férias, observamos como o próprio trabalhador busca meios de se ajustar às demandas de sua atividade, como é o caso de Zefinha, cuja clientela maior são alunos de uma Instituição de Ensino Superior.

Pesquisadora: E, por exemplo, como é que você vê hoje sua perspectiva de aposentadoria?

Zefinha: Eu pago meu INSS, a gente paga, já faz um tempo que a gente paga.

Pesquisadora: E a questão, por exemplo, das férias? É possível que vocês consigam ter?

Zefinha: Eu vou botar ele na justiça, que ele ainda não me deu férias. Férias, quando aqui tem férias, a gente tira férias. Férias do meio do ano, é um mês. Dia 15 a gente para e só volta quando começam as aulas. No final do ano, que são quase dois meses de férias, a gente para perto de um mês.

Esses ajustes e negociações sobre a perspectiva, como no caso exemplificado, de ter a possibilidade de usufruir de um período de férias retrata um “indivíduo jogado em um mundo em que uma forma de sociabilidade baseada na condição de precariedade tende a naturalizar-se” (BARBOSA, 2011, p. 138). O trabalhador passa a não estranhar a situação em que precisa redefinir certo planejamento para dispor desse momento, que lhe seria direito garantido. Como também enfatizado na fala de Cordulina, logo acima, caso se consiga um período de férias, essas também não são remuneradas: se não há dia de trabalho, não há ganho. Toda essa situação impacta também em outro ponto surgido nas entrevistas que diz respeito à impossibilidade de realizar um planejamento financeiro e de vida, já que a renda advinda do negócio é demasiada instável. Quando questionados sobre quanto, em média, seria sua renda, muitos trabalhadores não sabiam informar ao certo, visto a instabilidade que isso proporciona.

Tem dia que você vende e tem dia que não, um dia você ganha no outro você perde. Tem dia que eu junto. Se eu fosse juntar, sem comprar nada, eu tirava uns 300/400. Mas acontece que eu não tiro isso tudo, porque tenho eu ir pagando e comprando as coisas. Aí como hoje, o meu apurado hoje foi trinta reais. Tem vez que é 20, tem vez que é 10, tem vez que é mais, tem vez que é menos. Quando os meninos têm mais dinheiro, sai mais. Eu ganho muito menos de um salário. (Dona Inácia).

Essa situação também é ilustrada por Conceição que, ao fazer um comparativo com o trabalho formal, nos conta um pouco sobre sua renda:

Carteira assinada é um dinheiro garantido que você tem né? Porque trabalhar pra si mesmo num tem aquele ganho certo. Tem dia que ganha, tem dia que num ganha nada. O caba [*sic*] num vai dizer “amanhã eu vou apurar 200 reais”. Como que ele vai saber? Eu posso apurar menos ou mais né? E você trabalhando na empresa, você já sabe quanto é seu ganho no fim do mês né? (Conceição).

Essa incerteza é característica, inclusive, do próprio ambiente de trabalho desses sujeitos: o espaço da rua. Ao conversarmos ainda sobre a perspectiva de trabalho formal, Cordulina nos relata sobre a perseguição e insegurança sofrida por quem se utiliza do espaço público para desenvolver sua atividade.

Cordulina: Porque carteira assinada a gente paga o INSS, aqui nós pagamos também. E a vantagem todinha é que o único abuso é nós mesmos. Carteira assinada pega

abuso do dono, aqui o dono somos nós mesmos. Só tem uma desvantagem, porque a gente é muito perseguido né, o pequeno empreendedor agora. Porque o nome é bonito né “pequeno empreendedor”, mas no popular é ambulante né? O ambulante ele é muito perseguido.

Pesquisadora: Por quem?

Cordulina: Oxe! [sic] Pela Prefeitura! Num quer que a gente trabalhe! Aí ninguém entende né, por enquanto tamo [sic] trabalhando, tamo [sic] à dispor deles né.

Essa situação também é exposta por Chico Bento, como ilustrado no trecho abaixo, quando é questionado sobre o funcionamento de seu local de trabalho e nos conta sobre a sua situação enquanto trabalhador situado na rua:

Já quiseram vir tirar isso aqui, mas eu disse “não vão tirar”. Porque se me tirarem daqui, vão ter que tirar o pessoal tudim [sic] que existe na cidade, que tem muita gente aí que ce [sic] sabe que tem. (Chico Bento).

Isso conduz esse trabalhador a uma impossibilidade de planejar o futuro na esfera privada, a curto ou longo prazo. Caracteriza-se, assim, um sujeito que, de fato, vive “um dia de cada vez”, sem saber o que virá ou não no dia de amanhã, na incerteza, na descontinuidade, em uma constante intermitência. Esse breve exemplo resume de forma explícita o que queremos dizer quando falamos de impactos psicossociais da precarização, já que a incerteza e instabilidade concentradas na atividade realizada acabam se alastrando por todos os outros segmentos da vida desse sujeito, que se vê impossibilitado de possuir alguma certeza sobre a realidade que lhe é imposta, seja sobre sua aposentadoria, seja sobre suas férias, seja simplesmente sobre o quanto lhe vai restar de dinheiro no fim do dia. E assim é vivida de forma concreta “a desorientação envolvida no marchar para a incerteza, para os tais buracos estruturais [...]” (SENNEETT, 2011, p. 100).

Não tem muito como se programar não, minha filha. Vez ou outra eu deixo de comprar os ovos, porque antes toda semana era uma bandeja de ovos. Mas eu disse pra todo mundo que queria receber por mês, que aí eu tenho aquele ali mais ou menos certo. É uma ajudazinha que eu pego lá o direinho, pego lá na venda, compro alguma coisa pra dentro de casa, e é assim. E aí o barco vai andando, até quando eu não sei né. Também tenho muita vontade de ter me aposentado, mas não tive essa felicidade. (Dona Inácia).

Essas questões discutidas neste tópico, já apontadas em pesquisas anteriores, à exemplo de Santiago (2007) quando trouxe dados sobre a falta de uma proteção social em relação ao trabalho e à previdência social entre microprodutores, indicam que o processo vem se largando e aprofundando. E, assim, a instabilidade da renda e do trabalho se estende para uma incerteza da própria vida, tal como já apontado por Sennett (2011, p. 33) ao afirmar que “o singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade

pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal”. Se pudermos imaginar as consequências psicossociais desses processos, surgem condições de insegurança e angústia, com toda a pressão e o sofrimento que isso possa causar a um indivíduo, em meio a situações de profunda precariedade, como é o caso das relatadas nessa investigação.

Eu, sinceramente, eu digo diante de Deus, eu tô vivendo de doação da Igreja. Todos os meses lá na igreja tem um projeto “Pão da vida” aí eles dão uma cestinha básica. Num é grande, mas dá pra gente sobreviver. As vezes a Giovana me dá, um chega e me dá, outro me dá... Tô vivendo assim de doação, dos vizinhos... Infelizmente a gente tem que dizer, tem que ser realista né. O pessoal me vê aí pensa que eu não preciso de nada, mas ta aí. Eu não nego pra ninguém. Cortaram a minha luz. Por que? Porque eu não tinha pra pagar 58 reais. Porque a borracha da geladeira ta ressecada né, aí não encaixa. Aí eu tava esperando pagar com o dinheiro do bolsa família, foi cancelado. Aí eu fui ontem na regional saber notícias, a moça ajeitou lá e disse que esse mês não dá pra tirar mais, só em novembro. 85 reais. (Dona Inácia).

O processo de precarização do trabalho se caracteriza, para além da deterioração das condições laborais, da desregulamentação e do não acesso à determinados direitos, pela precarização da própria condição de vida dos trabalhadores, em níveis bem mais amplos e complexos que o estritamente laboral. Isso porque a insegurança a que tanto nos referimos não se restringe apenas ao econômico, ela se instaura e impregna os laços sociais e a produção subjetiva, instigando a tal corrosão do caráter evidenciada por Sennett (2011).

5.1.3 Tempo de trabalho e jornada laboral

As superjornadas parecem ser marcas fundamentais de uma espécie de modernidade avançada e inevitável (SENNETT, 2011). Compreendendo o tempo como o corolário do trabalho (GRIMALDI, 2000), este pode ser o fio condutor para a apreensão de algumas das principais evidências de precarização do mundo laboral, já que a compreensão é de que as “transformações ocorridas na realidade laboral poderiam ser verificadas através da modificação na relação estabelecida entre tempo e trabalho” (AQUINO, 2003, p. 2). Por conseguinte, a categoria temática discutida nesse tópico procura dar conta das questões surgidas nas entrevistas que permitem entender a atividade desempenhada por esses trabalhadores através de uma relação particular com o tempo, caracterizando jornadas extensas (e intensas) e com certa dissolução das fronteiras temporais de lazer/ócio/trabalho.

O trabalho em sua condição precária é caracterizado também pela instabilidade e pelos baixos salários, o que obriga os trabalhadores a uma dupla, ou mesmo tripla, jornada, em prol do aumento da capacidade de renda para suprir as necessidades de sobrevivência. Isso

se constitui como processo de precarização do trabalho e para além deste, na medida em que a atividade toma lugar central e invade praticamente todo o tempo de vida, e é onde o trabalhador acaba por investir toda sua produção subjetiva. Essa situação é exemplificada pela fala de Dona Maroca, ao nos relatar sobre seu cotidiano de trabalho:

Eu acordo 5:30, aí vou pra cozinha, e fico até 2:30 / 3 horas. Aí tiro meu intervalo até 5 horas da tarde e começo de novo, e termina às vezes 8 horas da noite, 9 horas. É assim. E vai dormir pro outro dia. Todo dia é a mesma coisa. O trabalho é pesado, bem pesado. Porque mesmo quando não tô vendendo a comida, tô preparando, tô fazendo compras... Tudo é trabalhando, só tiro uma hora pra mim de tarde pra ir pra academia. O resto é tudo trabalhando. (Dona Maroca).

A atividade desempenhada se apresenta, nesse ponto, em condições precárias no tocante, principalmente, à intensificação de trabalho. Tal processo é incrementado pela disponibilidade de tempo a que o trabalhador é levado a se sujeitar, em razão de assegurar sua subsistência advinda do trabalho. Em relação a essa ampliação do tempo de trabalho, Dona Idalina, no trecho que segue, relata o tempo que dedica a algumas das atividades de preparação dos alimentos, anterior ao tempo que investe na atividade em si, a venda do produto nas ruas:

Ah, eu começo a preparar logo um dia antes. Começo a preparar de madrugada. Eu deixo já carne temperada. Aí quando eu me levanto cedo, aí eu faço o caldo, café... Eu faço tudo do dia. Num deixo requentado de jeito nenhum. Esse pessoal... Tem uma mulher dizendo que só vive doente, eu digo que é essas coisas requentada. (Dona Idalina).

Retomando novamente o ponto que citamos sobre o investimento total da produção subjetiva do sujeito em sua atividade, acredita-se que esse é um aspecto caro à ciência psicológica. Na fala abaixo, Dona Inácia nos revela um exemplo evidente dessa situação, em cuja fala os impactos psicológicos e sociais estão claros, quando nos relata questões como a qualidade do sono, a dissolução da organização dos dias da semana e o contato social com pessoas da família. Aparentemente, é uma realidade comum a quem trabalha intensamente, mas sabemos que são marcas profundas e incessantes de um processo de naturalização da condição de precariedade em que vivem trabalhadores como Dona Inácia.

Eu não durmo bem, eu acordo dois, três [sic] vezes na noite. Quando é 10 pras 3 eu já tô acordada. E 4 horas eu me levanto. Aí o que eu faço? Vou encher garrafa, vou lavar louça, vou fazer café, venho pra cá e rego essas plantinhas. Aí pronto, em um instante chega 6:30. Aí vou pra padaria e pronto. E aí vai levando a vida, domingos e feriados, porque pra mim não tem dia santo, nem segunda, nem terça, é tudo uma coisa só. Eu num saio, num tenho final de semana pra ir passear, ir pra praia... Ainda mais com esses roubos. Meus familiares ficam perguntando por mim. Se eles não vierem aqui me ver, acho que só vão me ver quando eu morrer. (Dona Inácia).

Atualmente, vivenciamos a complexificação dessa relação entre tempo e trabalho, “que já não pode ser pensada nos moldes lineares, harmônicos e sincronizados, tal como se viveu no auge da sociedade industrial” (AQUINO, 2009, p 273). A ampla repercussão desse cenário na relação entre tempo e trabalho foi o sucessivo distanciamento de jornadas homogêneas para uma progressiva exigência de relativização do tempo (MARTINS, et al, 2012). A flexibilização dos usos do tempo é condição das novas formas de funcionamento do trabalho, e é cenário de todas as entrevistas realizadas, ilustrada abaixo pela fala de Lourdinha:

Então eu tô trabalhando na segunda, na terça, na quarta, e na quinta às vezes eu não vou, entendeu? Na sexta, eu também não vou, porque é o dia que eu compro as frutas. E no sábado e no domingo eu vou. Às vezes pode acontecer de eu adoecer e não ir, como inclusive essa semana eu não trabalhei quase nada, só trabalhei dois dias na semana, na quarta e no sábado. (Lourdinha).

Enquanto conversávamos, em meio a uma discussão sobre as vantagens e desvantagens do seu trabalho em relação ao trabalho formal, Lourdinha traz a flexibilização do tempo como um ponto fundamental para que ela assuma a postura de optar por continuar a exercer sua atividade, caso lhe aparecesse uma oportunidade de trabalho formal. Ela nos relata a principal justificativa dessa escolha:

Mulher, sinceramente, pra ta perto das minhas filhas, vendo o encaminhamento delas, eu preferiria trabalhar dessa maneira, entendeu? Porque vender no meio da rua, certo que pega um solzinho, mas você sabe que só trabalha no meio período né? Aí é o tempo que eu deixo a comida delas feita, quando ela chega do colégio. Já deixo a pequenininha só em casa, que a grande já trabalha. Aí deixo ela só em casa. Aí eu prefiro mil vezes trabalhar pra mim mesmo. (Lourdinha).

Ela nos fala sobre sua jornada de meio período, mas acaba por não considerar o tempo que gasta no preparo dos alimentos, anterior à venda. A seguir, Lourdinha completa:

Assim, todos os dias eu tenho meu dinheirinho né, pra comprar alguma coisa, que elas [as filhas] necessitam. E trabalhando pra fora, você já deixa a vida da sua filha só. E a preocupação da gente é grande demais. Trabalhando pra firma, você tem que deixar, de qualquer maneira. E trabalhando pra si mesmo, no dia que eu não quiser trabalhar, eu não vou, entendeu? Porque eu preciso ficar com minha filha dentro de casa, e minha filha ta precisando. Ou então ela liga pra mim e onde eu tiver eu imediatamente tô em casa. E em firma eu não posso, em firma você tem que esperar o horário exato de sair pra ir pra casa resolver as coisas. Por isso que eu gosto, é muito melhor trabalhar assim, por conta própria, do que pras firmas. (Lourdinha).

É interessante pontuar que, mesmo considerando o tempo do trabalho como o preponderante e central, há outros aspectos ou ocupações sociais que têm temporalidades próprias, cujas demarcações, antes bem delineadas, hoje se tornaram indefinidas no contexto pós reestruturação produtiva. O caso de Lourdinha nos coloca a necessidade de pontuar a

especificidade do trabalho feminino nessa perspectiva. Considerando que 7 de nossos entrevistados são mulheres, todas relataram sobre a divisão do tempo com outras atividades ligadas ao espaço doméstico, tais como o cuidado da casa e dos filhos. Em contrapartida à dedicação exclusiva aos afazeres domésticos, essas mulheres pontuam também a necessidade de continuar a exercer a atividade, numa perspectiva de subsistência. Há, portanto, esse acúmulo de atividades sobre as mulheres, que exercem o trabalho produtivo e reprodutivo. Portanto, podemos afirmar que os impactos psicossociais ligados ao tempo de trabalho são mais profundos sobre aquelas que precisam arcar, muitas vezes sozinhas, com as responsabilidades da dinâmica doméstica, levando em conta também que a precariedade foi a marca da inserção feminina no mercado de trabalho (ANTUNES, 2006). Assim,

[...] a atividade empreendedora, particularmente quando decorre da necessidade de sobrevivência, é fruto dessas transformações conjunturais nas relações de trabalho e emprego, e muitas vezes resulta na fragmentação dos projetos pessoais, na aceleração do ritmo de vida e em uma impregnação do cotidiano com elementos ligados a uma postura mais competitiva, correspondendo a uma nova forma de organizar o tempo de trabalho. (BULGACOV et al, 2010, p. 342).

Em função disso, o uso do tempo fora do trabalho constitui-se como uma problemática para além da intensificação laboral que se encontra dentro da jornada. Levando em conta condições tanto financeiras quanto relacionadas às demais obrigações como tarefas domésticas e deslocamentos, muitos desses trabalhadores acabam por compreender a experiência de vivenciar o lazer ou o ócio conforme suas necessidades e desejos na ordem da impossibilidade, como é o caso também de Luís Beserra, quando nos relata um pouco da dinâmica de seu cotidiano:

Ai, é uma correria. Eu pego o salgado 6:30, levo a menina no colégio 7 horas, começo a trabalhar 7:20/7:30. 11 horas tenho que ir, onde eu tiver, tenho que parar pra pegar minha filha no colégio, pra levar pra casa, pra almoçar. Aí 3 horas eu saio, eu boto ela no reforço, natação, ela tem o esporte, 3 horas. Aí dá pra mim fazer outras vendas no horário da tarde, de 3 às 5. 5 horas eu pego ela na natação, vamos para casa. Descansar, repousar, pra no outro dia continuar tudo de novo. (Luís Bezerra).

A temporalidade possível de ser vivida para além do trabalho acaba por ser invadida, de forma quase automática, pelo prolongamento do compasso dos ritmos laborais para as vivências de tempo liberado (AQUINO; MARTINS, 2007). O tempo dentro e fora do trabalho foram uma sequência difícil de ser dissociada, podendo gerar impactos, inclusive, na própria saúde do trabalhador.

A relação com o tempo também foi trazida em uma perspectiva comparativa em relação ao trabalho formal e algumas de suas garantias e direitos, como ilustrado por Conceição, ao relatar sobre a extensão de seu horário de trabalho:

Já não tem férias. Trabalha de segunda a segunda. Não tem férias, não tem hora extra. Numa empresa se você passar do horário já tem hora extra, tem férias final de ano... Taí [sic] eu trabalhava num supermercado, eu tinha férias e hora extra quando ficava mais tempo no trabalho, já hoje eu não tenho. (Conceição).

Nesse sentido, o que a priori é ofertado como uma liberação de tempo de trabalho, um benefício frente à rotina laboral (SENNETT, 2011) para aqueles que acessam a flexibilidade temporal como forma de autonomia e emancipação, produz novas formas de controle, que, em substituição à criação de condições de domínio sobre seu tempo de trabalho, cria modos de aprisionamento do tempo total do trabalhador.

5.1.4 Ideologia do trabalho por conta própria

Os diálogos construídos durante as entrevistas permitiram também a compreensão de determinados conteúdos relativos à ideia do trabalhar por conta própria, presentes nos discursos de todos os trabalhadores entrevistados. Apesar de reconhecerem todos os aspectos de sua atividade que a caracterizam por perdas de garantias em relação ao trabalho formal, jornadas laborais extenuantes e a incerteza em relação à renda ou a um planejamento de vida futuro, todos trouxeram em seus discursos perspectivas ligadas às vantagens e à opção por exercer a atividade do modo como o fazem atualmente. Traremos a seguir alguns trechos de fala que ilustram esse cenário, reconhecido por nós como um elo em comum que liga todas as entrevistas realizadas.

Minha filha, eu acho, no meu modo de pensar, eu acho assim, porque a gente não é sujeito a ninguém, eu nunca gostei de ser mandada. Eu sempre gostei de mandar e não de ser mandada. [...] E aqui eu não sou mandada por ninguém, eu vou a hora que quero, se eu cismar eu não vou e aí pronto. Já em fábrica, em firma, você é sujeito, pisam ali na sua cabeça. Aí eu não sou assim, eu não gosto de ser mandada não. A vantagem que eu acho é essa. (Dona Inácia).

O discurso trazido por Dona Inácia nos coloca em questão a face da precarização do emprego, cujo caminho contrário seria a ideia de trabalhar por conta própria. O objetivo seria encontrar alternativas e meios de fugir de situações desconfortáveis surgidas em experiências anteriores de trabalho formal. Dentre esses desconfortos, poderíamos incluir questões como a intensificação laboral ou a má gestão por parte de algum superior. Josias também nos relata isso:

Eu nunca gostei de trabalhar pra ninguém. Eu já trabalhei já um ano já, de coisa assim de mercantil, fazendo entrega, mas eu nunca gostei. Eu sou desses que não aguenta coisa de ninguém. Aí eu vi o pessoal trabalhando com isso aqui, aí botei na minha cabeça “Eu vou comprar um negociozim [sic] desse aqui e vou levantar minha cabeça e trabalhar pra mim mesmo”. Porque trabalhar pros outros num tem futuro [...]. Porque aqui eu tô trabalhando pra mim, tô aguentando abuso de ninguém, faço meus horários... Se eu levar abuso de alguém aqui, é dos meu clientes aqui, só se eu fizer alguma coisa de errada e eu num faço. (Josias).

É a mesma perspectiva do “virar-se por conta própria” já citada em capítulos anteriores, que se naturaliza no fazer-se empreendedor como “patrão de si mesmo”, a despeito das garantias e direitos das quais fica desprotegido. O discurso de autonomia sobre o trabalho, na realidade, se constitui desproteção e instabilidade. Ao ser questionada sobre a vantagem de sua atividade hoje, Lourdinha relata:

Ah, eu acho que isso aí, trabalhar pra si próprio é muito bom, não tem como você trabalhar pra você mesmo, você mesmo ser seu patrão, é muito diferente, é muito, é totalmente diferente, do que trabalhar assim de ter aquela obrigação e ter que cumprir, entendeu? (Lourdinha).

Essa crença da autonomia adquire validade na medida em que há todo um suporte discursivo-ideológico (COELHO-LIMA, 2016) cujo objetivo é a transformação da percepção da informalidade e da precarização como autonomia e valorização de tomada de decisões sobre seu próprio processo de trabalho. É a ideia de um individualismo e desamparo sociotrabalhista transvestida no próprio empoderamento individual:

É, eu me sinto assim né que é bom, eu vou no dia que eu quero né, num trabalho pros outros né, trabalho pra mim. E no dia que eu quiser fazer alguma coisa pra vender eu saio vendendo, no dia que eu não quiser também não vou né. (Dona Idalina).

Esses processos, para além da esfera do trabalho, resultam em uma espécie de autogestão ou autogerenciamento da subjetividade do trabalhador, no sentido de maior individualização. E assim, o individual acaba se sobrepondo ao coletivo, já que “a incorporação dessa narrativa conduz os indivíduos à crença de que a transformação de suas condições de vida é uma tarefa que compete exclusivamente a si mesmos” (BARBOSA, 2011, p. 135).

A vantagem é que a pessoa não é mandada por ninguém né, vai o dia que quer, sai a hora que quer, chega a hora que quer. A vantagem é essa. Você trabalhando numa empresa, você tem que chegar naquele horário certo, o dia que você não for é descontado do seu ganho [...]. É uma coisa que a gente não deve nada a ninguém, vai a hora que quer, chega a hora que quer, sai a hora que quer. (Conceição).

No trecho anterior, Conceição nos traz um dado importante, que na fala a seguir de Dona Maroca é, de certa forma, paradoxal. Enquanto Conceição cita o fato de ter o dia de falta ou atraso descontado em um trabalho formal, por outro lado Dona Maroca lembra que, na perspectiva do trabalho por conta própria, se não há dia trabalhado, não há lucro. É a questão anteriormente aludida sobre a instabilidade de renda desse tipo de trabalho, cuja percepção é de que depende exclusivamente do trabalhador. Na mesma medida em que se flexibiliza e se oferta autonomia sobre a organização de seu processo de trabalho, se aprisionam e se concentram no indivíduo os ganhos e as perdas que possam resultar exclusivamente de suas ações:

Porque não tem ninguém pra te mandar, pra te dar ordem, pra dizer horário, essas coisas entendeu? Eu que faço o meu horário, e pronto. Só que você tem que ser seu próprio chefe né, se num trabalhar naquele dia fica sem ganhar aquele dinheiro do dia. (Dona Maroca).

O que estamos testemunhando é o surgimento de uma condição de vulnerabilidade tanto nas condições objetivas de vida dos trabalhadores, quanto na percepção subjetiva que estes fazem de si mesmos, explicitando o ápice da captura da subjetividade (ALVES; MORAES, 2006).

A clivagem primordial do homem proletário é a “brecha” por onde opera o processo de subsunção ideal do trabalho ao capital. que é a subsunção do “espaço interior” da pessoa às disposições sistêmicas do capital. Por exemplo, o trabalhador por conta própria é, a rigor, trabalhador assalariado, na medida em que está subsumido ao capital, não no sentido formal ou real, mas, sim, ideal. Ele possui um patrão: é “patrão de si mesmo”, o patrão está dentro de si. Eis a subsunção ideal do trabalho ao capital. (ALVES, 2011, p. 22).

Assim, a despeito da condição de real autonomia, esse sujeito acaba por absorver e adotar como suas as metas e os objetivos do próprio sistema, acabando por expandir os ideais neoliberais impregnados na própria atividade. Incluindo-se toda a massa de trabalhadores desempregados na perspectiva do trabalho por conta própria como opção de autonomia, encobre-se toda a incapacidade estatal na intervenção por meio de políticas de proteção sociolaboral. O caminho é que o “novo conceito de empreendedorismo valorize todas as ocupações existentes na hierarquia do trabalho social, contribuindo também para a manutenção do status quo” (SABINO, 2010, p. 6).

Sobre essa percepção da própria atividade, segue trecho da conversa com Conceição, quando questionada se sua condição seria de empreendedora:

Pesquisadora: E vocês se consideram empreendedores?

Conceição: Eu acho que é assim, pro caba [*sic*] se achar empreendedor tem que ser

assim, ser o dono de um mercantil desse, um empresário né. Da minha parte eu não me acho não, porque hoje eu tô aqui, amanhã já posso não tá. Entendeu como que é a diferença?

Pesquisadora: Entendo. E hoje vocês ficam só naquele ponto fixo?

Conceição: É, só naquele ponto. Porque, assim, vendedor mesmo, pra ser empreendedor, o caba pode abrir um negócio ali e dizer “eu me acho” porque ele é o dono dali né? Aí ele é empresário também, e tem muito dinheiro pra investir. A gente vai investir como? Num tem dinheiro pra investir em nada. E empreendedor é diferente de empresário, a gente pode até ser empreendedor, mas se fosse empresário nois num tava assim não, eu tava era num escritório.

A clareza na percepção de Conceição é muito interessante, apesar da confusão presente nos conceitos de empreendedor e empresário. Embora carreguem consigo certas características desenvolvidas próprias de um ideal de espírito empreendedor, os trabalhadores parecem se identificar de fato com as atividades de vendedor ou mesmo ambulante. A esse respeito, Cordulina inclusive ironiza a rotulação dada de MEI quando se formalizou: “[...] *o pequeno empreendedor agora, porque o nome é bonito né ‘pequeno empreendedor’, mas no popular é ambulante né?’*”.

Para além da condição de patrão de si mesmo, o sentido que guia a atividade dos trabalhadores entrevistados é o de “nunca ficar parado”, da necessidade de trabalhar para sobreviver. O sentido que parece surgir é de que “numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham” (SENNETT, 2011, p. 103), e, se a subsistência depende exclusivamente dele, o que importa é estar em atividade e movimento constantes. Isso é relatado por Cordulina quando fala sobre uma condição de doença anterior: “*É melhor você trabalhar do que ir atrás do auxílio doença. Complicado. Por isso que eu sou mais trabalhar.*”. Essa condição é teoricamente expressa abaixo por Sabino (2010), ao comentar sobre determinadas teses que fundamentam o novo empreendedorismo.

A impossibilidade de questionar essa forma de reprodução sócioeconômica e, portanto, de deixar de refletir sobre a lógica do capital que é destrutiva, é uma delas. O cidadão não tem escolha! Este modelo se coloca como ideal e definitivo, que precisa apenas de alguns ajustes para funcionar com perfeição. Os cidadãos devem se adequar a lógica liberal, de democracia individual, absorvendo a lógica do sistema e a vivendo sem questionamentos e, desenvolvendo, de forma criativa, mecanismos alternativos de sobrevivência (sendo empreendedores). Aliás questionar é perder tempo, o melhor é lutar para aprender a viver com os desafios gerados pela forma de produção material escolhida. (SABINO, 2010, p. 11).

Talvez seja esse o mecanismo mais poderoso que aprisiona o trabalhador em uma situação de vulnerabilidade progressiva e contínua, na busca de alcançar sua subsistência e de sua família. E é nesse sentido que “questões como individualização, autonomia, autocontrole,

autogestão, e solidariedade compõem o chamado novo e precário mundo do trabalho” (LIMA, 2010, p. 191).

Depois de terem sido ensinados a serem empreendedores, de olharem o mundo e todas as suas instâncias objetivas e subjetivas como extensão do capital, que tiverem desenvolvido as habilidades e apreendido o conhecimento necessário para tal, o sucesso ou fracasso no mercado dependerá única e exclusivamente de seu desempenho e esforço pessoal. (SABINO, 2010, p. 13).

O trabalhador “opta”, uma vez que se percebe pelos discursos dos entrevistados tratar-se de uma condução coercitiva dos trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado laboral, pelo trabalho por conta própria como o modo mais eficiente e a curto prazo de conseguir remuneração e de fugir de relações autoritárias e de sujeição, a despeito da insegurança e incerteza que essa situação gera. Nessa perspectiva, a informalidade e a precarização, presentes nesse cenário, são encarados como uma escolha de liberdade e autonomia do trabalhador, e não como reflexos de um mundo do trabalho que o impele adotar determinadas posturas, em face de um sistema que não lhe garante os direitos mínimos de um trabalho digno. Talvez o que o insere na perspectiva da informalidade e de um empreendedorismo precário seriam justamente os aspectos aqui citados como a baixa qualificação, as jornadas extensas, a insegurança, a redução de oportunidade de trabalhos formais, enfim, toda uma rede de elementos que os inclui progressivamente em uma situação de vulnerabilidade sociolaboral.

Há, então, diversos tipos de empreendedores: autônomos, com distintos graus de formalidade, necessidade e precariedade. Desde o trabalhador sem qualificação alguma que vive de expedientes ou vendendo quinquilharias nas ruas, ao trabalhador vinculado às novas tecnologias informacionais, trabalhando de forma desterritorializada, por projetos. De um extremo a outro, uma precariedade constituinte na ausência de controles à intensificação do trabalho e ao acesso a benefícios sociais. (LIMA, 2010, p. 178).

5.2 Relatos das entrevistas

Nesse momento nos dedicaremos a trazer breves relatos das entrevistas realizadas, contendo uma síntese de cada uma das histórias envolvidas na construção dessa investigação. Para além do que nos foi trazido sobre as relações entre a atividade desempenhada e os processos de precarização laboral, o conteúdo das entrevistas transborda de possibilidades. Acreditamos que transborda, também, de histórias cheias de experiências e singularidades, que não poderiam deixar de ser, ainda que brevemente, trazidas aqui. Se fez, portanto, imprescindível trazer esses relatos, para que se possa conhecer as histórias de quem construiu

essa pesquisa junto conosco. A realização das entrevistas foi o momento que deu sentido à investigação por nós proposta.

A escolha por renomear os entrevistados de acordo com os personagens da obra *O quinze* de Rachel de Queiroz não é de todo desprezível. Para além de resguardar a identidade dos participantes, essa escolha tem o intuito de evidenciar que o enredo que envolve os personagens da obra literária em um cenário de sobrevivência e luta pela vida, de certo modo, é também característico dos personagens das histórias trazidas à tona na trama dessa investigação. Sem dúvidas, aqui reside a virtude do fazer pesquisa. Espera-se que os relatos e as histórias descritas sejam complementares à compreensão de nossa trajetória de investigação.

Nesse sentido, tão somente neste tópico, nos damos à liberdade de utilizar uma linguagem, de certo modo, mais informal e desamarrada, condizente com as experiências concretas aqui descritas. Por se tratarem de relatos de pesquisa, impressões pessoais, ocasionalmente, também podem ser trazidas ao texto. A ordem dos entrevistados segue a estrutura cronológica em que as entrevistas foram realizadas, diferentemente da Tabela 2 trazida anteriormente em que estavam organizados pela idade.

5.2.1 Josias

Josias é o entrevistado mais jovem de nossa pesquisa, apesar das destacadas marcas de envelhecimento trazidas pela contínua exposição ao sol de seu cotidiano de trabalho. Após inúmeras vezes ter sido tratado por “senhor” em nosso primeiro contato, anterior ao início da gravação, com bom humor nos informou de seus apenas 25 anos de idade. Ele surgiu em nossa investigação quase por acaso, em uma tarde de sábado, enquanto passava na rua vendendo seu milho verde. Ficou surpreso quando foi convidado a participar da pesquisa, mas, ainda que timidamente, aceitou a realização da entrevista.

Josias é a imagem do típico trabalhador ambulante. Há 7 anos trabalha vendendo milho, pamonha e canjica nas ruas de três bairros de Fortaleza, de domingo a domingo. Todos os dias, ele começa a preparar os alimentos no início do dia, por volta das 5 horas, e essa é sua ocupação por toda a manhã. A esposa e os dois filhos o ajudam nessa tarefa. Com tudo preparado, às 14 horas ele deixa a casa empurrando seu carrinho. Quando questionado a falar sobre seus horários e seu cotidiano de trabalho, Josias relatou várias vezes que trabalhar todos os dias da semana foi a única forma que ele encontrou de conseguir reunir uma renda suficiente para o sustento da casa, já que a esposa é dona-de-casa e, portanto, a renda da casa

depende exclusivamente de seu trabalho. Ele não soube informar exatamente quanto seria sua renda mensal em média, mas nos informou que o valor já chegou a um salário mínimo.

Em busca de oportunidade de trabalho, Josias veio do interior do Quixadá para Fortaleza, há aproximadamente 8 anos. Nos contou que veio ainda muito novo, por influência de amigos e familiares que já haviam feito essa migração. Nos relatou que fez esse percurso e abandonou a escola por conta da necessidade de trabalhar, ainda adolescente. Quando questionado a relatar sobre sua história de vida no trabalho, ele nos contou que se reduz a apenas duas experiências, a venda do milho e uma anterior a esta. Ao chegar em Fortaleza, começou a trabalhar informalmente em um pequeno mercantil, onde ficou por pouco tempo. Nos contou que a escolha por deixar esse trabalho foi por conta de não gostar “*de trabalhar pra ninguém*”, apesar do trabalho ter sido bom.

Em Fortaleza, adolescente, fora da escola e sem trabalho, por conta do incentivo de seus dois irmãos e de seu pai, que já trabalhavam no ramo, ele comprou um carrinho de milho e começou a trabalhar também. Ao falar sobre seu trabalho atual nos contou com muita satisfação que não deseja trabalhar formalmente: “*Tô muito satisfeito com meu trabalho, graças a Deus que eu tô. Só de um dia eu conseguir dar alguma coisa pros meus filhos, tá bom demais*”. Foi muito enfático ao afirmar que não tem nenhum interesse no trabalho formal, e quando questionado sobre sua perspectiva sobre aposentadoria, garantida pelo trabalho formalizado, ele não se mostrou preocupado com isso: “*Um dia se eu ficar velho e precisar disso aí, já sabe que num vou me aposentar é nunca*”.

Durante a entrevista, Josias trouxe muitos elementos sobre seu cotidiano de trabalho, como as dificuldades e os conflitos que enfrenta por frequentar o espaço da rua como local de trabalho. Em um desses exemplos, ele trouxe a questão da competição que surge entre os vendedores de milho e os conflitos em relação às rotas: “*[...] mesmo na minha rota eu canso de ver, o pessoal vai pra outro canto e embarreira a minha, aí bota, aí vem pra minha rota, que nem eu canso de ver gente passando aqui na minha rota aqui. O pessoal mesmo fala que não compra [...]*”. Em outro exemplo, ele relatou sobre a violência que se corre o risco de ter que enfrentar, quando relata o episódio de seu irmão: “*[...] sempre quem trabalhava, quem passava era meu irmão, um altão. Aí ele andou se envolvendo com confusão besta, foi simhora [sic]. Eu, graças a Deus, num tenho dezamizade [sic] com ninguém, entro e saio por todo canto*”.

Após aproximadamente 40 minutos de entrevista, Josias seguiu sua rota pelas ruas, relatando que ainda precisava percorrer mais um bairro antes de voltar para casa. Antes de ir embora, nos vendeu algumas espigas de milho, que retirou do caldeirão que ainda estava

praticamente cheio. Quando questionado se conseguiria vender tudo até o final do dia, ele disse que não havia problema porque divide os que sobram com as crianças da rua onde mora: *“Milho, se sobrar aqui, se chegar em casa, eu dou pro que é de menino tudim [sic]”*. No final, agradecemos o tempo que ele nos disponibilizou e desejamos que as vendas do restante do dia fossem boas o suficiente para que ele vendesse as espigas e potinhos de canjica que ainda restavam.

5.2.2 Lourdinha

Lourdinha é uma das admiráveis mulheres trabalhadoras entrevistadas nessa investigação. Chegamos a ela através de uma indicação, e, por ela trabalhar como ambulante, nos foi indicado que seria melhor procurá-la em sua casa. Na primeira vez, ela estava doente, mas disse que aceitava participar se pudesse remarcar a entrevista para data posterior. Na ocasião da data marcada, ela, já recuperada, nos recebeu em sua casa para a realização da entrevista. Era uma segunda-feira à tarde, e Lourdinha não havia ido trabalhar naquele dia.

Lourdinha trabalha como ambulante há 5 anos, vendendo salada de frutas em sua bicicleta, percorrendo as ruas de 3 bairros de Fortaleza. Mora com duas filhas em uma casa de dois cômodos, em um espaço cedido no quintal da casa de uma de suas irmãs. À noite e pela manhã ela prepara as frutas com a ajuda das filhas, e sai de casa por volta de 13 horas, quando deixa a filha mais nova na escola. Por volta de 20 horas ela retorna. Ela nos contou que a renda da casa é dividida entre ela e a filha mais velha, que recentemente começou a trabalhar. Da venda da salada ela consegue obter em torno de 600 reais por mês.

Lourdinha foi muito tranquila durante a entrevista, ao nos contar um pouco de seu cotidiano de trabalho, e relatou que ultimamente não tem trabalhado todos os dias da semana. Segundo ela, o preço das frutas subiu muito e ela não tem tido condições de comprar todos os dias. Recentemente ela também não tem vendido tudo o que vendia antes, quando percorria cerca de 5 bairros. Por questões de saúde, diminuiu a rota e a quantidade de salada: *“[...] eu não tô fazendo um balde cheio, um balde que equivalente à cento e poucos copos de salada né? Aí, não ta dando mais. Hoje, por exemplo, pra eu vender só pra tirar o dinheiro das frutas, do leite condensado, dos copos, essas coisas assim, não dá. E o meu trabalho, né?”*. Quando questionada sobre os dias em que ela não vai trabalhar, ela contou que a questão financeira fica complicada, mas foi o jeito que ela encontrou de tentar equilibrar, por conta do preço alto dos alimentos: *“[...] antes eu ganhava bem né, antes, mas depois que mudou esse*

preço caríssimo das coisas, as frutas todas ficou caras [sic], aí ficou mais pesado pro meu lado. Eu já não ganho tanto quanto eu ganhava antes”.

Lourdinha nos relatou também sobre sua história de vida no trabalho desde quando começou, como doméstica aos 17 anos, dentre algumas outras experiências formais e informais de trabalho, até começar a trabalhar com alimentação na rua.

Aí foi uma vez que eu vi um homem vendendo salada. Aí pensei “Sabe de uma coisa? Não vou morrer de fome, não. Eu vou vender minha salada. Vou ver se dá certo”. Aí comecei a vender, começou a dar certo né. Eu não tinha nada dentro de casa, nada nada nada. Mas é ruim eu falar isso, que dá até vontade de chorar. Eu não tinha nada, minha luz era cortada, minha água era cortada, tudo era cortado. Aí eu disse “Não, não vou morrer de fome com minhas meninas, não”. Aí comecei a vender salada, e graças a Deus, com a salada eu tô melhor entendeu? Graças a Deus. Melhorou oh, 80%, a salada. Vender a minha salada no meio da rua é bom demais. Mas eu passei muita necessidade, mas graças a Deus que hoje tá melhor sabe. A gente passa, apertado, mas passa. Não passo como eu passava antes. Tinha dias que era correr pra um lado e pra outro pra viver, mas depois dessa salada, as coisas melhoraram muito, muito mesmo. Eu não tinha nada dentro de casa, não tinha geladeira, não tinha nada. Depois da salada eu consegui a geladeira, consegui um freezer agora recente, um freezer novo. Nem tinha cama, só tinha rede. Só tinha eu, as meninas e a casa. (Lourdinha).

A entrevista com Lourdinha foi talvez a mais difícil em sua realização, pois ela se emocionou diversas vezes falando sobre sua história. Ela relatou que hoje, além da salada e do trabalho de sua filha, se sustenta recebendo ajuda de muitas pessoas. Vizinhos, amigos e parentes sempre lhe doam roupas e alimentos. Quando questionada se tem o desejo de voltar ao trabalho formal, ela disse que, apesar de tudo, prefere o jeito como trabalha hoje, pois tem a possibilidade de organizar seus horários para cuidar também das filhas.

Apesar das dificuldades e das tristezas relatadas, a entrevista pôde reunir uma série de aspectos da vida dessa mulher que segue sua trajetória em busca de prover uma educação de qualidade para as filhas, e que relatou não ter receio de trabalhar o quanto for necessário para isso. Ela nos contou que seria muito melhor se não tivesse que se submeter a tudo isso, mas que é o que ela pode fazer no momento.

Lourdinha não soube nos dizer o que era empreendedorismo ou se ela seria uma empreendedora. A entrevista foi encerrada por volta de 30 minutos, quando ela já estava mais tranquila e recuperada das emoções que surgiram.

5.2.3 Zefinha

A entrevista com Zefinha aconteceu em uma quarta-feira à tarde, no local em que monta todos os dias sua barraca de lanches junto com o marido. Eles haviam acabado de

preparar tudo e estavam começando a atender os primeiros clientes. A barraca fica localizada na calçada em frente a uma Instituição de Ensino Superior de Fortaleza. No início, ficaram em dúvida se aceitavam ou não participar, mas aceitaram e decidiram que Zefinha daria a entrevista.

Zefinha e o marido vendem lanche há aproximadamente 3 anos. Na barraca vendem café, tapioca e sanduíches. A renda total da casa hoje depende do negócio. De segunda a sexta feira eles vão até aquele local fixo levando a barraca, as comidas e os bancos e mesas, que espalham ao longo de toda a calçada. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira de 13 até 19 horas.

Zefinha contou que ela e o marido resolveram montar a barraca quando ele ficou desempregado. Na realidade, ela fez questão de deixar bem claro que ele optou por deixar o último emprego, e o motivo teria sido falta de reconhecimento, em detrimento de um trabalho exaustivo. Eles investiram no negócio próprio em busca de um trabalho menos estressante e sobre o qual pudessem ter controle e autonomia. Ela relatou que a escolha por vender comida aconteceu pela experiência que o marido já tem na área, sendo formado como auxiliar de cozinha e já trabalhado em alguns restaurantes.

Zefinha nos contou, brevemente, sobre o processo de montagem do negócio: *“Tivemos que investir muito, tem que sempre ta inovando, trazendo novos produtos”*. Ela relatou que eles têm tudo formalizado com a prefeitura, inclusive a autorização para uso do local. Eles também são formalizados como Microempreendedor Individual, cujo registro está no nome do marido.

Ao falar um pouco de seu cotidiano de trabalho, ela contou que além do tempo que gasta na venda em si dos lanches, no período da manhã também se dedica ao trabalho da barraca: *“Antes de vir pra cá, de manhã cedo eu compro tudo e faço tudo”*. No período da noite e nos finais de semana, ela se dedica às atividades domésticas, já que passam a semana toda trabalhando fora.

A vida laboral de Zefinha, como a da maioria dos entrevistados, esteve marcada por trabalhos informais. Ela já havia exercido atividades anteriormente como doméstica e manicure. Seu último emprego foi sua única experiência de trabalho formal, no qual ela passou 1 ano e meio, antes de decidir sair para ajudar o marido. Quando questionada se teria vontade de voltar a trabalhar formalmente, Zefinha contou que se o salário compensar ela voltaria. Já o marido nunca mais gostaria de voltar a trabalhar empregado em algum local, pois tem certo “trauma”, devido a experiências negativas no seu último emprego. Ela relatou

que há grandes vantagens de trabalhar por conta própria: *“Trabalhar pra mim eu tenho meu próprio dinheiro, pros outros eu espero o mês inteiro pra receber”*.

Em relação à perspectiva de aposentadoria, ela informou que os dois já contribuem com a previdência há um tempo, ele através da formalização como MEI e ela paga a previdência privada. Continuando a falar sobre alguns direitos assegurados pelo trabalho formal como a aposentadoria, ela brincou dizendo que vai colocar o marido na justiça pois ele ainda não assinou a carteira dela e não lhe deu férias em 3 anos de trabalho. O marido falou que vai registrá-la formalmente em breve.

Sendo a maior parte da clientela do negócio alunos da instituição de ensino da rua onde trabalham, questionamos sobre como fica o movimento e o funcionamento no período de férias: *“A gente continua vindo, o movimento diminui, mas a gente continua vendendo pro pessoal aqui da rua mesmo que passa, só os alunos diminuem”*. Ela relatou também que eles aproveitam esses momentos para também tentar tirar alguns dias de folga.

Ao final, quando questionada se haveria alguma desvantagem no trabalho por conta própria ou se ela gostaria de mudar alguma coisa em sua atividade, ela nos informou que não via desvantagem nenhuma, apesar do trabalho cansativo. A entrevista durou, em média, 30 minutos.

5.2.4 Luís Bezerra

No início da manhã de uma quinta-feira foi realizada a entrevista com Luís Bezerra. Enquanto chegava no local que faz suas primeiras vendas, ele aceitou participar da pesquisa, contanto que fosse naquele momento, já que o movimento da clientela logo começaria. Ele foi muito receptivo ao convite feito, e se mostrou muito envaidecido, abordando os amigos e clientes que passavam pelo local para dizer-lhes que estava participando de uma entrevista.

Quando indagado sobre sua história de vida laboral, Luís Bezerra se surpreendeu pela pergunta: *“Avemaria [sic], é muita coisa viu? Dá pra escrever é um livro”*. Ele tem 50 anos, é pai de dois filhos e oriundo de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte. Veio para Fortaleza ainda adolescente, quando começou a trabalhar como “flanelinha” em frente a um grande supermercado. Após certo tempo, começou a trabalhar como empacotador nesse mesmo mercantil, informalmente, já que era adolescente. Ele nos contou que trabalhou como empacotador até os 18 anos, quando se alistou e passou um tempo no exército. Sobre o fato de vir para Fortaleza e trabalhar ainda adolescente, Luís relatou: *“Viemos trabalhar aqui. Meu*

pai trabalhava de vigilante, e a gente meninote [sic] trabalhava pra ajudar em casa, entendeu?”.

Ao voltar do exército, ele contou que começou a trabalhar de repositor no mesmo supermercado, dessa vez formalizado. Em busca de melhores condições de vida, foi para São Paulo, onde trabalhou em padarias e churrascarias, quando aprendeu a trabalhar com alimentação. Ele relatou que já trabalhou por muito tempo também como trocador de ônibus e em venda de confecções: *“Eu sei que eu nunca consigo ficar parado né? A gente sempre tem que ta se movimentando”.*

Luís Bezerra trabalha atualmente vendendo bolo, tapioca, suco, café, salgados, enfim, todo tipo de lanche. Ele percorre a cidade parando em três locais específicos, em frente a prédios de órgãos públicos que fazem atendimento a usuários. Ele contou que começou na venda de queijo, que trazia do interior: *“Aí o pessoal ‘ah, queria um lanchinho’ e tal. Aí pedi pra mulher fazer um bolo, peguei uns salgados, uns sucos, aí pronto, levei um lanche. E acostumou né?”.* Desde então, há 2 anos, permanece na rotina da venda pelas ruas: *“Aí, através dessas amizades, eu fiz uma boa clientela, e hoje, graças a Deus eu tô trabalhando né. Não pintou emprego de carteira assinada, tô vivendo com a venda do lanche e do queijo”.*

Ele divide a atividade com a esposa, que trabalha como diarista, mas o ajuda na preparação de todos os alimentos. Ele nos disse que quando ela chega do trabalho, os dois se reúnem na cozinha e passam certo tempo preparando algumas das comidas e outra parte terminam pela manhã bem cedo. Luís Bezerra sai de casa por volta de 7 horas da manhã e divide as atividades do dia entre a venda dos lanches e a tarefa de administrar o deslocamento da filha para o colégio e outras atividades. Seu cotidiano tem um tempo muito bem cronometrado, pois para ele a tarefa de cuidar dos horários da filha é prioridade. Ele relatou que esse dia-a-dia é bem corrido: *“É uma correria porque o pessoal já tá me ligando 9 horas e dizendo: ‘Onde é que você tá? Tô com fome’. Aí eu digo ‘Tô chegando!’”.* Por volta de 17 horas ele retorna para casa, quando começa os preparativos dos alimentos para o dia posterior.

Quando indagado se havia desejo de voltar a trabalhar formalmente ele relatou:

Por uma parte eu tenho vontade pra assinar minha carteira, pra ter minhas férias, garantias, plano de saúde, essas coisas né, essas vantagens. Mas eu pretendo nunca deixar de vender o lanche né, porque é bom negociar, e a gente tem no dia a dia né, todo dia a gente tem uma micharia [sic], entendeu? (Luís Bezerra).

Ao falar sobre o seu trabalho atual, ele contou do prazer quem tem em realizá-lo, por conta dos horários que pode organizar e pelo próprio contato com os clientes, todos considerados amigos, embora tenha trazido alguns pontos negativos em sua fala: *“A vantagem*

é que é, tipo assim, a gente consegue pagar as contas... Mas a correria é grande, o trabalho é muito". A respeito das diferenças entre o trabalho que desempenha hoje e o trabalho formal, ele relatou: “[...] *isso é o que me preocupa, né? Essas coisas assim, não ter carteira assinada, não ter garantia né. Mas enquanto isso a gente vai tentando, vai lutando aí né*”.

Luís Bezerra não mostrou muitas expectativas quanto ao futuro, mas relatou que prefere pensar apenas no presente e que, por ora, tudo está dando certo na vida dele e da família. A entrevista durou em torno de 35 minutos, quando os primeiros clientes do dia começaram a chegar. Luís agradeceu a oportunidade de contar um pouco de sua vida e disse que não era todo dia que alguém aparecia interessado no que ele tinha para falar.

5.2.5 Dona Idalina

Na tarde de uma quinta-feira, foi realizada a entrevista com Dona Idalina. Por indicação, fomos ao seu encontro na casa de sua irmã, onde ela costuma passar boa parte do tempo em que não está trabalhando. Ela nos recebeu com alegria, indicando um lugar para a realização da conversa.

Dona Idalina tem 55 anos, é solteira e não tem filhos. Trabalha há cerca de 2 anos vendendo uma variedade de comidas em seu carrinho ambulante, como café, tapioca, bolo, sanduíches, dentre outros: *“Assim, eu comecei porque eu tava sem trabalhar né? E tudo é uma ajuda. Eu vendo aqui na feira pras meninas né, na feirinha né? Aí o que eu levo, eu vendo tudim [sic], levo salgado, levo cuscuz feito farofa, tudo em vez eu vendo*”. O carrinho em que ela vende a comida foi recentemente doado por um amigo da igreja que frequenta. Ela nos contou do prazer de conviver todos os dias com pessoas diferentes e vender-lhes a comida que prepara com dedicação. Falou também que o que as pessoas quiserem comer, ela aprende a fazer e vende.

Além da venda de comida na rua, Dona Idalina também trabalha esporadicamente fazendo faxina na casa de familiares. Ela relatou que é assim que consegue reunir uma renda para se manter. Quando questionada sobre isso, disse: *“Meu bolsa família, meus lanches e faço minhas faxinas também*”. E, mais à frente, completa: “[...] *quando eu tô sem fazer nada, não fico parada né?*”. Sobre seu cotidiano de trabalho, ela relatou que não possui horários de trabalho, no dia em que ela se sente disposta, sai vendendo a comida que prepara. Não há uma rotina de dias e horários, com exceção de um dia na semana que acontece uma feira no bairro em que ela faz a maior parte de suas vendas: *“Aí no dia dessa feirinha eu num durmo nem*

direito, com medo de perder o horário né?”. O restante dos dias da semana, ela fez questão de enfatizar diversas vezes que ela própria faz seus horários de trabalho.

Ao comentar sobre como é cansativo o seu dia-a-dia de trabalho, pois o carrinho que empurra é pesado, ela contou que já pensou em se estabelecer em um ponto fixo. Entretanto, tem receio de assumir um aluguel de um espaço sem ter a certeza de que vai conseguir reunir o dinheiro para o pagamento, já que não há como fazer um planejamento do que irá receber da venda dos lanches. Em relação a essa programação de pagamento, ela relatou:

Ah, minhas contas é assim, eu me preocupo muito com as conta [sic]. Eu pago meu INSS, acabei de pagar uma máquina de lavar roupa, Tudo primeiro termina de pagar uma, pra comprar outra. Tava precisando de um fogão, terminei de pagar a máquina e já comprei o fogão. (Dona Idalina).

Dona Idalina já paga a contribuição previdenciária há um tempo e disse que é muito rigorosa quanto a isso e que não vê a hora de se aposentar logo. Contou também que recebe muita ajuda financeira da irmã e da sobrinha, e por isso sua situação é mais tranquila. Ela nos relatou também que, apesar de ser apoiada pelos familiares, prefere continuar a trabalhar para não depender totalmente de ninguém, embora a atividade seja pesada em alguns sentidos: “[...] *pesada assim, por causa do sol, nega réa [sic], quando eu venho de lá pra cá, venho em tempo de ficar cega no sol, quentura [sic] medonha*”.

Em relação ao seu histórico de vida laboral, Dona Idalina contou que a maior parte de sua vida foi vendendo comida e fazendo faxina. Ela relatou também que já teve algumas experiências de trabalho formal, como auxiliar de cozinheira e de serviços gerais. Quando foi questionada sobre seu nível de escolaridade, Dona Idalina nos disse: “*Eu num estudei não, sou analfabeta. Mas eu desenrolo tudo, viu? Vou pra todo canto, num ando mais porque eu não aguento. Eu vendi salada, mas deixei de vender salada, porque pense num negócio pesado é salada. Pesa que só!*”. Sobre o fato de trabalhar por conta própria, ela comentou: “*Eu só dou assim, pra trabalhar pra mim mesma. Mas era bom ter todo dia assim né, uma coisa certa. Mas eu gosto muito de trabalhar com lanche né. Aí quem sabe né, que nada pra Deus é difícil, maior é a vitória do senhor né?*”.

Essa foi uma das entrevistas de maior duração, com cerca de 1 horas e 15 minutos. Expansiva e comunicativa, Dona Idalina no presenteou com inúmeras histórias e experiências de sua vida, para além da perspectiva estritamente laboral, nos contando acontecimentos e situações com bom humor e vitalidade.

5.2.6 Cordulina

Cordulina foi, sem dúvidas, uma das surpresas mais agradáveis de nossa trajetória de entrevistas. Expansiva e com um senso crítico afiado, não pensou duas vezes em aceitar participar da pesquisa, entretanto quis saber tudo muito bem explicado do que se tratava antes de permitir a gravação do áudio. Fez perguntas e questionou tudo, sempre opinando se concordava ou não com as respostas dadas. Na entrevista, colaborou significativamente para dar todas as informações possíveis.

Cordulina é uma mulher de 39 anos de idade, mãe de dois filhos e que há 7 anos divide uma barraca de caldo de cana e pastel com o marido. Contou que quando o conheceu ele já vendia, e por isso começou a ajudá-lo e trabalhar junto com ele. Era uma tarde de quinta-feira quando abordamos o marido de Cordulina na sua barraca, que fica em frente a um grande supermercado. Acanhado, o marido disse que não sabia dar entrevista e que preferia que falássemos com sua esposa, que havia saído para resolver algo e já estaria voltando logo. Nos ofereceu um banco para sentar e esperamos.

Não demorou muito para que Cordulina chegasse e nos perguntasse de prontidão se já havíamos sido atendidos e qual tamanho do copo de caldo de cana iríamos querer. O marido lhe explicou que a estávamos aguardando e ela tratou de sentar-se em um banco ao lado e disse que estava à disposição. A primeira coisa que quis saber foi se a pesquisa era da prefeitura, porque eles já haviam sido alertados que não tinham autorização de estar naquele local, mesmo que formalizados como MEI. Antes de iniciarmos, perguntamos se Cordulina gostaria que marcássemos um outro dia para a entrevista, caso atrapalhasse o atendimento. Ela disse que preferia falar logo, mesmo que em alguns momentos tivesse que atender os clientes.

A barraca fica aberta de segunda a segunda, das 7 da manhã às 5 da tarde, e Cordulina contou que nos horários em que eles não estão lá, ela trabalha cuidando da casa, preparando os pastéis e comprando a cana para o caldo, e que o expediente dela começa de verdade as 4 horas da manhã, para que eles possam estar pontualmente com a barraca aberta. Quando questionada se eles sempre trabalharam fixos naquele local, ela contou que já mudaram a barraca de local porque o movimento não estava bom onde estavam estabelecidos antes. Relatou também a incerteza de permanecer ali: *“Posso ir pra outro canto, ninguém sabe né? Depende da prefeitura, pra onde vai mandar nois [sic] né? Enquanto não, estamos aqui.”*

Quando questionada sobre a situação financeira da família ela disse: *“A gente vive daqui. Nossa renda é só daqui. Pra nós e pra comida né, em geral, é só daqui mesmo. Não*

temos outro benefício”. Depois de um tempo completou: *“Minha renda não tem uma base, porque aqui a gente trabalha durante o dia, e a gente vai colocando, repondo a mercadoria e ultimamente, ta sobrando quase nada*”. Ela contou que não há outro jeito de melhorar a situação, senão continuando a trabalhar.

Sobre sua história de vida do trabalho, Cordulina relatou que trabalhou informalmente como doméstica ou fazendo faxinas: *“Carteira assinada 1 ano e seis meses só, o resto foi só trabalhando assim, avulso*”. Nos contou também, com satisfação, que está concluindo o Ensino Médio no período da noite e espera que quando concluir possa estar melhor qualificada para trabalhar. No entanto, sobre o desejo de voltar a trabalhar formalmente, ela contou que tem dúvidas sobre isso, pois acha que trabalhando na barraca tem mais possibilidade de melhorar as condições de vida da família. Falou que estava satisfeita pois já contribuía com a Previdência Social através da formalização como MEI e só lamentava a falta de férias e outros benefícios.

Quando questionada se ela se considera uma empreendedora, relatou que sim: *É, porque o pequeno empreendedor não é trabalhar pros outros, é pra si mesmo. É isso que eu entendo*”. Contou, com orgulho, que desde o início são formalizados com MEI: *“Porque ser empreendedor é trabalhar pra si, pagar seus impostos bem direitinho, apesar de que a gente já paga né, porque tem que ta tudo atualizado*”.

A entrevista durou, aproximadamente, 1 hora. Após termos finalizado e o gravador ter sido desligado, Cordulina fez ainda uma série de perguntas sobre a pesquisa, sobre as questões que relatou e falou um pouco mais sobre as dificuldades que enfrenta no cotidiano de trabalho na rua. Desejou boa sorte e continuou a atender os clientes que aguardavam.

5.2.7 Conceição

Conceição se integrou ao nosso *cópus* de entrevistados por conta própria, tal qual o trabalho que desempenha. No momento em que se realizava a entrevista com Cordulina, ela passava na rua com seu carrinho de cachorro-quente e, interrompendo momentaneamente a entrevista em curso, perguntou do que se tratava e se aquilo poderia ser feito com ela também. Enquanto a entrevista com Cordulina era finalizada, Conceição aguardava pacientemente sentada na calçada ao lado.

Embora tenha se mostrado desinibida ao nos abordar, Conceição esteve tímida no início de nossa conversa, o que só durou alguns instantes, até que ela sentisse confiança

suficiente para nos contar um pouco sobre sua vida. Assim, a conversa se deu em local que Conceição se sentia completamente à vontade, uma rua movimentada, em meio às pessoas e carros que transitavam pelo local.

Conceição é uma mulher de 48 anos, mãe de dois filhos, e que, em virtude do desemprego do marido, deixou o trabalho de dona-de-casa e passou a trabalhar vendendo cachorro-quente próximo a um ponto de ônibus movimentado. Ela e o marido percorrem aproximadamente 6 quilômetros a pé empurrando o carrinho todos os dias para trabalhar naquele local, das 8 da manhã até às 3 da tarde, de domingo a domingo. Ela relatou que o trabalho nos finais de semana é necessário, se eles quiserem ter um lucro suficiente para o mês. Além de cachorro-quente, eles também vendem água, café, doces, dentre outras coisas. Essa rotina faz parte do cotidiano do casal há, aproximadamente, 02 meses.

Ao falar um pouco sobre sua atividade, Conceição relatou que hoje a renda da casa depende, exclusivamente, do que ela e o marido vendem na rua. Sobre seu histórico laboral, ela contou que apesar de anteriormente estar dedicada ao trabalho de dona-de-casa, ela já trabalhou em algumas outras atividades formais e informais. Também relatou que a ideia de começar a vender comida na rua surgiu de uma amiga, que já vendia há algum tempo e lhe deu algumas dicas de como começar também.

Ao falar sobre o trabalho informal, Conceição relatou que deseja trabalhar de carteira assinada porque, na sua opinião, ela ganharia mais. Embora ela considere que o lucro com a venda de comida seja inferior a um trabalho formal, ela também disse que gosta de trabalhar assim, pelo contato com as pessoas. Em outro momento falou que o marido ganha mais trabalhando informalmente, já que a profissão dele é eletricitista, e sua diária gira em torno de 180 reais. Entretanto, não tem surgido muitas oportunidades de trabalho para ele, e por isso ele está junto a ela na venda do cachorro-quente.

Ao falar sobre questões como férias, aposentadoria e sobre o que é ser empreendedor, a conversa com Conceição trouxe muitos elementos significativos. Sobre ser empreendedor, Conceição faz uma comparação ao dono do supermercado em frente de onde conversávamos. Ela apontou para o prédio e disse que o dono daquele negócio seria um verdadeiro empreendedor, pois ele possui capital para investir no negócio. Ela não tem certeza se, junto ao marido, poderiam ser considerados empreendedores, por não possuírem dinheiro para isso. Em relação à aposentadoria, contou que ela e o marido já pagam a contribuição da previdência, mas que não tem esperanças de se aposentar em breve, e inclusive brinca diversas vezes que o processo da aposentadoria é muito complicado e tardio. Ela contou

também que férias está fora de questão na vida de quem trabalha por conta própria, e que é uma das questões que sente falta em relação ao trabalho formal.

Mesmo considerando vários aspectos compreendidos por ela como negativos em relação à atividade desenvolvida, Conceição contou que o grande ponto positivo é não ter que obedecer a ninguém, e que ela pode organizar melhor seu cotidiano de trabalho e de vida. Ao terminarmos nossa conversa, por volta de 45 minutos de entrevista, Conceição e o marido se despediram, empurrando seu carrinho de volta para casa.

5.2.8 Chico Bento

Chico Bento é o trabalhador de maior idade que entrevistamos. Com seus 73 anos, ele trabalha como vigia noturno de uma escola pública e, na calçada ao lado dessa mesma escola, durante o dia trabalha em sua barraca de venda de comida. Era a tarde de um quinta-feira quando o abordamos enquanto preparava um sanduiche para um cliente que aguardava. No início, se mostrou receoso a aceitar o convite para a entrevista, mas disse que deixaria a timidez de lado para nos fazer esse favor.

Chico Bento nos contou que começou a trabalhar desde ainda criança, com aproximadamente 12 anos de idade, e por isso não deu continuidade aos estudos na época. Ele relatou que hoje as pessoas têm muitas oportunidades de estudar e ter uma profissão, entretanto não era assim na época em que era criança e adolescente, porque todos seus irmãos tinham que trabalhar para ajudar na renda de casa. Sobre sua trajetória de vida laboral ele contou que já trabalhou como ajudante de pedreiro e sapateiro, ainda criança: *“Servente de pedreiro, mas não gostava não, chorava, saia de madrugada... A pessoa sair do Henrique Jorge pra ir pra vizinho ao Instituto dos Cegos, de pés, todo dia ir e voltar, tinha que sair 4 horas da manhã.”*

Já adulto, começou a trabalhar como vigia na escola em que permanece até hoje. Ele contou que passou a vender comida ainda dentro da escola, como forma de ganhar um dinheiro extra, quando trabalhava no turno diurno. Quando passou a trabalhar à noite, montou a barraca na calçada ao lado: *“Eu pedi o homem aqui pra ficar aqui, ele disse que podia encostar aí. Eu sei que não pode, mas pode, né? Eu sei que não pode, mas pode. Lá dentro do centro num tem muitos?”*. Em relação ao uso do local, ele relatou, inclusive, que a prefeitura já quis tirá-lo, mas por enquanto permanece com a barraca no mesmo local.

Mesmo trabalhando durante toda a noite como vigia, Chico Bento contou que a grande alegria de sua vida é poder passar o dia desenvolvendo a atividade de venda na sua

barraca. Quando questionado sobre qual o horário ele reserva para dormir e descansar, em meio a essa rotina agitada, ele apenas riu e disse que sempre encontra um jeito. Por ele já ser aposentado e ainda continuar a trabalhar no emprego de vigia, ele relatou que a principal fonte de renda dele atualmente não é a venda advinda da barraca. Contou que para ele é como uma diversão estar ali durante o dia, apenas para não ficar em casa ocioso. Chico Bento, inclusive, criou uma rede de contatos muito íntima com os clientes e trabalhadores do Posto de Saúde em frente onde trabalha: *“Eu ajudo a um, eles me ajudam também, às vezes eu peço uma coisa, chega uma pessoa precisando eu falo com as mulheres aí, quebra o galho. Eu acho bom é isso. A gente vai levando né? Aqui a gente fica fazendo raiva a um, fazendo raiva a outro...”*.

A atividade de preparo dos alimentos anterior à venda é dividida com a esposa de Chico Bento, dona-de-casa e também aposentada. Ele contou que essa renda extra é fundamental para o funcionamento da casa: *“Quer dizer que já é um... É melhor de que ta parado, porque só a aposentadoria não dá, num dá não, não dá pra ninguém. Tem que fazer uma coisa por fora”*.

Em vários momentos de nossa conversa, chegaram clientes para serem atendidos, com os quais Chico Bento tirou brincadeiras com um bom humor constante. Após aproximadamente 40 minutos de entrevista, nos despedimos de Chico Bento, no momento em que chegava um grande grupo de clientes trabalhadores do Posto de Saúde em frente.

5.2.9 Dona Inácia

Na tarde de uma terça-feira, procuramos Dona Inácia em sua casa para a realização da entrevista marcada. O primeiro contato já havia sido feito anteriormente na sua barraca de comida, que funciona todos os dias pela manhã em frente a uma escola. Por conta do atendimento, ela preferiu marcar em data posterior, em sua casa e no período da tarde, horário em que ela não está trabalhando.

Dona Inácia tem 62 anos, é divorciada e mora com sua filha mais nova, com a qual divide a atividade de preparação da comida que vende na rua. Ela e a filha vivem hoje exclusivamente da renda advinda dessa atividade. Há 5 anos ela vende bolos, sanduíches, tapioca e outras comidas perto da casa onde mora. Sobre sua história de vida laboral, ela relatou que sempre trabalhou informalmente no segmento de vendas. Sobre sua relação com o trabalho ele contou: *“[...] Eu nunca parei não. Tá com 17 anos que eu me separei. O pai das meninas nunca deu. E os sobrinhos, a minha família, eles não têm obrigação de me dar. Eu*

tenho que me rebolar. E eu digo é muito a Deus 'senhor, me dê força, saúde, coragem, pra eu batalhar'".

Trabalhando todos os dias da semana, de segunda a sexta pela manhã, Dona Inácia contou que consegue ganhar cerca de 400 reais por mês. Ao nos contar sobre sua situação financeira, Dona Inácia passou boa parte do tempo relatando sobre como tem passado por situações difíceis e tem contado com o apoio de vizinhos e familiares que lhe tem ajudado financeiramente, inclusive na compra dos alimentos que ela prepara para vender: *“Quanto a esse negócio de alimentação, eu não nego não, os vizinhos me dão. Eu não dispense nada de ninguém, porque tem gente que é fresco e não aceita as coisas”*.

Dona Inácia também relatou que, recentemente, seu benefício do Bolsa Família foi cortado, o que fez com que ela e a filha estivessem passando por situações ainda mais complicadas. Em relação a isso, ela relatou, enquanto falava de seu cotidiano de trabalho: *“Sábado e domingo é minha folga. É o dia que eu passo mal né, porque num tem dinheiro. Enquanto a gente ta vendendo tem né, mas quando não ta, não tem. E aí vai indo, vou vivendo aqui até quando Deus permitir”*.

Questionada sobre o porquê de trabalhar com alimentação, ela relatou:

Porque é o único ramo que eu vejo que tem dinheiro, você vê dinheiro todo dia. Certo que se você tiver um trabalho fixo você tem aquele dinheiro por mês né, por semana, por quinzena. Mas o pessoal entra em crise mas não pode deixar de comer. Deixa de comprar roupa, perfume caro, essas coisas, mas comida não deixa. (Dona Inácia).

Dona Inácia trouxe uma série de elementos enquanto falava sobre os aspectos que diferenciavam o trabalho formal e o informal. Contou que não há muito como fazer essa comparação, já que nunca trabalhou formalmente. Contudo, dentro do que foi conversado, ela deu bastante ênfase à questão da aposentadoria: *“E aí o barco vai andando, até quando eu não sei né. Também tenho muita vontade de ter me aposentado, mas não tive essa felicidade”*. Ela relatou que recentemente procurou se informar se já podia dar início ao processo da aposentadoria, entretanto seu tempo de contribuição ainda não havia chegado ao suficiente. Quanto a essa situação, ela se mostrou bastante chateada e contou dos seus inúmeros problemas de saúde que a impedem de intensificar o ritmo e os horários de trabalho, para que possa aumentar a renda da família: *“Eu desisti. Eu tô esperando se nos 65 anos dá certo, se eu ainda viver até lá. Por enquanto isso é uma coisa que eu nem esquento, nem boto na cabeça que vai acontecer logo. Deus proverá”*.

Dona Inácia disse que, apesar do baixo nível de escolaridade, consegue fazer muito bem tudo o que necessita: *“A única coisa que eu ainda aprendi foi a fazer meu nome. E*

eu não troco a minha matemática por muitos aí que estudam. Sei fazer as quatro operações, sei tirar a prova dos 9, sei fazer um monte de coisa ainda [...]”. Expansiva e comunicativa, ela relatou com bom humor diversos episódios de sua vida com muita generosidade de detalhes e personagens. Foi a entrevista de maior duração, com 1 hora e 45 minutos. Ao final, ela contou que ficaria até o fim do dia conversando, se fosse possível, mas que teria que começar a preparar os bolos e sucos que venderia no dia seguinte. Por fim, ela nos relatou de sua preocupação ao saber que a escola onde trabalha em frente, de onde advém a maior parte de sua clientela, provavelmente fechará no ano seguinte. Relatou incerteza e desesperança quanto ao futuro, mas sem deixar de se despedir com um sorriso.

5.2.10 Dona Maroca

Dona Maroca foi a última trabalhadora que entrevistamos. Há 10 anos, ela vende comida na calçada perto de sua casa, em frente a um colégio. Além de almoço e quentinhas, cuja comida prepara em casa, ela também vende lanche durante todo o dia. Chegamos logo após o horário do almoço de uma sexta-feira, no momento em que os clientes já haviam se dispersado e ela limpava as mesas que distribui pela calçada.

Ao nos relatar sobre sua história de vida laboral, Dona Maroca contou que abandonou os estudos cedo por conta do casamento com seu ex-marido e de ter que se dedicar à atividade de dona-de-casa. Ao se divorciar, deixou o interior onde morava e se mudou para Fortaleza, onde passou a morar com o atual marido, com o qual divide a atividade da venda de comida hoje: *“A gente começou sem nada mesmo, só com a coragem e confiança em Deus. Aí deu certo, foi aparecendo cliente e mais cliente e deu certo, até hoje”*. Ela contou que desde que veio para Fortaleza começou a trabalhar vendendo comida: *“Porque eu gosto de cozinhar e era o que eu sabia fazer né?”*.

Hoje Dona Maroca é formalizada como MEI, e a venda de comida funciona de 7 da manhã às 3 da tarde, de segunda a sexta. Mas ela também relatou que o horário de trabalho dela inicia bem mais cedo e termina também mais tarde, já que acorda às 5:30 da manhã para começar a cozinhar a comida que já deixou preparada desde a noite anterior. Ela contou que é assim que consegue dar conta de preparar a quantidade de comida suficiente para toda a clientela, que são, em maior parte, professores, alunos e funcionários do colégio.

Dona Maroca também nos disse que já contribui com a previdência, e que não voltaria a trabalhar formalmente: *“[...] é que o ganho aqui é maior, e tudo é melhor. É melhor eu trabalhar pra mim do que pros outros”*. Brincando, ela nos relatou que acaba também, de

certa forma, trabalhando para alguém: “*Assim eu trabalho pros outros né? Assim, pra agradar as pessoas*”. Nos falou também sobre uma série de vantagens que encontra ao trabalhar por conta própria, todas envolvendo liberdade para organizar horários e não ter que dar satisfações a ninguém sobre seu próprio processo de trabalho. Embora ela reconheça que não têm acesso a determinados direitos assegurados pelo trabalho formal, como as férias, por exemplo, e que desenvolve um trabalho exaustivo, ela se mostrou tranquila quanto à perspectiva de futuro: “[...] *eu pago o INSS né, e pronto. Deus proverá*”.

Sobre seu planejamento de vida financeiro ela relatou:

Assim, eu tenho uma renda mais ou menos fixa de encomenda das marmitas. Então eu sei o que eu ganho todo dia, e eu já sei minhas contas todas do mês né. Cada dia que vou ganhando vou juntando pra pagar uma coisa. Eu tenho alguns clientes que eu sei que vêm todo dia, só nas férias que dá menos gente. (Dona Maroca).

Ainda sobre o assunto, ela completou: “[...] *tem meses que é melhor, meses que é mais ruim [sic], mas sempre dá pra pagar as contas*”. Quando falava sobre algo que gostaria de mudar em seu trabalho ela disse: “*Eu gostaria de um local, mas que continuasse aqui, porque já tenho meus clientes. Só isso. Outra coisa eu tô satisfeita, o horário tá bom, é difícil, mas é bom, a renda também*”.

Encerramos nossa conversa com cerca de 30 minutos. Dona Maroca se despediu com um sorriso largo, fechando nossa trajetória de entrevistas da melhor forma possível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos essa investigação com a sensação de que muito foi realizado e de que há ainda muito por se fazer. O processo de pesquisar nunca é acabado. Concluímos esses 2 anos de pesquisa com um resultado final relativamente diferente do inicialmente concebido, já que essa experiência foi construída coletivamente no cotidiano do fazer pesquisa e os resultados construídos ultrapassam aquilo previamente proposto. Entendemos que os dados construídos nas entrevistas realizadas guardam em si uma gama de possibilidades de análises sob diferentes perspectivas. Assim, o olhar que lançamos sobre eles é uma dentre as muitas formas possíveis de compreendê-los. Entretanto, acreditamos que, para o propósito dessa investigação, foi o mais adequado e satisfatório. Aqui cabe a pluralidade do fazer pesquisa, cuja construção também se dá pelo olhar do pesquisador.

Acreditamos ter sido possível a compreensão de cada um dos objetivos específicos propostos inicialmente. No que tange ao primeiro objetivo, ao realizarmos uma discussão conceitual e histórica do empreendedorismo, intentamos alcançar a compreensão da prática empreendedora em suas perspectivas prática, teórica e histórica em meio ao contexto laboral atual, a partir de aspectos discutidos, principalmente, ao longo dos dois primeiros capítulos. A respeito do segundo objetivo, a partir do que foi discutido teoricamente e do que foi analisado nas entrevistas, acreditamos ter realizado uma análise suficiente, visando identificar a experiência do empreendedor e sua perspectiva sobre sua atividade no contexto atual da reestruturação produtiva. Nosso terceiro objetivo específico guarda em si o aspecto principal da investigação, alcançado em nossa análise, na compreensão da atividade dos pequenos empreendedores e das características que demarcam a vulnerabilidade própria de trabalhos precários e os impactos psicossociais daí advindos.

No que tange ao objetivo geral de compreender e analisar, através do discurso de pequenos empreendedores envolvidos na atividade “comida de rua”, a sua atividade empreendedora e a vulnerabilidade característica de seu espaço laboral, foi viável a identificação dos processos de precarização do trabalho presentes na atividade desses trabalhadores, através de quatro categorias surgidas em nossa análise: a predominância da informalidade na vida laboral dos sujeitos; a insegurança e instabilidade laboral típicas de trabalhos precários; as extensas jornadas laborais e dissolução de fronteiras temporais; e a compreensão de determinados aspectos característicos de trabalhos por conta própria.

A despeito dos perfis que traçam infinitas características ideais de um empreendedor, os trabalhadores que encontramos são indivíduos reais que vivem

cotidianamente situações de vulnerabilidade laboral. Os encontros possibilitados e as histórias compartilhadas foram, o que fizeram deste trabalho algo singular. Os entrevistados guardam entre si muitas similaridades além da atividade que desempenham. Têm em comum aspectos como o baixo grau de escolaridade, a origem em famílias de baixa renda, a predominância da informalidade durante a vida, dentre outros já citados em nossa análise. Entretanto, a partir da síntese de cada uma das histórias, viabilizada pelos breves relatos de entrevista, foi possível também acesso a muitas particularidades de cada sujeito, sua relação com a atividade que desempenha, sua perspectiva sobre o futuro e a rede de relações que constrói em torno do cotidiano de trabalho. A partir dos relatos construídos e da análise realizada, observamos que os processos que envolvem a precarização do trabalho hoje estão para além da perspectiva estritamente laboral de direitos e garantias, perpassando a vida com um todo.

Compreendemos que, conforme apontado por Alves (2011), a precarização do trabalho não impacta apenas trabalhadores à margem da legislação trabalhista, mas também a todas as formas de trabalho, em suas distintas perspectivas objetivas e subjetivas. Desse modo, o processo que instaura a precariedade como marca do atual mundo do trabalho se ramifica por diferentes atividades, sob prismas e perspectivas distintas, contudo sem discriminar o tipo de vínculo, o porte do negócio ou a renda dele advinda, estando presente de diferentes modos no cotidiano de trabalhadores, por exemplo, ambulantes como os aqui apresentados até os mais recentes e modernos *Food Trucks*. Essas diferentes nuances e singularidades fazem parte de projetos de investigações futuras, considerando que ainda restam muitas questões a serem exploradas. Mas, por ora, é preciso a compreensão de que esse é um processo partilhado coletivamente, e inclusive agravado pelos últimos acontecimentos políticos do País.

Por fim, retomando o trazido na epígrafe deste trabalho, “esse é o problema do caráter no capitalismo moderno. Há história, mas não narrativa partilhada de dificuldade, e, portanto, tampouco destino partilhado” (SENNETT, 2011, p. 175). Nesse sentido, esse trabalho se soma a tantos outros no esforço de construir possibilidades de contato e proximidade com trabalhadores que fazem parte de nosso cotidiano nas ruas por onde passamos todos os dias, na tentativa de (re)criar narrativas partilhadas de vida e oferecer “lugar de fala” e escuta para sujeitos muitas vezes silenciados pelo cotidiano. A oportunidade de conhecer as histórias aqui relatadas e os modos de vida desses trabalhadores e trabalhadoras em meio a tantos impasses nos faz reacender esperanças sobre possibilidades de construção de redes de resistência ao que é colocado como corrosivo, já que “um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo” (SENNETT, 2011, p. 176).

REFERÊNCIAS

- ABDALA, M. C. Da casa ao restaurante: representações sobre o comer fora em Minas Gerais. In: MONTEBELLO, N. de P.; COLLAÇO, J. H. L. **Gastronomia: cortes e recortes**. 2ed, Brasília: Editora Senac-DF, 2009.
- ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da RET: Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, ano 5, n. 8, p. 1-31, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/R1pHVQ>>. Acesso em: 8 ago. 2017.
- ALVES, G.; MORAES, L. Trabalho e estratégias empresariais no capitalismo global: toyotismo e "captura" da subjetividade. **Revista Mediações** (UEL), v. 1, p. 105-124, 2006. Disponível em: < <https://goo.gl/zKoaHf> >. Acesso em: 24 maio 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2006v11n1p105>.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo. **Resumos**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/zF9s5q>> . Acesso em: 24 maio 2017.
- ANTUNES, R. O Trabalho, Sua Nova Morfologia e a Era da Precarização Estrutural. **Revista Theomai**. n.19, p. 47-57, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/cpWE1F>>. Acesso em: 24 maio 2017.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, pp. 335-351, 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/vpgHAX> >. Acesso em 24 maio 2017.
- ARAGAKI, S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. C. Q.; NASCIMENTO, V. L. V. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M.J.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 57-72, 2014.
- AQUINO, C.A.B. **Tiempo y Trabajo: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio – hotelería y turismo – y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores**. 2003. 258 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social. Universidade Complutense de Madrid, 2003.
- AQUINO, C. A. B. Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social. In: II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, **Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luis, 2005. Disponível em: < <https://goo.gl/BUo6MB> >. Acesso em: 24 maio 2017.

AQUINO, C. A. B. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. **O Público e o Privado**, v. 11, p.169-178, 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/gJ98SV> >. Acesso em: 24 maio 2017.

AQUINO, C. A. B. Reestruturação da temporalidade laboral a partir do discurso dos trabalhadores do turismo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 271-283, dez. 2009. Disponível em < <https://goo.gl/pyJAzG>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, 7(2), 479-500, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/qeirA5>>. Acesso em 29 ago 2017.

AQUINO, C. A. B.; SOUZA, K. O.; MOITA, D. S.; CORREIA, G. M. O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da Universidade Pública brasileira: o caso dos professores substitutos. **Athenea Digital**, v. 14, p. 173-193, 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/l2Zl4g> >. Acesso em: 24 maio de 2017.

BARBOSA, A. M. e S. Organização do trabalho e assujeitamento consentido: o caso dos trabalhadores da Albrás S.A. In: **I Seminário Nacional de Sociologia & Política**, 2009, Curitiba. I Seminário Nacional de Sociologia & Política, 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/cwzLWR> >. Acesso em: 24 maio 2017.

BARBOSA, A. M. e S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba, v. 19, n 38, p. 121-140, 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/MgogLT> >. Acesso em 25 maio 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000100008>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO, L. P. **Educação para o Empreendedorismo**. Salvador: Escola de Administração de Empresa da Universidade Católica de Salvador, 1998, 180 p.

BARROS, A., PEREIRA, C. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/DhMUIa> >. Acesso em: 25 maio 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552008000400005>.

BENDASSOLLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

BENDASSOLLI, P. F. Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. **Psicologia e Sociedade** (Impresso), Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/ypBrIC>>. Acesso em 25 maio 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100009>.

BOAVA, D. L. T. **Estudo sobre a dimensão ontológica do empreendedorismo**. Londrina, 2006. Dissertação (Mestrado em Administração), Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: < <https://goo.gl/zJNiam> >. Acesso em: 25 maio 2017.

BULGACOV, Y. L. M.; CAMARGO, D.; CUNHA, S. K.; MEZA, M. L.; SOUZA, R. M. B.; TOLFO, S. da R. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? *Psicologia e Argumento*, v. 28, n.63, out/dez, pp. 337-349, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/j8fCXE>>. Acesso em: 6 jun 2017.

BRASIL. **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/wiP8BD>>. Acessado em: 25 ago de 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Disponível em: < <https://goo.gl/kIM6dD> >. Acesso em: 30 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.598 de 3 de dezembro de 2007**. Disponível em: < <https://goo.gl/jUVfBy> >. Acesso em: 30 maio 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008**. Disponível em: < <https://goo.gl/XDEQeV> >. Acesso em 30 maio 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 139 de 10 de novembro de 2011**. Disponível em: < <https://goo.gl/ayLP3f> >. Acesso em 30 maio 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014**. Disponível em: < <https://goo.gl/BYMKSk> >. Acesso em 30 maio 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016**. Disponível em: < <https://goo.gl/8jbl1D> >. Acesso em 30 maio 2017.

BRITTO, F. **Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 246p.

CARDOSO, F. H. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, ano II, n. 3, 2008. p. 37-46. Disponível em: < <https://goo.gl/xencd7> >. Acesso em 25 maio 2017.

CASTANHAR, J. **Empreendedorismo e desenvolvimento regional no Brasil: uma análise da relação entre a criação de empresas e o desenvolvimento regional ao longo do tempo e de estratégias de empreendedores selecionados (Tese de doutorado)**. Escola de Gestão ISCTE, Lisboa, Portugal, 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/uqDQnt> >. Acesso em 25 maio 2017.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2005, 95 p.

CATTANI, A.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 288-292

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 1. ed. São

Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, R. N.; AQUINO, C. A. B. Inserção laboral, juventude e precarização. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 275-289, dez. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/pY3RpQ>>. Acesso em: 02 set. 2017.

COELHO-LIMA, F. **Ideologia e significado do trabalho**: o caso dos trabalhadores por conta própria. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2016. 365f. Disponível em: <<https://goo.gl/6Aap3b>>. Acesso em: 30 maio 2017.

CONTERAS, J. Os paradoxos da modernidade familiar. In: MONTEBELLO, N. de P.; COLLAÇO, J. H. L. **Gastronomia**: cortes e recortes. 2ed, Brasília: Editora Senac-DF, 2009.

COSTA, A. M. da; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/lf7XuQ>> Acesso em: 25 maio 2017.

DAMIÃO, D. R. R.; SANTOS, D. F. L.; OLIVEIRA, L. J. A ideologia do empreendedorismo no Brasil sob a perspectiva econômica e jurídica. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista** (Cascavel. Impresso), v. 13, p. 191-207, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/jtaExp>>. Acesso em 27 maio 2017.

DEES, J. G. **The meaning of social entrepreneurship**. Comments and suggestions contributed from the Social Entrepreneurship Funders Working Group, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/OH1504>>. Acesso em: 27 maio 2017.

DIAS, E. F. Capital e trabalho: a nova dominação. In: DIAS, E.F. et al. **A ofensiva neoliberal**: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sind. Eletricitários, 1996, p.7-54.

DIEZ GARCIA, R. W. Representações sociais da comida no meio urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 2, p. 12-40, 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/hIx651>>. Acesso em: 30 maio 2017.

DIEZ GARCIA, R. W. Globalização e seus impactos no comer: comida de rua e comida de casa. In: MONTEBELLO, N. de P.; COLLAÇO, J. H. L. **Gastronomia**: cortes e recortes. 2ed, Brasília: Editora Senac-DF, 2009.

DOLABELA, F. C. **O Segredo de Luísa**: Uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Cultura, 1999.

DOLABELA, F.C. **Empreendedorismo, uma forma de ser**: saiba o que são empreendedores individuais e empreendedores coletivos. 1 Ed. Brasília: AED, 2003.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se

diferenciar em organizações estabelecidas. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship):** prática e princípios. Tradução de Carlos J. Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1986.

DUTRA, R. C. de A. Comida de rua: estilo alimentar, temporalidade e sociabilidade nas ruas da cidade. In: Encontro Anual da Anpocs, 36. Águas de Lindóia, SP: **Anais**. Águas de Lindóia, SP, 2012. p.1-19. Disponível em: < <https://goo.gl/2rzBNK> >. Acesso em: 30 maio 2017.

FALCON, F.; MOURA, G. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FEIJO, C. A.; NASCIMENTO E SILVA, D. B.; SOUZA, A. C. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 329-354, Aug. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/FSAAXg>>. Acesso em: 13 Set. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482009000200007>.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum., 35.^a impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, 733 p.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. O Conceito de Informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 17, 2004. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16>>. Acesso em: 20 02 2014.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, RAUSP. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abr/jun 1999. Disponível em: < <https://goo.gl/DOoBLN> >. Acesso em: 27 maio 2017.

GASTAL, S.; PERTILE, K. As Comidas de Rua entre fixos e fluxos. In: **X Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2013, Caxias do Sul. Turismo, Gastronomia e Restauração, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/nbvD1T> >. Acesso em: 30 maio 2017.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2015** \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2014. 178p. Disponível em: < <https://goo.gl/Zva8tM> >. Acesso em: 27 maio 2017.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2016** \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2017. 208 p. Disponível em: < <https://goo.gl/Gr3jLZ> >. Acesso em: 27 maio 2017.

GONÇALVES, M. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. *Revista Pegada, Presidente Prudente*, v. 3, n. especial, p. 51-66, ago. 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/cNMygB>>. Acesso em 9 set 2017.

GONÇALVES, L.A.A. Entre a norma urbana e a resistência: a espacialidade do comércio ambulante de confecção no centro de Fortaleza – Ceará. *Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE*, Número Especial, p. 128-148, dezembro de 2014. Disponível em <<http://seer.uece.br/geouece>>. Acesso em 15 out. 2017.

GRIMALDI, N. **El trabajo: comunión y excomunión**. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOLZMAN, L. A. Dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. In: PICCININI, V.; HOLZMAN, L.; KOVÁSCZ, I.; GUIMARÃES, V. N. (Org.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: Persistências e inovações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego**, 2014, Distrito Federal. Disponível em: <<https://goo.gl/d3r2gk>>. Acesso em 9 ago 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Economia Informal Urbana - Ecinf 2003**. Disponível em: <<https://goo.gl/g4KEsm>>. Acesso em 29 maio 2017.

LEITE, E. S.; MELO, N. M. e. Uma nova noção de empresário: a naturalização do 'empreendedor'. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. v.16, p. 35-47, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/JzEoH>>. Acesso em: 27 maio de 2017.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set/dez. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/dqcDy0>>. Acesso em: 29 maio 2017.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

MACIEL, H. W. P. Que cidadania é esta? As contradições presentes na condição do micro empreendedor cidadão em um contexto de flexibilização produtiva In: XVII SemeAd, 2014, São Paulo. **Anais do XVII SemeAd**. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/umBI6S>>. Acesso em: 29 maio 2017.

MACIEL, R. H. de O. et al. Redes sociais e capital social na formação de redes socioprodutivas: Estudo em uma feira de confecções de Fortaleza. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 33-47, jun 2014. Disponível em <<https://goo.gl/VWbFY2>>. Acesso em: 14 maio 2017.

MALLON, C. BORTOLOZO, E.A.F.Q. Alimentos comercializados por ambulantes: uma questão de segurança alimentar. **UEPG Ciências Biológicas e Saúde**, Ponta Grossa, v.10, p.65-76, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/J1cjPu>>. Acesso em: 14 out. 2017.

MANCINI, R. F.; YONEMOTO, H. W. Considerações acerca do empreendedorismo social no desenvolvimento da sociedade sustentável. **ETIC – Encontro de Iniciação Científica**. Vol. 6, No 6, 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/7m7k9Q> >. Acesso em: 22 maio 2017.

MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 254-270, June, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Ds9JXL>>. Acesso em: 01 Set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200005>.

MARTINS, J. C. de O.; LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; OLIVEIRA, G. R. T.; PEREIRA, M. G. O tempo livre com qualidade a partir de discursos coletivos. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, 12(1-2), 41-72, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/dgXQiJ>>. Acesso em 6 jun 2017.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil. McKinsey&Company, São Paulo, Junho de 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/x7TStM> >. Acesso em 9 set 2017.

MEDÁ, D. **Le travail**: une valeur em voie de disparition. Paris: Aubier, 1995.

MICRO-EMPRESA INFO. **MicroEmpresa**. Disponível em: <<http://micro-empresa.info/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MUNHOZ, G. S.; BORGES, A. B.; KEMMELMEIER, C. S. O empreendedorismo no contexto das mutações do mundo do trabalho. **Acta Sci. Human Soc. Sci**, Maringá, v. 30, n. 2, 2008, p 155-163. Disponível em: < <https://goo.gl/woLUh8> > Acesso em: 29 maio 2017.

NARDI, H. **Ética, trabalho e subjetividade**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2006.

NISHIMURA, J. R.; PIGATTO, G. O Perfil do Empreendedor no Serviço de Alimentação de Rua. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2012, Bento Gonçalves. XXXII **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/a7crD7>> Acesso em 08 jun 2017.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.4, no.10, Rio de Janeiro, jun/1989. Disponível em: < <https://goo.gl/xVX5cq> >. Acesso em: 29 maio 2017.

OIT. **Employment, incomes and equality**: a strategy for increasing productive employment in Kenya. ILO. Genebra, OIT, 1972. Disponível em: < <https://goo.gl/n719Od> >. Acesso em 29 maio 2017.

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos** – auto – emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

- PERRUSI, A. Vocação, identidade e individualismo. **Revista Política e Trabalho**. João Pessoa, Paraíba. Números 27-30. 2009. p. 101-121. Disponível em: <<https://goo.gl/giK7jS>>. Acesso em: 08 jun 2017.
- PERTILE, K. Comida de rua: relações históricas e conceituais. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 5, n. 2, p. 301-310, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/9itNWM>>. Acesso em: 30 maio 2017.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Portal do Microempreendedor Individual**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em 29 maio 2017.
- POTRICH, A. C. G.; RUPPENTHAL, J. E. Empreendedorismo na informalidade: um estudo de caso no Shopping Independência de Santa Maria-RS. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, n. 3, a. 8, jul-set, 2013, p. 145-158. Disponível em: <<https://goo.gl/Nj7PFI>>. Acesso em: 10 jul 2017.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org.) **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, p. 68-80, 1988.
- QUINTÃO, C. Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. **Seminário Trabalho Social e Mercado de Emprego**, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/RjilgP>>. Acesso em: 30 maio 2017.
- SABINO, G. T. Empreendedorismo: reflexos críticos sobre o conceito no Brasil. **Anais Seminário do Trabalho**, v. 7, p 1-16, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/vSkxXf>>. Acesso em: 19 jun 2017
- SANTIAGO, E. G. Fundamentos filosóficos dos Programas de Microcrédito na América Latina – Década de 90. Texto apresentado no Seminário Internacional – **Idéias Sociais e Políticas na América Latina e Caribe**. Brasília: FLACSO, 2000.
- SANTIAGO, E. G. **Empreender para sobreviver**: estudo sobre a ação econômica dos empreendedores de pequeno porte. 2007. 241f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/eKKY4S>>. Acesso em: 30 maio 2017.
- SANTOS, J. B. F.; MACIEL, R. H.; SATO, L. Trabalhadores informais e a formação de redes socioproductivas (RSP): considerações teórico-empíricas. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, p. 325-350-350, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/ogNjbq>>. Acesso em: 05 jun 2017.
- SAY, J. P. **Tratado de economia política**. São Paulo. Nova Cultural,1986.
- SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.
- SEBRAE. **Características dos empreendedores formais e informais do Estado de São Paulo**. São Paulo: Sebrae SP, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/TTjxSB>>. Acesso em 29 maio 2017.

SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo** - Manual do aluno. São Paulo: Sebrae SP, 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/aR9mj6> >. Acesso em: 29 maio 2017.

SEBRAE. Disciplina de empreendedorismo – Manual do Aluno. **Módulo 1: O empreendedor**. Brasília: DF, 2013. Disponível: < <https://goo.gl/IWEU0f> >. Acesso em 29 maio 2017.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SOMBART, W. **El apogeo del capitalismo**. México: Fondo de Cultura Economica, 1946.

TIMMONS, J. A. **Inovação**. São Paulo: Makron Books, 1994.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: UNESP, 2005.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALA, J. A análise de conteúdo. Em: SILVA, A. S. e PINTO, J. M. (org.) **Metodologia das Ciências Sociais**. Lisboa, Portugal: Edições Afrontamento, 1986.

VASAPOLLO, L. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Revista Pesquisa & Debate**. v. 16, n.2(28). São Paulo: 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/VZLlyJ>>. Acesso em: 29 maio 2017.

WALKER, R. Marxism-Leninism as discourse: the politics of the empty signifier and the double bind. **British Journal of Political Science**, 19 (2), 161-189, 1989. Disponível em: <<https://goo.gl/Rkvs25>>. Acesso em: 29 maio 2017.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	<ul style="list-style-type: none"> • Nome • Idade • Gênero • Estado Civil • Renda Familiar • Nível de Escolaridade
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO NEGÓCIO	<ul style="list-style-type: none"> • Ramo de Atividade (segmento) • Tempo de existência • Conta com funcionários? Quantos? Se for o caso, há vínculo familiar? • Renda anual ou mensal • Horário de funcionamento (dias e horários) • Desenvolve Atividade Paralela? • Tem local fixo? Tem outros pontos? • É formalizado?
QUESTÕES NORTEADORAS	<ul style="list-style-type: none"> • Relate sua história de vida no trabalho. • De onde surgiu a ideia de montar um negócio próprio? Como foi esse processo? • Como conheceu e começou no ramo de venda de Comida de Rua? • Como foi o processo de legalização de seu negócio (caso seja formalizado)? • Pensa em formalização do negócio (caso não seja formalizado)? • Relate como é o seu cotidiano/rotina de trabalho (horários, percurso/deslocamento, alimentação, contatos, etc). • Você costuma fazer atividades de trabalho quando não está desenvolvendo sua atividade empreendedora? • Você tem outra fonte de renda? • Você já realizou alguma atividade informal? • Você já trabalhou formalmente (vínculo CLT)? Se for o caso, por que deixou a atividade formal (vínculo CLT)? • Se pudesse, voltaria a trabalhar com vínculo CLT? • Qual sua perspectiva sobre benefícios vinculados à CLT (férias, 13º salário, aposentadoria, licenças remuneradas, entre outros)? • Você se considera um empreendedor? O que é ser empreendedor para você? • Quais são as vantagens e desvantagens do seu trabalho? • Se pudesse, o que você mudaria no seu trabalho? • Qual a sua perspectiva de trabalho no futuro?